



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

Bibiana Wist de Campos

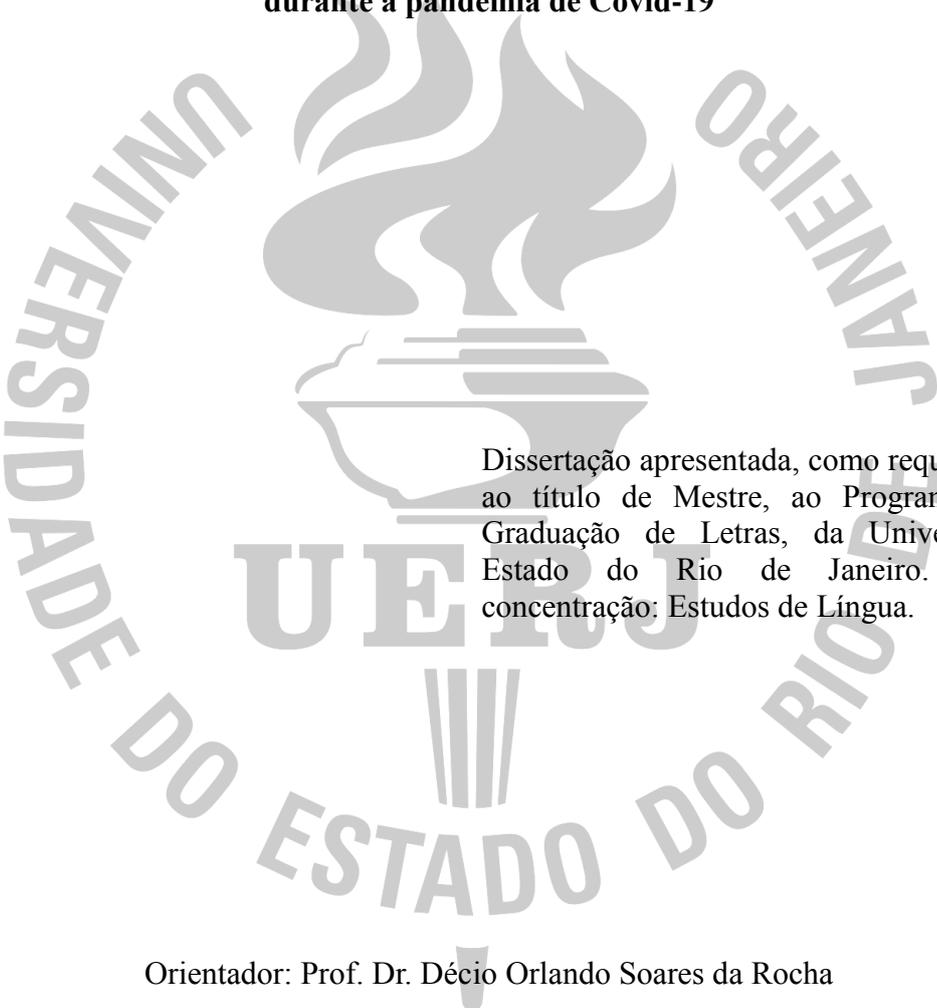
**Coletivo ético e político: uma análise cartográfica interdiscursiva sobre a
volta às aulas durante a pandemia de Covid-19**

Rio de Janeiro

2022

Bibiana Wist de Campos

Coletivo ético e político: uma análise cartográfica interdiscursiva sobre a volta às aulas durante a pandemia de Covid-19



Dissertação apresentada, como requisito parcial ao título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação de Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientador: Prof. Dr. Décio Orlando Soares da Rocha

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

C198

Campos, Bibiana Wist de.

Coletivo ético e político: uma análise cartográfica interdiscursiva sobre a volta às aulas durante a pandemia de Covid-19 / Bibiana Wist de Campos. – 2022.

142 f.: il.

Orientador: Décio Orlando Soares da Rocha.

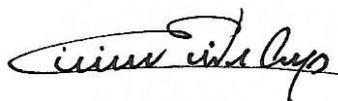
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Análise do discurso – Teses. 2. Educação – Rio de Janeiro (RJ) – Séc. XXI – Teses. 3. Associações de pais e professores – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 4. COVID-19 (Doença) – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. I. Rocha, Décio Orlando Soares da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 82.085:37.064

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.



Rio de Janeiro, 05 de janeiro de 2023.

Assinatura

Data.

Bibiana Wist de Campos

Coletivo ético e político: uma análise cartográfica interdiscursiva sobre a volta às aulas durante a pandemia de Covid-19

Dissertação apresentada, como requisito parcial ao título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação de Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 29 de novembro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Décio Orlando Soares da Rocha (Orientador)
Instituto de Letras – UERJ

Profª. Dra. Maria del Carmen Fátima González Daher
Instituto de Letras – UERJ

Prof. Dr. Fábio Sampaio de Almeida
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todas e todos que se importam com uma educação pública
de qualidade ética e social.
Também é dedicado aos profissionais da educação e estudantes que foram vítimas ou
perderam entes queridos durante a pandemia de covid-19.

AGRADECIMENTOS

Mãe e Vi, vocês são meu porto alegre e seguro. Obrigada por tudo e tanto sempre! E por terem me ensinado, na prática, a comemorar cada passo. Amo vocês!

Badá e Tiago, vocês são minha vida e os impulsos para todos os meus movimentos. Obrigada por segurarem essa comigo. Não é para ser uma ameaça, mas outras virão...

Raquel, minha comadre incentivadora, “coorientadora”, revisora, cúmplice, energizadora e propulsora de tantas coisas boas: te amo! Tim-tim!

Décio, meu orientador tão maravilhoso, obrigada por dividir tanto, por acreditar tanto e por nunca soltar a minha mão!

Cristina Giorgi, a quem eu não posso agradecer, senão apanho, só quero dizer que te quero sempre pertinho e que aprendo muitíssimo contigo! Tu inspiras! Tim-tim!

Ju Azevedo, minha prima querida, fazemos uma boa dupla, né? Obrigada pela amizade e pelas parcerias que são pra vida! Tim-tim!

Queridas, querides e queridos do Grupo de Estudos AnaCarDis (em ordem alfabética, como gostamos de fazer): Ana Paula, Ariane, Gabriel, Glauce, Ingrid, Ju Rettich, Larissa, Marcelli, Marllon, Maxwell, Mônica, Priscila, Roberta, Tiago, Victor, Viviane (e Cristina, e Décio, e Del, e prima), com vocês voltei a acreditar na academia. Construimos (no presente também) coisas lindas e tenho o maior orgulho de ser uma batatinha nesse nosso rizoma. Obrigada por tantas trocas incríveis!

Del Carmen, tua generosidade é proporcional à tua lindeza! Obrigada por estar conosco e por ter aceitado fazer parte da banca desta pesquisa. Tuas considerações e ideias, assim como as do Fábio, a quem também agradeço, foram fundamentais para eu conseguir chegar até aqui.

Comadre Adriana, compadres Renato e Abel, Raulzito: nossa família é linda e esquerdista e festiva também! Amo vocês! Tim-tim!

Meus amigos do T.C., e de greves e de lutas por uma educação pública de qualidade social, Cris, Colorida, Felipinho e Gi, vocês me fazem uma professora e uma pessoa melhor.

Bruno e Poliana, obrigada pelas aulas incríveis. Vocês são inspiradores!

Pessoal do MovEM-Rio, em especial Ana Pimentel, Léo, Luciana do Nascimento e Tati, obrigada pelas trocas e pelas lutas! Sigamos!!!

Todos os estudantes que me ensinam tanto, desde 2005, esta pesquisa é dedicada a vocês, como uma forma de agradecer por me motivarem a continuar nessa profissão que amo. Que vocês e os seus possam usufruir de uma educação pública melhor. Sem medo de ser feliz!

Quem vê de fora faz arranjos melhores, mas é dentro, bem no lugar que a gente não vê, que o não dar conta ocupa tudo.

Carla Madeira

RESUMO

CAMPOS, Bibiana Wist de. *Coletivo ético e político: uma análise cartográfica interdiscursiva sobre a volta às aulas durante a pandemia de Covid-19*. 2022. 142 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Diante dos rearranjos materiais e físico-emocionais que a pandemia de Covid-19 nos impôs, o papel da escola e da educação tem sido redefinido no plano concreto e no plano das ideias. É nesse movimento, também estabelecido como campo de disputas, que responsáveis por estudantes da rede municipal do Rio de Janeiro se viram convocados a se manifestarem e se posicionarem sobre o retorno às aulas presenciais. A partir da teoria metodológica da cartografia (PASSOS; KASTRUP e ESCÓSSIA, 2009 [2015]); (PASSOS, KASTRUP e TEDESCO, 2014 [2016]) que vem sendo praticada em nosso país, em diálogo com os teóricos Gilles Deleuze, Felix Guattari (1980 [1995]) e Suely Rolnik (2006 [2016]), são feitas análises cartográficas dos discursos (DEUSDARÁ, ROCHA, 2021) do Movimento de Mães, Pais e Responsáveis pela Escola Pública Municipal Carioca - MovEM-Rio. A cartografia se caracteriza por acompanhar processos, propor intervenções e valorizar o envolvimento do pesquisador com a sua pesquisa. O conhecimento é entendido como invenção porque interfere e transforma a realidade. Além disso, a cartografia mapeia os coletivos de forças moventes e investiga as produções de subjetividades. Conceitos como os de prática discursiva (MAINGUENEAU, 1984 [2008]), que propõe o encontro do texto com a comunidade que o apoia e é apoiada por ele; interdiscurso (PÊCHEUX, 1975; COURTINE e MARANDIN, 1981; MAINGUENEAU, 1987 [1989]; DEUSDARÁ e ROCHA, 2021), com os protocolos de segurança apresentados pela prefeitura e com as notícias de aumento no número de mortes por covid-19; de estereótipo (AMOSSY, 2005 [2016]), nas construções cristalizadas a respeito do trabalho do professor durante a pandemia, dentre outros, serviram como dispositivos para as análises. A questão do retorno às aulas envolve a sociedade como um todo, - mesmo aqueles que não estudam ou não convivem diretamente com estudantes -, por isso a decisão de voltar às aulas presenciais (bem como as políticas necessárias para viabilizar isso) deveria passar pelo âmbito governamental, público e social, e não ser uma responsabilidade individual. A função da escola pública na sociedade também é um ponto de interesse dessa pesquisa e as questões da alimentação dos estudantes e da vacinação da sociedade tiveram destaque nesse percurso. Esta pesquisa buscou narrar e acompanhar os processos de retorno às aulas e analisar possíveis produções de sentido dos discursos dos ativistas do MovEM-Rio e dos que interagiram nas redes sociais do grupo. Assim, também contribui para registro desse momento histórico que vivemos, especialmente no âmbito da educação pública municipal do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Análise cartográfica do discurso. Volta às aulas. Coletivo MovEM-Rio. COVID-19. Interdiscursos.

RESUMEN

CAMPOS, Bibiana Wist de. *Colectivo ético y político: un análisis cartográfico interdiscursivo del regreso a clases durante la pandemia de la Covid-19*. 2022. 142 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Ante los reacomodos materiales y físico-emocionales que nos ha impuesto la pandemia de la Covid-19, el papel de la escuela y la educación se redefinieron a nivel concreto y a nivel de ideaciones. Es en este movimiento, también establecido como campo de disputas, que los responsables de los estudiantes de escuelas de Río de Janeiro fueron llamados a manifestarse y posicionarse sobre el retorno a las clases presenciales. A partir de la teoría metodológica de la cartografía (PASSOS; KASTRUP y ESCÓSSIA, 2009 [2015]); (PASSOS, KASTRUP y TEDESCO, 2014 [2016]) que se ha practicado en nuestro país, en diálogo con los teóricos Gilles Deleuze, Felix Guattari (1980 [1995]) y Suelly Rolnik (2006 [2016]), se realizan análisis cartográficos de los discursos (DEUSDARÁ, ROCHA, 2021) del Movimiento de Madres, Padres y Tutores de la Escuela Pública Municipal Carioca - MovEM-Rio. La cartografía se caracteriza por acompañar procesos, proponer intervenciones y valorar la implicación del investigador con su investigación. El conocimiento se entiende como invención porque interfiere y transforma la realidad. Además, la cartografía mapea los colectivos de fuerzas en movimiento e investiga las producciones de las subjetividades. Conceptos como práctica discursiva (MAINGUENEAU, 1984 [2008]), que propone el encuentro del texto con la comunidad que lo sostiene y es sustentada por él; interdiscurso (PÊCHEUX, 1975; COURTINE y MARANDIN, 1981; MAINGUENEAU, 1987 [1989]; DEUSDARÁ y ROCHA, 2021), con los protocolos de seguridad presentados por el ayuntamiento y con las noticias de un aumento del número de muertes por covid- 19; estereotipos (AMOSSY, 2005 [2016]), en las construcciones cristalizadas sobre el trabajo docente durante la pandemia, entre otros, sirvieron como dispositivos para el análisis. El tema del regreso a clases involucra a la sociedad en su conjunto, -incluso a quienes no estudian o no conviven directamente con los alumnos-, por lo que la decisión de regresar a clases presenciales (así como las políticas necesarias para que esto sea posible) debe pasar por el ámbito gubernamental, público y social, y no ser una responsabilidad individual. El papel de la escuela pública en la sociedad también es un punto de interés en esta investigación y en este camino se destacaron los temas de la alimentación de los alumnos y la vacunación de la sociedad. Esta investigación buscó narrar y acompañar los procesos de regreso a la escuela y analizar posibles producciones de sentido en los discursos de los activistas del MovEM-Rio y de quienes interactuaban en las redes sociales del grupo. Así, también contribuye al registro de este momento histórico que estamos viviendo, especialmente en el ámbito de la educación pública municipal de Río de Janeiro.

Palabras clave: Análisis cartográfica del discurso. Vuelta a las clases. Colectivo MoveEM-Rio. COVID-19. Interdiscursos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	<i>Print</i> da carta aberta do MovEM-Rio de 16/05/2020	47
Figura 2 -	<i>Print</i> do “desabafo de uma mãe”	50
Figura 3 -	<i>Print</i> do relato da ocupação da Prefeitura	51
Figura 4 -	<i>Print</i> da denúncia do MovEM-Rio, em sua página do <i>Facebook</i> ..	52
Figura 5 -	<i>Print</i> da votação da Câmara dos Vereadores sobre a Lei Municipal 378/21	53
Figura 6 -	<i>Print</i> da postagem do MovEM-Rio e convocação para “Tuitaço”.	54
Figura 7 -	<i>Print</i> de publicação do MovEM-Rio	65
Figura 8 -	<i>Print</i> da postagem do MovEM-Rio denunciando entrega de uniformes e material escolar em véspera de segundo turno.....	67
Figura 9 -	<i>Print</i> do comentário de uma mãe na enquete promovida pelo Movem-Rio (03/08/2020)	70
Figura 10 -	Cartaz <i>twitado</i> pelo Escola Sem Partido	71
Figura 11 -	<i>Print</i> de uma resposta ao comentário da mãe, na página do Movem-Rio	72
Figura 12 -	<i>Print</i> da resposta da mãe a um comentário, na página do MovEM-Rio	74
Figura 13 -	<i>Print</i> da resposta da mãe à uma professora, na página do MovEM-Rio	75
Figura 14 -	<i>Print</i> do comentário de uma professora, na página do MovEM-Rio	76
Figura 15 -	<i>Print</i> da publicação do MovEM-Rio “Jogo dos 7 erros”	84
Figura 16 -	<i>Print</i> de um comentário de uma militante “super fã” do MovEM-Rio	86
Figura 17 -	Notícia de deflagração de Greve pela Vida	93
Figura 18 -	Apoio antecipado do MovEM-Rio à greve dos profissionais da educação	94
Figura 19 -	Declaração de apoio do MovEM-Rio à Greve pela vida	94
Figura 20 -	Gráfico de novos casos e mortes, com destaque para o dia 07/04/2021	95
Figura 21 -	Gráfico da votação da suspensão da Greve pela vida	97

Figura 22 -	Trecho de <i>live</i> de Eduardo Paes sobre reabertura de escolas	98
Figura 23 -	<i>Print</i> de publicação cobrando resposta à carta ao secretário Ferreirinha	107
Figura 24 -	<i>Print</i> da publicação do MovEM-Rio em 12/04/2021.....	110
Figura 25 -	Calendário de vacinação de profissionais da educação, entre 18 e 42 anos de idade	111
Figura 26 -	<i>Print</i> do comentário de uma mãe sobre a redução do distanciamento após a primeira dose de vacina nos professores.....	111
Figura 27 -	<i>Print</i> de uma postagem minha no Facebook, comemorando a vacinação de Raynnara	112
Figura 28 -	Manchete de declaração do prefeito Eduardo Paes no jornal <i>O Globo</i>	114
Figura 29 -	Campo Problemático Inicial	121
Figura 30 -	Redesenho do Campo Problemático	122

SUMÁRIO

	IMPLICAÇÕES PARA ESTA DISSERTAÇÃO	12
1	RESISTÊNCIA: DO INDIVIDUAL AO SOCIAL	35
1.1	“Meu filho não volta”	36
1.1.1	<u>“Meu filho não volta” apresenta características de aforismo?</u>	41
1.1.2	<u>Em que pontos se distancia desse conceito?</u>	42
1.2	Sabor leite	45
1.3	Crivellagens e outros despropósitos	55
2	RESILIÊNCIA: “SUJEITOS DÓCEIS”	68
2.1	Professor não gosta de trabalhar – estereótipos e interdiscursos	69
2.2	Eduardo Paes: dos males, o menor?	78
2.3	Jogo dos sete erros	82
3	REEXISTÊNCIA: “NOVO NORMAL”	89
3.1	Greve pela vida	90
3.2	“Escola: primeira a abrir e última a fechar”	97
3.3	Vacinação	107
	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES – PONTO E VÍRGULA	115
	REFERÊNCIAS	126
	ANEXO A – Tramas de tecidos plano e de malha	130
	ANEXO B – Propaganda SINEPE	131
	ANEXO C - Carta do MovEM-Rio ao Secretário Municipal de Educação ..	136
	ANEXO D - Print de um comentário de uma ativista do MovEM-Rio	139
	ANEXO E - Carta do MovEM-Rio aos responsáveis	140

IMPLICAÇÕES NESTA DISSERTAÇÃO

Parada aí!... começa uma caminhada

Mais um começo... Como um início de ano letivo. O planejamento está feito, depois de umas merecidas férias, com mil ideias mirabolantes na cabeça. A escola ainda está vazia. Tudo é silêncio, menos o *tuntum* do coração que bate forte de ansiedade. As colegas e os colegas começam a chegar. Logo as falas vão tomando vulto e parece que aquelas vozes vão preenchendo cada espacinho deixado na escola no silencioso janeiro. Entre cafés e bolos, ajustamos as ideias para que tudo saia da melhor forma. São dias felizes de reencontro com amigas e amigos e com o trabalho.

Então as aulas recomeçam e algumas centenas de sonhos adentram a escola: confusão, gritaria, abraços, muitos abraços. Lotam-se as salas de aula (sempre apertadas para tantos sonhos). É a nossa vez de buscarmos nosso espacinho e conhecermos “nossas” turmas. Já no primeiro encontro com os estudantes, *tuntuntuntuntuntum*... lá se foi o planejamento mirabolante. Tudo será diferente. A turma pede, o momento pede, as circunstâncias também. Não há volta. Será um dia de cada vez e, a cada semana, mais alguns passos em direção ao novo horizonte: desafiador, amplo e com um baita ponto de interrogação.

...

Mais um começo. Primeira aula do mestrado em Linguística. Projeto de pesquisa feito, processo de admissão cumprido e depois... merecidas férias e mil ideias mirabolantes na cabeça. Assim também me senti ao iniciar esta pós-graduação. Depois de um afastamento de quase dez anos da academia, planejei, projetei, me organizei a fim de que tudo fluísse sem grandes intercorrências, afinal, para além dos meus sonhos, não poderia deixar de lado os sonhos pelos quais eu tinha uma parcela de responsabilidade: os das minhas alunas e dos meus alunos, e, também, os do meu filho. Precisava estar bem organizada para dar conta de tudo. Porém, bastou entrar em sala e *tuntuntuntuntu*... tudo mudou.

Nem toda experiência subjetiva é tranquila e fluida. Por vezes, acontece de ela estar “obstruída”, como nomeia a profa. Suely Rolnik (2017). Isso se dá quando nos causa um estado real, mas não há palavras, gestos, imagens que a definam. É o que Deleuze e Guattari (1992) chamam *affecto*. Causa perturbação, nos toca, abala, causa estranhamento. O sujeito se desestabiliza porque sua subjetividade é tomada de um mal-estar e, logo na primeira semana de aulas no mestrado, eu estava desestabilizada. Era março de 2020. Além do desafio de uma

pós-graduação na UERJ, as notícias da iminência de um *lockdown* pela chegada do coronavírus no Brasil eram de *afectar* mesmo.

O projeto que eu havia elaborado para a minha pesquisa já não correspondia mais às circunstâncias possíveis: fora todo planejado para práticas presenciais com grupos de estudantes de jovens e adultos, em espaço escolar. E veio a pandemia de covid-19 impondo uma nova realidade: o fechamento das escolas e das universidades (dentre muitas outras medidas restritivas, principalmente de convívio social) - o isolamento.

Como disse Suely Rolnik (2017), afinal: “basta estar vivo para ser afectado pelas forças do mundo”. Quando isso ocorre, o mundo que o sujeito tem como estruturado, que lhe é perceptível e familiar entra em conflito com aquilo que lhe causa o estranhamento, mas ambos coexistem. A tensão gerada por esse *estranho-familiar* é o que provoca aquilo que vai agir para tentar recobrar o equilíbrio: o desejo. Será função dele criar algo que germine até que a experiência subjetiva que causou *afecção* faça parte da “realidade” do sujeito, o que tem por efeito deslocar essa realidade e a própria subjetividade (ROLNIK, 2017). É na desestabilização, na tensão, no deslocamento da realidade provocado pelo desejo que se propicia um campo fértil para a produção de conhecimento.

...

Os *processos* que viveria no mestrado começaram com a disciplina de Metodologia de Pesquisa, ministrada pelos professores Décio Rocha e Poliana Arantes. A noção de processo que evoco nesta pesquisa é a de "processualidade", não de "processamento". Virgínia Kastrup e Laura Barros explicam que

quando tem início uma pesquisa cujo objetivo é a investigação de processos de produção de subjetividade, já há, na maioria das vezes, um processo em curso. Nessa medida, o cartógrafo se encontra sempre na situação paradoxal de começar pelo meio, entre pulsações. Isso acontece não apenas porque o momento presente carrega uma história anterior, mas também porque o próprio território presente é portador de uma espessura processual. A espessura processual é tudo aquilo que impede que o território seja um meio ambiente composto por formas a serem representadas ou de informações coletadas. Em outras palavras, o território espesso contrasta com o meio informacional raso. (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009 [2015, p.59])

Eu não tinha pistas claras do que fazer ao perceber que minha proposta de pesquisa seria inviável naquele momento, mas Décio e Poliana foram uma espécie de rede de proteção para uma corda bamba acadêmica, especialmente em tempos excepcionais como os de uma pandemia. Depois de quatro longos meses de suspensão das atividades acadêmicas, ofereceram a disciplina de forma remota, experiência nova e difícil para todos nós. A cada leitura proposta e discutida, mais convencida eu ficava de que a minha única saída seria reelaborar meu projeto do zero. Afinal, decidira fazer dessa experiência acadêmica algo

prazeroso, mais interessante do que ir para as Bahamas ou para Honolulu¹. Insistir no projeto que havia feito em outras circunstâncias além de improdutivo, estava apenas me causando angústia.

Uma das “tarefas” que recebemos nessa disciplina era a análise de um documento elaborado pelos professores do setor de linguística da UERJ, Bruno Deusdará e Décio Rocha, como uma alternativa crítica a uma metodologia de pesquisa científicista. E foi a partir daí que comecei a escrever um novo projeto. As discussões geradas em torno do que esse documento propunha - que foi usado como um exercício de reflexão sobre o que poderia ser importante se pensar na elaboração de um projeto -, foram uma revolução na minha forma de pensar uma pesquisa acadêmica. Aquelas questões me levaram a refletir sobre pontos que não havia percebido na elaboração do primeiro projeto e que, hoje, acredito serem fundamentais.

Uma dessas questões versa sobre a importância de uma *dimensão política* e de um *retorno social de nossa pesquisa*, principalmente porque estamos em universidade pública, em um estado e um país problemáticos em que, além das desigualdades sociais, das práticas políticas nepotistas e dos interesses capitalistas acima de qualquer bem comum, têm a ciência e o pensamento acadêmicos desvalorizados e questionados por fundamentalistas religiosos e por políticas fascistas.

Ao encontro dessa reflexão, debatemos questões como a responsabilidade para com o coletivo e o uso de sua palavra ativa, que logo me fizeram lembrar de um grupo de ativistas pela escola pública municipal que eu conhecera um ano antes e que me chamara a atenção por se propor a fazer ouvir as vozes dos responsáveis em quaisquer espaços que fossem necessários. Suas ações eram organizadas através - e com as dinâmicas próprias - do meio virtual. Raquel Recuero enfatiza que “interações [em redes sociais] são, de certo modo, fadadas a permanecer no ciberespaço, permitindo ao pesquisador a percepção das trocas sociais mesmo distante, no tempo e no espaço, de onde foram realizadas” (2009 [2020, p.30]). Opa! Materialidades que me interessam e com registros em uma rede social de internet²... posso acompanhar seus processos sem ter de sair do isolamento! Isso pode “dar bom”.

...

Em um vídeo sobre Foucault, Giacoia (2017) conta que o catedrático entendia que a história não é linear, mansamente progressiva. Para ele, saberes, métodos, sujeitos e objetos

¹ Lugares citados em uma fábula trabalhada na aula de Metodologia de Pesquisa, desejados por personagens que eram orientandos de graduação e pós-graduação e têm a oportunidade de fazer um pedido a um gênio da lâmpada -, narrada por Parry Scott, no texto: “Pontos críticos e poder convergente no processo de orientação: fábulas, casos, palcos e bastidores”, de 2004.

² Optei por usar o termo em inglês “internet” sem o itálico, por tratar-se uma palavra de uso recorrente em língua portuguesa, já dicionarizada, cf. Houaiss (2001, p.1635).

sofrem influência de seu tempo e não necessariamente são complementares, superiores ou mesmo evoluções dos anteriores. Podem ser rupturas. Giacoia (2017) explica que em um “regime de produção experimental de verdade” a verdade estaria identificada com a clareza e a distinção da representação e seria verificada através de métodos, respaldada pela capacidade racional dos seres humanos. Porém, Foucault coloca isso em xeque ao propor que não há uma natureza humana. O homem seria um produto das regras, discursos e práticas sociais do seu tempo. São os “mecanismos de relação de poder” utilizados para o adestramento de “corpos dóceis e úteis” às pautas do capitalismo industrial (GIACOIA, 2017). Professores dóceis e úteis³ legitimam e reproduzem essas práticas de poder por adestramento.

Foucault nega a ideologia de que “o homem é trabalho”. Para servir ao trabalho, como interessa ao capitalismo, esse homem precisa ser adestrado através de uma série de mecanismos de controle. Giacoia (2017) chama a atenção para o papel das instituições nesse adestramento e, como professora, me tocou especialmente a escola como um espaço que impõe a disciplina, vigia, delimita tempo e espaço, assim como ocorre em presídios, manicômios, conventos, fábricas, quartéis, entre outros. Não é confortável pensar que servimos às políticas de perpetuação das desigualdades sociais (e que também fomos adestrados para reproduzir isso mesmo), treinando crianças e jovens para, submissos, chegarem aos postos que lhes são destinados nesta sociedade capitalista, “careta e covarde”⁴, assim como muitos de nós, professores, que baixamos a cabeça e agradecemos os salários que beiram o ridículo e as ordens absurdas que recebemos – como voltar às aulas presenciais durante a pandemia.

Essa *afecção* promoveu em mim reflexões e intenções de mudanças acerca da naturalização dessas práticas na escola. Não (me) basta (mais) discordar, é necessário combater essa política de “educação para o mercado de trabalho”. Abro aqui um parêntese para explicar minha opção pelo uso do “c” no termo *afectar* e seus derivados em contraponto a afeto. Essa escolha se dá em consonância com a definição que Rolnik (2017) apresenta acerca dos sentimentos que desestabilizam e seriam inomináveis. A paixão pelo “objeto” de estudo é algo que valora uma pesquisa e que, no caso da cartografia, é muito desejável. Mas essa “paixão” estaria no plano das afeições que, segundo o dicionário *Houaiss*, é uma “1. ligação afetiva; sentimento amoroso em relação a; afeto, afeiçoamento [...] 2. Inclinação, pendor por alguma coisa [...]” (HOUAISS, 2001, p.100). Para além da afeição que nutro por

³ Desenvolverei um pouco mais sobre isso na apresentação do segundo capítulo desta pesquisa.

⁴ Referência ao “Blues da Piedade”, música de Cazusa, lançada em 1988, no disco *Ideologia*.

muitos temas que envolvem a educação, nesta pesquisa eu procurava mesmo algo que me *afectasse*, que me atravessasse de formas imprevisíveis e incontroláveis.

A comodidade do agir de acordo com esses discursos produzidos a favor do capitalismo neoliberal em que vivemos sustenta a manutenção da relação de poder entre o dominante e o dominado, mas Foucault reflete que, se olharmos para como se dão as relações humanas na microfísica do poder⁵, podemos encontrar o ponto em que pode haver resistência: o poder do dominante só existe se houver o dominado. Se deixarmos a situação cômoda de sujeitos dóceis e conformados com o sistema, há como transformarmos essa relação de poder estabelecida.

Todas essas reflexões “novas” (para mim), conduziram-me na busca por um tema de pesquisa que realmente me *afectasse* e, ao mesmo tempo, produzisse um retorno social. Assim, cheguei ao Movimento de Mães, Pais e Responsáveis pela Escola Pública Municipal Carioca – MovEM-Rio, que já acompanhava desde sua criação, como foco de pesquisa. A partir de suas ações e debates me senti impelida a fazer esse trabalho. Mais adiante discorrerei sobre o MovEM-Rio, por ora, é suficiente apresentá-lo como um grupo de ativistas que se organizou para, coletivamente, ter voz e força para uma participação nas ações políticas que envolvem a escola pública do Rio de Janeiro.

Foucault nos ensinou que a condição para uma busca por justiça social é a subversão que resiste à imposição dos discursos moldadores de homens passivos e dominados. Se os cidadãos privados tomarem consciência de que os dominantes só podem existir se houver os que se deixam ser dominados, poderão se organizar e conquistar o direito humano de decidir como viverão suas próprias vidas. Considero, assim, o MovEM-Rio um grupo potencialmente subversivo e importante na luta por uma escola diferente daquela que apenas promove mão-de-obra dócil para a perpetuação do sistema vigente. Estou implicada nessas ações do MovEM-Rio. Quero fazer parte desse processo de transformação da escola pública, e acredito que essa mudança pode começar pelo olhar empático e cuidadoso com a comunidade escolar. A escuta daqueles – todos que queiram se manifestar – participantes ativos das escolas, é um primeiro passo, mas não o fim: essas histórias e opiniões devem servir para desestabilizar e ampliar as reflexões e ações sobre as escolas públicas. E no último capítulo deste trabalho, pretendo relatar um pouquinho das imensas dificuldades que os responsáveis têm de participar efetivamente das práticas escolares.

...

⁵ “capilarmente, no seu meio, no seu condomínio...” (Giacoia, 2017).

Duas questões fundamentais me acompanharam (e atormentaram) durante quase todo o período em que cursei a disciplina de Metodologia da Pesquisa: os professores sempre indicavam que tentássemos relacionar ao máximo os textos, vídeos e aulas às nossas pesquisas e que conversássemos com nossos orientadores a respeito de várias questões metodológicas. Porém, até o final de setembro, eu não tinha sequer um projeto de pesquisa concluído e, até o final de outubro, tampouco tinha um orientador. Conforme relatei no início do texto, via de regra, as coisas não acontecem exatamente como planejado. Assim foi com o “ano letivo virtual”, em que trabalhei remotamente com meus alunos, e assim aconteceu no primeiro semestre no mestrado; em ambos, os planejamentos mudaram drasticamente. No entanto, a necessidade de nos adaptarmos a novas realidades por vezes oportuniza coisas muito boas. Foi o que aconteceu no mestrado, apesar do horror pandêmico.

Desde os primeiros textos que tratavam de orientação, percebi que a identificação ideológica era um fator fundamental para o sucesso de uma relação entre orientando(a) e orientador(a). A professora Virgínia Kastrup (2019) fala sobre seu entendimento do que é orientar no sentido de “encontrar, junto com o orientando, onde está o seu desejo. [...] ajudar a construir uma problematização e levar a problematização para o campo coletivo” (Kastrup, 2019). Essa ideia reforça minha percepção de que a afinidade é fundamental, ao menos para se construir um trabalho de âmbito coletivo como era o meu desejo. Como dizemos lá no Sul: “escolhi minha turma”⁶.

Um novo problema me implicou, fiz um novo projeto a partir das aulas de Metodologia e, como diz Mia Couto, fui “abensonhada”⁷ com o orientador mais generoso que jamais poderia sonhar. O professor Décio Rocha pegou forte na minha mão (ainda que virtualmente) e topou ser meu guia nesta aventura. Não estou mais “sozinando” (COUTO, 2012. p.23), e com meu orientador vieram muitas parcerias: uma coorientadora⁸ e um grupo de estudos composto pelas melhores pessoas (e pesquisadores⁹!). Juntos, seguimos caminhos

⁶ Expressão usada em tom de brincadeira quando alguém “toma partido” de alguém em um debate, normalmente ideológico. De uso comum em Porto Alegre.

⁷ Intertextualidade com o título do livro *Estórias abensonhadas*, de Mia Couto, do qual faz parte o conto “O cego Estrelinho”, de onde também tirei a palavra “sozinando” à qual me refiro na sequência do parágrafo.

⁸ Ainda que não tenha sido feito um registro formal de coorientação, a profa. Maria Cristina Giorgi (CEFET/RJ) contribuiu enormemente não só para a minha pesquisa, como para o meu (e de muitos) crescimento pessoal e acadêmico. E por isso, por tanto e por tudo sou muito, muito, muito grata a ela.

⁹ Pretendo fazer uma singela homenagem a eles, no decorrer do texto, citando algumas contribuições explícitas que fizeram para a minha pesquisa, ainda que tenham feito inúmeras outras que se dissiparam no texto, para que seus nomes fiquem registrados neste meu trabalho (que certamente é deles também). O uso da exclamação após “pesquisadores!” é um protesto aos acadêmicos que consideram pesquisadores somente aqueles que têm o título de doutor. Consideramos pesquisadores todos que fazem pesquisa, sem hierarquização de titulação.

tentando perceber as texturas, as temperaturas, os sons, os cheiros e os gostos dos teóricos e dos conceitos mais ou menos conhecidos por este grupo tão diverso.

Cada aula da disciplina de Metodologia da Pesquisa 2020/1, ministrada pelos professores Poliana Coeli e Décio Rocha me *afectou*. A desestabilização causada por cada texto, cada vídeo, cada explicação dos professores e dos colegas contribuiu como “pistas” fundamentais para a construção do meu “novo” projeto de pesquisa e para o desejo de executá-lo de forma fluida, aproveitando o processo, ficando atenta para as possibilidades que surgiriam nessa caminhada. Muitos pontos não puderam ser analisados para esse trabalho, por incompetência minha em vê-los ou pela real impossibilidade de esgotar qualquer coisa. Ainda são muitos os “pontos cegos” que me instigam a tateá-los e reconhecê-los hapticamente. E quando se encerre este mestrado, quero continuar tentando ver, como o “Cego Estrelinho”, esse mundo para além do óbvio aos olhos (COUTO, 2012).

Processo de escrita

Com orientação, apoio do grupo de estudos, olhos e ouvidos atentos, e ombros amigos para uma choradinha desesperada de vez em quando, iniciei a organização da minha dissertação pelo sumário. Inicialmente, havia pensado em colocar as análises em uma ordem cronológica. Apresentei essa ideia para o grupo e aceitei a sugestão de Roberta Calixto para que as expusesse de uma forma mais fluida e interdiscursiva, menos cartesiana. Assim, cheguei a uma organização temática por atravessamentos, ou seja, como os assuntos analisados foram percebidos por mim e, dentro dos capítulos que considerei importantes para essa dissertação, onde melhor se “encaixariam”. Ainda na Qualificação, reorganizei meu sumário, mas seguindo essa proposta de afinidades temáticas.

Por sugestão da profa. Maria Del Carmen Daher e do prof. Fábio Sampaio, que formaram, junto com meu orientador Décio Rocha, minha banca na Qualificação, renomeei o capítulo que chamaria “Condições de produção para esta dissertação” como “Implicações nesta dissertação”. Os professores me alertaram para o cuidado a ser tomado com o uso de algumas palavras, especialmente aquelas que podem também referir conceitos que não se aproximam de nossas orientações teóricas. Compreendi a crítica (pela qual sou grata) e fiz a alteração do título. Início, então, esta dissertação com minhas implicações - porque não proponho apresentar uma introdução clássica com meus “objetivos”, “justificativa”, “metodologia” etc. explicitados de forma pontual e linear. Eles também fazem parte de um processo e, ainda que os tenha relativamente delineados em meu projeto (“só por hoje”), são

pensados e repensados a cada nova análise que vai se somando a essa pesquisa e a cada novo texto e conceito que discutimos no grupo de estudos, inclusive a partir das pesquisas dos meus colegas. Assim, optei por apresentar os acontecimentos que me implicaram para que eu chegasse neste momento de escrita - metalinguístico - e sigo avançando por caminhos que penso ser importantes para as análises que apresentarei, como o contexto pandêmico, apresentação do MovEM-Rio, a produção do meu *córpus*¹⁰, a cartografia, os livros que me deram as grandes pistas para a condução dessa pesquisa e, claro, os atravessamentos que vou narrando.

Os três capítulos que entremeiam esta dissertação trarão, especialmente, análises discursivas do *córpus* produzido e narrativas que me ajudaram a me compreender nesses processos. Algumas delas foram apresentadas isoladamente em congressos. Isso foi uma estratégia para praticar, de forma oral e escrita, aquilo que pensava fazer como análise e também para divulgar nas mesas de que participei nossa forma de fazer análise cartográfica do discurso. Cabe registrar que nos dez congressos em que apresentei trabalhos, os outros participantes demonstraram bastante interesse na Análise Cartográfica do Discurso - AnaCarDis¹¹.

Nomeei o primeiro capítulo “Resistências: do individual ao social” por apresentar análises de práticas discursivas de embates às políticas públicas municipais propostas durante a pandemia. O MovEM-Rio, grupo que se formara em 2019, já era um grupo de resistência e, na pandemia, travou lutas contra o vírus, contra a fome, contra o negacionismo¹², contra a morte. Em sua leitura sobre poder e resistência em Foucault, Simone Sampaio sintetiza:

Na concepção foucaultiana do poder como relação de forças, se o poder existe como resultado de uma força, ele não se move sozinho. Aí está a potência da resistência como elemento primeiro na mobilização e nas ações conjugadas naquela relação. A proliferação dos pontos de ataque, as ações forçadas pelas lutas contra o poder, obrigam-no a estar em toda a parte. Assim, o poder é apresentado como história reativa, e o movimento de resistência, como ativação da história. (SAMPAIO, 2006, p.129)

¹⁰ O Grupo de Estudos AnaCarDis opta pela grafia da palavra "*córpus*" com uma grafia compatível com as normas da língua portuguesa, seguindo as considerações dos professores Bruno Deusdará e Décio Rocha, que apontam que o largo uso dessa palavra em pesquisas na área de Análise do Discurso já evidencia a necessidade de ser incorporada nos dicionários. (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021).

¹¹ AnaCarDis ainda é uma proposta de abreviação de Análise Cartográfica do Discurso que está sendo avaliada. Os estudiosos desse tipo de AD ainda não chegaram a um consenso definitivo. AnaCarDis é, também, como chamamos o grupo que se reúne – por enquanto, virtualmente - todo sábado para estudar essas teorias e metodologia, além de compartilhar questões sobre as pesquisas de cada um. A este chamamos “Grupo de Estudos AnaCarDis”, ao qual me refiro nas notas de rodapé número 8 e 9.

¹² Sobre negacionismo, a pós-doutoranda Lira Luz Benites Lázaro diz que “as falas do presidente subestimaram a seriedade da pandemia, estimularam a desinformação como estratégia política e promoveram a pseudociência, enfraquecendo as ações do Ministério da Saúde”. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/estudo-atesta-discurso-negacionista-de-bolsonaro-nos-primeiros-seis-meses-de-pandemia/>. Acesso em: 23/10/2022.

O subtítulo “do individual ao social” refere-se aos processos micropolíticos que inicialmente diziam respeito a cada indivíduo, a como cada pessoa percebia e agia diante de instruções do isolamento, e mais tarde das ameaças de voltar às aulas sem adequação sanitária. Grande parte da população que necessitava trabalhar presencialmente enfrentava, além do medo da morte, o terror de não ter onde deixar seus filhos em segurança física e alimentar. Até que outras práticas micropolíticas, como as manifestadas pelo MovEM-Rio, trouxeram à tona que essas questões, afinal, não eram individuais, mas sociais, de responsabilidade dos governantes. A decisão do retorno às aulas durante a pandemia, como se daria esse processo e a garantia de alimentação dos estudantes – assim como diversas outras políticas públicas emergenciais nessa condição pandêmica, - diziam respeito à sociedade e precisavam ser enfrentadas macropoliticamente¹³.

O segundo capítulo chamei “Resiliências: sujeitos dóceis” pensando no sentido figurado de “resiliências” descrito no *Dicionário Houaiss*: “capacidade de se recobrar facilmente ou se adaptar à má sorte ou às mudanças.” (HOUAISS, 2001, p. 2437), relacionando ao conceito de “corpos dóceis”, retratados como “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado.” (FOUCAULT, 1975 [2010, p.132]). A reflexão de Foucault remete à docilidade dos corpos que se sujeitam ao disciplinamento desejado pelos que detêm o poder. Como sujeitos dóceis que se adaptaram e aceitaram docilmente as ordens de retorno às aulas durante a pandemia, mesmo sem vacinação ou profiláticos, vejo os professores da rede pública municipal do Rio de Janeiro. Assim, neste capítulo, pretendo analisar algumas práticas discursivas que impactaram diretamente o retorno às aulas durante a pandemia.

Para o terceiro capítulo proponho “Reexistência”, não no sentido fundamentado nos estudos de Ana Lúcia Silva Souza (2009) que se debruça nas práticas culturais - como o hip-hop – como possibilidade de existir, resistir e transformar discursos discriminatórios, mas no sentido menos poético mesmo, naquele em que os sujeitos buscam uma nova forma de existir em um mundo com um “novo normal”. Esse “novo normal” em nada se aproxima de algumas expectativas geradas durante o período de confinamento de um mundo mais humano e solidário pós-pandemia, em que as pessoas valorizassem suas vidas e as dos outros. O “novo normal”, do qual tratarei aqui, é o apagamento da memória das milhares de mortes por covid-

¹³ Compreendo, a partir do capítulo “Micropolítica e segmentaridade”, do terceiro volume de *Mil Platôs* (DELEUZE; GUATTARI, 1980 [1996]), que as sociedades e os indivíduos são atravessados por micro e por macropolíticas, afinal “tudo é político” (p.90). E quando falo aqui em política pública emergencial a ser enfrentada macropoliticamente, me refiro ao Estado enquanto instituição centralizadora de algumas possíveis ações impactantes em toda a sociedade.

19, o desejo de retomada econômica acima da preservação de vidas, o fingimento de que tudo não passou de um pesadelo e um “me engana que eu gosto” na retomada presencial das aulas.

Nesse capítulo trarei, então, uma breve narrativa sobre a *Greve pela vida* e seu encerramento anunciado apenas com uma pequena nota na página do Sindicato dos Profissionais da Educação - SEPE/RJ; análises de alguns pronunciamentos acerca da volta às aulas sem revezamento, distanciamento e uso de máscaras, - ou seja, praticamente “o fim da pandemia”, embora ela ainda não tenha acabado -, e o relato das etapas de vacinação, especialmente na cidade do Rio de Janeiro.

O capítulo que corresponderia a uma conclusão, o pretense “fechamento” de qualquer trabalho, nomeei “ALGUMAS CONSIDERAÇÕES – PONTO E VÍRGULA”. Como a proposta é fazer uma pesquisa cartográfica, de acompanhamento de processos (meus e do meu “objeto”), não acho possível estabelecer uma conclusão como um ponto final da pesquisa. Evidente que os processos não se findam apenas porque eu parei de escrever sobre eles em um trabalho, tampouco as minhas considerações seriam as únicas possíveis para as análises do *cópus* que produzi. Por isso, justifico o subtítulo “ponto e vírgula” como uma pausa mais longa, uma parada para dialogar com outras pessoas, um espaço em branco a ser preenchido por mim ou por outros, mas em outro momento.

Resta explicar o destaque em itálico da palavra “ações”. Usei esse recurso para, além de brincar com a possibilidade que a palavra “considerações” apresenta, marcar o caráter de intervenção a que se propõe uma pesquisa cartográfica, pois

defender que toda pesquisa [cartográfica] é intervenção exige do cartógrafo um mergulho no plano da experiência, lá onde o conhecer e fazer se tornam inseparáveis, impedindo qualquer pretensão à neutralidade ou mesmo suposição de um sujeito ou de um objeto cognoscentes prévios à relação que os liga. (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009 [2015, p.30])

Dessa forma, pretendo narrar as implicações desses dois anos e meio de pesquisa e engajamento que *afectaram* minha atuação como professora, pesquisadora e mãe de estudante matriculado em escola municipal. Nesse capítulo, ainda, abordarei as questões de validação¹⁴ de uma pesquisa cartográfica, com base nas pistas de Kastrup e de Passos (2014[2016]) e como percebo isso, de forma autoavaliativa, no meu processo até o momento da defesa.

¹⁴ A cartografia é um modo de se fazer pesquisa relativamente novo no Brasil, e a AnaCarDis ainda é mais recente, não ultrapassando uma década. Assim, a preocupação com a validação no meio acadêmico de pesquisas cartográficas em análise do discurso é algo que me *afecta* e instiga a dar prosseguimento a esse ponto da pesquisa após a conclusão deste mestrado, por não haver encontrado estudos específicos em relação ao tema.

Após essa breve cartografia de minhas implicações iniciais, passo a aprofundar um pouco mais algumas questões e conceitos que me foram fundamentais para produzir as análises. Início pela contextualização do período pandêmico.

Início desta pandemia

A pandemia de covid-19, chegada ao Brasil no final de 2019 e disseminada em nosso país a partir de 2020, impôs rearranjos materiais e físico-emocionais em todos os níveis. A indicação de isolamento daqueles que não praticavam serviços essenciais a fim de preservar os que necessitavam sair de casa para executar suas tarefas profissionais, especialmente aqueles que garantiam a saúde e subsistência da sociedade, foi uma medida emergencial necessária, mas que acarretou inúmeras consequências. Muitas pessoas perderam seus empregos, tantas outras, autônomas, não conseguiam mais garantir seu "ganha-pão". A esperança inicial de que em poucos meses tudo se resolveria e "voltaria ao normal" foi sendo substituída pela descrença na efemeridade do problema bem como na capacidade dos governos de garantirem alguma dignidade às pessoas. Não faltavam somente formas de se conseguir dinheiro, mas leitos em hospitais, oxigênio, medicações.

A população, com medo e desamparada, buscava meios de se reinventar profissionalmente. Muitos puderam se adaptar ao trabalho remoto, feito a partir de casa e compartilhado via internet, mas a grande maioria não tinha essa possibilidade, precisava sair para trabalhar. Assim, parte da população reivindicou o retorno às aulas para que pudesse deixar seus filhos em segurança nas escolas enquanto trabalhava. No entanto, essa solução não era um consenso e logo o debate sobre o retorno ou não às aulas durante a pandemia, antes mesmo de a vacinação contra a doença ser desenvolvida, entrou em evidência nos jornais e nas redes sociais.

Escolas

As escolas básicas, públicas e privadas, fechadas para estudos presenciais no Rio de Janeiro desde o dia 16 de março de 2020, criaram uma série de estratégias a fim de manter vínculos educacionais com as comunidades escolares. A discrepância entre o ensino público e privado ficou ainda mais evidente: escolas que atendiam às classes sociais mais privilegiadas

conseguiram se adaptar à nova realidade de educação à distância¹⁵ com maior rapidez. Já as escolas que atendiam às camadas mais populares, especialmente as escolas públicas municipais e estaduais, enfrentaram problemas de toda ordem - desde estudantes e profissionais da educação que não tinham equipamentos eletrônicos que viabilizassem encontros síncronos virtuais, passando pela carência de internet e mesmo de conhecimentos básicos sobre como manejar esses equipamentos, até questões de carência na alimentação dos estudantes e situações de violência doméstica.

O papel da escola e da educação precisou ser redefinido no plano concreto e no plano das ideias. Nesse movimento, também estabelecido como campo de disputas, responsáveis por estudantes da rede municipal do Rio de Janeiro viram-se convocados a se manifestar e a se posicionar sobre o retorno às aulas presenciais. Para alguns, havia a possibilidade de acompanharem as propostas escolares com os recursos familiares próprios, mas a grande maioria das famílias usuárias da educação pública não tinha os aparelhos necessários, tampouco condições de adquiri-los. Assim, a “nova realidade da educação pública” se tornou caótica. O governo municipal não conseguia organizar uma maneira de garantir a alimentação de milhares de estudantes privados das refeições nas escolas, quiçá solucionou minimamente a questão da aquisição de aparelhos para os estudos remotos. Quando muito, fez um convênio com as companhias telefônicas para darem acesso gratuito de dados apenas para uso em aplicativos escolares. Se o professor quisesse indicar um vídeo disponível em outro *site*¹⁶, não havia gratuidade de dados para os estudantes acessarem.

Professores, muitas vezes desorientados e despreparados para lidar com a situação, trabalhavam exaustivamente preparando atividades para alimentar as plataformas de “salas de aula remotas”, davam aulas síncronas para dois, três alunos por turma e ainda preparavam materiais a serem impressos para aqueles (quase todos) que não tinham acesso à internet.

MovEM-Rio

Já havia, desde o início de 2019, um grupo de ativistas pela escola pública deste município que se reunia na porta de escolas e nas redes sociais, primeiramente, para

¹⁵ Essa “nova realidade de educação à distância” se refere aos recursos materiais necessários para viabilização de aulas remotas, como aparelhos com acesso à internet para todos os estudantes, espaços apropriados aos estudos, segurança física e alimentar... bem como condições de se apropriar tecnologicamente de aplicativos desenvolvidos para fins educacionais e de aulas síncronas – encontros remotos em tempo real etc.

¹⁶ Optei pela grafia original em inglês, por tratar-se uma palavra de uso corrente no Brasil e já dicionarizada. O verbete, no Dicionário Houaiss apresenta a seguinte acepção: “Local na internet identificado por um nome de domínio, constituído por uma ou mais páginas de hipertexto, que podem conter textos, gráficos e informações em multimídia [...]” (HOUAISS, 2001. p.2587).

reivindicar a manutenção do antigo horário de permanência na escola, reduzido¹⁷ no governo Crivella (prefeito do Rio de Janeiro de 2017 a 2020) pela Lei Municipal nº 310/2018 em 30 minutos para o Ensino Fundamental de tempo parcial, em 1 hora para escolas de tempo parcial de Educação Infantil e em 2 horas para escolas de turno integral de Educação Infantil e Ensino Fundamental. O Movimento de Mães, Pais e Responsáveis pela Escola Pública Municipal Carioca - MovEM-Rio também lutava para garantir as horas de planejamento de professores (um terço da carga horária de trabalho) sem afetar os duzentos dias letivos previstos em lei. O calendário para o ano letivo de 2019 previa 17 dias com aulas a menos para os alunos, sendo 15 com horário reduzido e 2 sem aula¹⁸. Essas duas importantes questões foram motivadoras do início da organização desse coletivo. Cabe reforçar que o MovEM-Rio sempre se posicionou favoravelmente ao cumprimento da lei que determinava a reserva de um terço do tempo de trabalho para planejamento dos professores, o que reivindicava era uma estratégia por parte do governo para que os estudantes não ficassem sem aulas nesses períodos¹⁹.

Porém, com o início da pandemia e a suspensão das aulas presenciais, o MovEM-Rio foi gradativamente se consolidando nas redes sociais, não só como um espaço virtual acessível, promotor e produtor de reflexões acerca das questões escolares através de página na rede social *Facebook*²⁰, mas como uma voz de representação coletiva de uma parcela de responsáveis por esses estudantes usuários das escolas públicas do município. Informações sobre suspensão das aulas presenciais, estratégias de ensino remoto, participações em debates com outros segmentos da sociedade, reivindicações de alimentação e amparo às crianças mais vulneráveis foram algumas questões debatidas na página do MovEM-Rio que geraram intervenções reais, manifestações e documentos protocolados junto às autoridades públicas.

Assim, o MovEM-Rio pode ser definido como um grupo de ativistas que luta pela escola pública carioca, que surge de conversas entre responsáveis em portas de escolas, mas que emerge na era digital, e vai ao encontro das tendências de movimentos sociais que se

¹⁷ Conforme noticiado em: <http://www.pilarnews.com.br/noticia/835/secretaria-de-educacao-anuncia-alteracoes-horarios-das-aulas-nas-escolas-municipais>. Acesso em: 10 ago. 2022.

¹⁸ Conforme noticiado em: <https://jornalggn.com.br/noticia/para-nao-contratar-mais-professores-prefeitura-do-rio-retira-horas-escolares/>. Acesso em: 10/08/2022.

¹⁹ A posição do MovEM-Rio pode ser verificada, por exemplo, no trecho de uma postagem de 20 de setembro de 2019: “Nossa luta é PELO CUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA E DIAS LETIVOS PREVISTOS NA LDB, PELO DIREITO DOS PROFESSORES AO 1/3 DE PLANEJAMENTO E PELA CONTRATAÇÃO DE NOVOS PROFESSORES!” (Grifos do próprio MovEM-Rio). Disponível em:

<https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid02Pus1PeZArqaX6XQWfAz41EY1RtkJXvHZ9T6gAhunBm2o4ULdF8Y9yjJbfCRP934Sl>. Acesso em 10/08/2022.

²⁰ Mais informações sobre essa rede social serão dadas no tópico “Produção de cópulas e este cópulas”, na página 27 desta dissertação.

organizam e se fortalecem através das redes sociais²¹, como descrito por Manuel Castells em seu livro *Redes de indignação e esperança*:

As redes sociais digitais baseadas na internet e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar, expandir-se. Ela protege o movimento da repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento com a sociedade em geral na longa marcha da mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada. (CASTELLS, 2013 [2017, p.199])

Parafraseando Rocha (no prelo), para que uma dimensão ética seja resgatada, não bastaria apenas fazer oposição ao que não se deseja, pois o que garante as eventuais conquistas de um plano macro é a afirmação da aliança que se estabelece micropoliticamente por meio de acordos de experimentações coletivas (ROCHA, no prelo, p.34)²². O MovEM-Rio é uma dessas forças que age micropoliticamente para afetar o macro. E, como professora da rede pública municipal e mãe de estudante matriculado também nessa rede, me sinto implicada diretamente nas ações desse grupo.

Nesta pesquisa de mestrado, analisarei postagens do MovEM-Rio que tenham alguma relação com a volta às aulas presenciais durante a pandemia, bem como as articulações e ações sociais que produzem. Sendo assim, um primeiro ponto teórico relevante para essas análises é a diferenciação entre “texto” e “discurso”. O que pretendemos²³ é uma análise discursiva, não apenas textual. Para tal, apoiamo-nos, especialmente, no capítulo segundo do livro *Análise Cartográfica do Discurso: temas em construção* (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021) que aprofunda esse ponto, explicitando que há uma confusão entre estes dois termos – texto e discurso, que comumente são usados como sinônimos.

Os professores Rocha e Deusdará (2021) refazem o trajeto do termo “discurso” a partir dos estudos de Maingueneau (1984 [2008]; 1987 [1989]; 2014 [2015]) e suas considerações ora mais detalhadas, ora mais resumidas sobre a relação de discurso com a comunidade que o produz e é produzido por ele, o que também é chamado “prática discursiva”:

O conceito de prática discursiva é, na verdade, um reformulante de discurso que apresenta uma grande vantagem: se muitas vezes "discurso" foi entendido como sinônimo de "texto", com a nova formulação o equívoco não mais se sustentará, uma vez que "discurso" passa a ser entendido como a articulação de textos e comunidades que alimentam a produção de textos - sendo também alimentada por

²¹ Como bem marcado pelo professor Fábio Sampaio na defesa desta dissertação, é importante considerar que as redes sociais, ainda que possibilitem ações ativistas, não estão protegidas de repressão, “pois são empresas que atendem aos interesses do grande capital, possuem implicações étnico e políticas, materializadas nas dinâmicas algorítmicas que as possibilitam e as gerenciam” (2022).

²² Por ser orientanda do professor Décio Rocha, obtive autorização do autor para citar sua obra, em vias de publicação, a qual tive o privilégio de acessar ainda no prelo.

²³ Aqui falo no plural porque se trata de um entendimento de todos os participantes do Grupo de Estudos de Análise Cartográfica do Discurso a partir da discussão proposta em Deusdará e Rocha (2021).

esses textos. Em outras palavras, o texto é apenas uma das vertentes da prática discursiva. (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p.88)

O MovEM-Rio é uma organização que produz discursos, para além de textos, afinados com práticas que refletem suas ideias. Por isso, também, partimos das práticas discursivas desse grupo, e de seus interdiscursos²⁴, para a produção deste córpus.

Produção de córpus e este córpus

Com base nos argumentos apresentados pelos professores Bruno Deusdará e Décio Rocha, no quarto capítulo de seu livro *Análise Cartográfica do Discurso* (2021), o Grupo de Estudos AnaCarDis percebeu a necessidade de pensar o que seria a produção de córpus como uma perspectiva distinta da "coleta de dados para um córpus" defendida nas pesquisas mais tradicionais. Essa distinção se dá especialmente pelo entendimento de que em uma pesquisa cartográfica, - com processos que vão se desenhando no decorrer dos trabalhos, movidos, promovidos ou removidos conforme nossas pesquisas avançam e outros aspectos se apresentam produtivos -, é impossível partir de um córpus preestabelecido. Se o córpus já existe, não foi produzido pelo pesquisador, tampouco para fins daquela pesquisa. Assim, o córpus não é visto por nós como a composição de uma determinada coleção de textos, mas como o que o pesquisador produz a partir dos materiais que acessa em seu ponto de partida e de tantos outros que segue acessando durante seu processo de pesquisa.

A produção do córpus para esta pesquisa se dá através da análise de postagens do MovEM-Rio, especialmente na rede social *Facebook* – sobre a qual discorrerei ainda neste tópico -, dos comentários dos participantes desse grupo, de suas ações, de algumas notícias de jornais, de documentos oficiais de governantes e de organizações científicas e de alguns outros materiais, posicionamentos e atos que servem como referências sobre o tema. Deusdará e Rocha (2021) apresentam em seu livro as considerações de Sophie Moirand (2004) sobre seus processos de constituição de córpus de pesquisa, em seu trabalho com textos midiáticos. É na referida descrição que me inspiro para falar sobre o processo de produção do córpus deste trabalho.

A partir do início do debate acerca da volta às aulas durante a pandemia de covid-19, o que a autora chamaria de “momento discursivo” – por se tratar de “o surgimento nas mídias

²⁴ Deusdará e Rocha (2021) reiteram o primado do interdiscurso (PÊCHEUX, 1975; COURTINE e MARANDIN, 1981; ALTHIER-REVUZ, 1982; MALDIDIER, 1990; MAINGUENEAU, 1984) – que foi discutido nas obras de tantos teóricos e que, muito resumidamente, refere-se aos enunciados proferidos que produzem sentido a partir da relação estabelecida com um conjunto de outros enunciados.

de uma produção discursiva intensa e diversificada acerca do mesmo fato [...]” (MOIRAND, 2004,p.73) -, percebi que inúmeros textos, em variados gêneros discursivos, começaram a circular nas mídias. Meu foco inicial foi para as publicações na página do MovEM-Rio, mas logo fui ampliando meu olhar para os outros textos que faziam interdiscursos com esses. A extensão inevitável desse olhar é chamada por Moirand de “córpus em bola de neve” (2004, p.74). Para além dessa imagem da “bola de neve” que representa um crescimento agregador de entradas em um córpus em movimento, a autora recorre a uma outra imagem: o “fio vertical do discurso”, que seria por onde transpassam outros discursos que contribuem para a interpretação, o que Moirand (2004) denomina subcórpus.

Em um encontro do nosso Grupo de Estudos AnaCarDis, em janeiro de 2022, coube a mim e à minha colega Ana Paula Fernandes apresentarmos essas ideias de Moirand, somadas a outras considerações sobre produção de córpus propostas por Deusdará e Rocha (2021), no capítulo quarto do seu livro. Nessa apresentação, mostramos uma imagem da constituição de um tecido plano, com fios verticais perpassados por horizontais a fim de visualizarmos como Sophie Moirand havia imaginado a constituição de um córpus transpassado por subcórpus. Propusemos ainda uma outra representação que nos pareceu bastante produtiva para a produção de um córpus em se tratando de uma análise cartográfica do discurso: seria a forma como se entrelaçam os fios para a constituição de um tecido de malha²⁵(Anexo A). Nesse tipo de tecido não há fios verticais e fios horizontais. Os fios se entrelaçam em um movimento de sobe-desce conectando-se com os outros fios em vários pontos laterais, por cima, por baixo... parece não haver um fio que conduza a trama, mas onde todos os fios são da mesma forma importantes para que a malha aconteça em toda a sua elasticidade. Com um “córpus maleável”, conciliável ao movimento, não elenco subcórpus. Vejo ainda essa malha na seguinte afirmação:

Como, em AD, sustentamos que um discurso é constituído pelo atravessamento nem sempre visível e apreensível de outros discursos, e que os textos são expressão material e provisória de embates sócio-históricos, não pode haver uma metodologia de trabalho sobre o linguístico que não passe pela constante restituição dessa dimensão global dos discursos, manifestada pelos primados do interdiscurso e da prática discursiva. (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p.121)

...

O *Facebook*, rede social virtual que, segundo Raquel Recuerdo, foi idealizado por Mark Zuckerberg para criar uma rede de contatos entre estudantes secundaristas que estavam em vias de ingressar em Harvard (RECUERDO, 2009 [2020, p.184]), foi ampliado para o

²⁵ Para quem não conhece muito sobre tecidos, trata-se do tecido usado em camisetas, por exemplo. É um tecido muito mais elástico e flexível, justamente pela forma como seus fios são entrelaçados. No Anexo A, há imagens das tramas de um tecido plano e de um tecido em malha.

público em geral e tornou-se um espaço privilegiado para divulgação de ideias e de ações, comportando postagens e comentários de usuários dessa rede. Cada indivíduo ou organização tem a sua página e as informações podem ser editadas como públicas ou privadas, assim, o *Facebook* funciona através de perfis e comunidades. Segundo o *site Etus Social* (2021), especialista em mídias sociais,

O Facebook continua sendo uma empresa gigante do mercado. Atualmente, a plataforma possui 2,85 bilhões de usuários ativos em todo o mundo, segundo os últimos dados divulgados em 2021. Dessa forma, houve um aumento de 10% em relação ao ano anterior.

Além disso, o app possui grande popularidade, sendo acessado ou visitado por 60,6% dos internautas em todo o mundo.²⁶

A página do MovEM-Rio é pública, permitindo, assim, ser visualizada e comentada por qualquer usuário. No entanto, por tratar-se de um perfil com ideologia ativista em prol de escolas públicas municipais do Rio de Janeiro, recebe intervenções, em sua ampla maioria, de responsáveis por estudantes e de professores dessa rede de ensino. A escolha do MovEM-Rio pelo caráter público da sua página é interessante porque permite que pessoas com diferentes pontos de vista se manifestem. Isso possibilita uma análise mais abrangente sobre um determinado tema, já que, mesmo implicada, terei acesso e não ignorarei comentários opostos ao que penso.

As notícias que aparecem neste trabalho ou foram citadas em alguma postagem na página do MovEM-Rio, ou foram encontradas em *site* de busca pelo tema, por me parecerem relevantes para as análises. Os documentos oficiais que também serviram de base para a produção deste cópuz são os planos de retorno às aulas presenciais dos prefeitos Marcelo Crivella e Eduardo Paes, bem como as recomendações oficiais de órgãos científicos, como a Fiocruz, por exemplo. Além disso, uma propaganda do sindicato dos empresários de escolas privadas – SINEPE também será analisada para ilustrar a pressão pela volta às aulas, bem como o negacionismo de uma parte representativa da população no período pandêmico.

Por entender a produção de cópuz como um processo cartográfico importante para esse tipo de pesquisa e no intuito de contribuir para que este seja um trabalho acessível também àqueles que não são dessa área de pesquisa, explico, a seguir, a que me refiro quando menciono cartografia nesta dissertação.

Cartografia

²⁶ Disponível em: <https://etus.com.br/blog/as-maiores-redes-sociais-em-2021/#:~:text=1%2D%20Facebook&text=Atualmente%2C%20a%20plataforma%20possui%20,internautas%20em%20todo%20o%20mu ndo>. Acesso em 11/08/2022.

O Grupo de Estudos de Análise Cartográfica do Discurso, do qual faço parte, busca produzir suas pesquisas, teorias e análises de discurso a partir de uma perspectiva cartográfica, que tem como base, dentre outras referências, as *Pistas do método da cartografia*, volumes 1 (2009 [2015]) e 2 (2014 [2016]), desenvolvidas por pesquisadores, em maioria, da UFRJ e da UFF, especialmente da área de Psicologia. Algumas pistas apontadas por eles nos parecem muito produtivas também para a área de Análise do discurso, como a pesquisa-intervenção, que muito resumidamente aponta para uma prática de pesquisa que proponha uma intervenção real na sociedade; atenção no trabalho cartográfico, que ora atenta para o macro, ora focaliza em algum ponto que desperta o interesse durante o processo; o acompanhamento de processos, que mais que a enumeração de objetivos pré-determinados e comprovação de hipótese, está interessado em como se dão os processos durante a pesquisa e as implicações que temos; o coletivo de forças, que acredita na coletividade e nas trocas como potências para as pesquisas; e a narratividade, que conta detalhadamente como se dão esses processos, dentre outras pistas. Fica claro aqui, que nossa proposta não é a de se fazer pesquisas imparciais, neutras, mas implicadas em nossas ideologias, ética e atravessamentos.

Em outubro de 2021, os professores Bruno Deusdará e Décio Rocha, lançaram o livro *Análise Cartográfica do Discurso: temas em construção* (2021), trazendo uma riquíssima contribuição para aqueles que, como nós, se afinam com a proposta cartográfica de pesquisa e careciam de uma bibliografia que unisse teoria e prática do fazer análise cartográfica do discurso. Assim, esse é o livro que hoje impulsiona nossas reflexões. Nele, não encontramos “receitas” de como fazer análise cartográfica do discurso, mas pistas, conceitos, percursos e exemplos que inauguram e legitimam uma outra forma de se fazer Análise do discurso.

Deusdará e Rocha defendem que na Análise do discurso não há que se separar teóricos para um lado e analistas das materialidades linguísticas para outro. Pensar e repensar teorias a partir de córpus é uma prática possível e desejável, superando aquele estigma de que apenas a alguns cabe refletir sobre as práticas languageiras e a outros somente é permitido aplicar conceitos. E demonstram isso na prática, quando, por exemplo, defendem não querer alimentar

uma teorização assentada em princípios dialógicos que não se reflitam em nossas interlocuções. É justamente nos interstícios que se produzem entre o que dizemos e o que somos (ou que vamos nos tornando) que se infiltram os pequenos gestos de fascismo que, com o tempo, inviabilizam uma vida digna no planeta. O que se quer, então, é preparar um tempo em que, se não for capaz de excluir toda e qualquer forma de opressão, pelo menos será suficientemente potente para tornar vergonhosas certas posturas de arbitrariedades e autoritarismos na vida, ao buscarmos promover

dispositivos que possam favorecer a colaboração ativa e coletiva de liberação do pensamento e da ação. (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p.20).

Neste ponto, quero ressaltar que o envolvimento dialógico de um pesquisador cartográfico não se dá apenas com a sua pesquisa. As trocas coletivas com o Grupo de Estudos AnaCarDis têm sido fundamentais em todas as etapas deste trabalho. Reconheço como um presente a iniciativa do meu colega de mestrado e de orientador, Victor Hugo Vasconcelos, sugerir a retomada, ainda que virtualmente, dos encontros coletivos para estudos e trocas. Nosso orientador, Décio Rocha, prontamente animou-se com a ideia e organizou os encontros conosco e com seus outros orientandos e ex-orientandos²⁷: Ana Paula Fernandes, Ariane Oliveira, Filipe Abrantes, Giulia Mello, Ingrid V. R. Souza, Juliana Azevedo, Juliana Rettich, Larissa Coelho, Priscila Thereso, Roberta Calixto e Viviane Roux. Logo, minha querida “coorientadora de coração”, Cristina Giorgi, uniu-se ao grupo e, com ela, vieram seus orientandos, os pesquisadores de AnaCarDis do Programa de Pós-graduação em Relações Etnicorraciais – PPRER-CEFET/RJ: Glauce de Lima Silva, Marcelli Braga dos Santos, Marllon Nascimento, Maxwell Aleixo Damásio, Tiago Alves Pereira. Além de toda essa gente linda, ainda contamos com a participação no Grupo de Estudos AnaCarDis de Gabriel Merlim (UFF), Maria Cristina Mendes e Mônica Houry (UFRJ) e, mais recentemente, Maria Del Carmen Daher (UERJ/UFF).

Todo o “processo de pesquisa para fazer uma pesquisa cartográfica” tem sido como uma alfabetização na academia, para mim. Aquelas velhas cartilhas metodológicas, que ensinam o passo a passo para a feitura de uma dissertação, dificultam o pensar “fora da caixa”. E o meu processo de pesquisa se tornou algo tão prazeroso que é como *brincar*, no sentido que Virgínia Kastrup (2019) propõe para brincadeira: como “ação em que conhecimento não se separa do afeto”. O afeto, aqui, parece se alinhar bem às ideias propostas especialmente na parte 3 do livro *Ética*: “A origem e a natureza”, de Espinosa²⁸ :

Quando a mente concebe a si própria e à sua potência de agir, ela se alegra (pela prop. 53). E a mente necessariamente considera a si própria quando concebe uma ideia verdadeira, ou seja, uma ideia adequada (pela prop. 43 da P.2). Ora, a mente concebe algumas ideias adequadas (pelo esc. 2 da prop. 40 da P.2). Logo, ela se alegra também à medida que concebe ideias adequadas. (SPINOZA, Séc.XVII, [2021, p.138]).

²⁷ Os nomes aqui citados seguem a ordem alfabética a fim de não hierarquizar as contribuições para este trabalho e muito menos os graus de amizade formadas. Todos têm minha gratidão.

²⁸ Nas referências, Espinosa está grafado da forma em que foi apresentado na edição que trabalhamos: Spinoza (2021). No entanto, em consonância com a forma que é conhecido no Brasil, grafarei “Espinosa” no corpo do texto.

Mas voltando ao envolvimento com a minha pesquisa, percebo-me, sendo mãe e professora de escola pública, também preocupada com as consequências dessa pandemia de coronavírus, totalmente implicada nos discursos produzidos pelos responsáveis e professores acerca do retorno às aulas durante a pandemia de covid-19. Essa implicação me direciona para a ação, para o engajamento na pesquisa, e esse parece um ponto essencial para o fazer cartográfico, pois, “Entre todos os afetos que estão relacionados à mente à medida que ela age não há nenhum que não esteja relacionado à alegria ou ao desejo.” (SPINOZA, Séc. XVII, [2021, p.139]).

Algumas pistas que constam do livro *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (2009 [2015]) têm sido fundamentais nesse processo. A *atenção do cartógrafo* que aponta para a necessidade de “estar em campo” para acompanhar os processos, seus *planos*²⁹ de afetos, fluxos e transformações (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2009 [2015, p.201]) é uma pista chave para uma pesquisa que visa ao processo e não à representação de um objeto num momento.

O conceito de *atenção do cartógrafo*, também foi apresentado em vídeo pela professora Kastrup (2019), no qual ela explica tratar-se da inserção no campo (ou plano) de pesquisa com uma atenção ampla. No decorrer do meu processo de pesquisa, alguns pontos chamaram uma atenção especial e mobilizei meu olhar para eles, no entanto, isso não significa que o foco se voltou totalmente para esses pontos ignorando outros, pois outras questões poderiam aparecer ou mesmo ganhar força e demandar atenção durante o processo. Por exemplo, inicialmente, pensei em analisar as construções argumentativas daqueles que se posicionaram contra ou a favor do retorno às aulas presenciais antes da vacinação em massa. Ainda considero esse um ponto importante, mas outras questões também foram me chamando mais a atenção, como a recorrência da frase “meu filho não volta” que, usada por inúmeras pessoas como uma frase isolada, é carregada de questões ideológicas interdiscursivas.

Outro exemplo de destaque para a minha atenção foi uma enquete promovida pelo MovEM-Rio, em sua página do *Facebook*, acerca da concordância em se cancelar o ano letivo de 2020. Essa enquete foi respondida por centenas de pessoas que, inicialmente, postavam apenas “Sim”, se concordavam, e “Não”, se discordavam. Até que uma pessoa postou sua posição justificando com argumentos. As novas respostas, a partir daí, começaram a vir todas

²⁹ Passos e Benevides (2009 [2015]) na “Pista 1: A cartografia como método de pesquisa-intervenção” definem que, “na direção do método cartográfico, preferimos dizer que é em um plano, e não em um campo, que a intervenção se dá” porque a “[...] análise/intervenção desestabiliza a própria noção de campo, já que modula seus limites e configurações” (p.20).

com argumentos, o que já me interessou. Porém, dentre essas postagens, uma pessoa argumentou que “professor não gosta mesmo de trabalhar” e isso gerou indignação e toda uma discussão paralela (mas na mesma enquete). Entendo que sobre essas “surpresas”, Virgínia Kastrup nos conclama a estarmos atentos. Se eu estivesse focada apenas em analisar meu objeto inicial, provavelmente não consideraria outras questões interessantes para análise de construções argumentativas postadas no grupo, questões essas que penso serem produtivas para uma narrativa desse período histórico e que evidenciam o caráter de produção contínua deste cópuz. Sobre esses dois exemplos, “Meu filho não volta” e “professor não gosta de trabalhar”, desenvolverei análises no decorrer desta pesquisa.

Virgínia Kastrup, no seu vídeo, destacou outros pontos que favoreceram reflexões para o meu trabalho, como a atenção ao “território”, por exemplo. A professora propõe que seja um “ambiente de vida, não um espaço geográfico” (2019). Entendo que ela se referiu ao *território existencial* que, em *As três ecologias*, Félix Guattari define como território “onde a singularidade e a finitude sejam levadas em conta pela lógica multivalente das ecologias mentais e pelo princípio de Eros de grupo da ecologia social” (GUATTARI, 1989, [1990, p.53]). Isto é, esses *territórios existenciais* seriam maneiras de ser-estar no mundo, relacionadas a um processo de expressão. Em meio às postagens nos debates promovidos pelo MovEM-Rio, o papel da escola (o *território*) para a sociedade carioca tem sido bastante discutido. Nesse momento de pandemia de covid-19, especialmente, em que as aulas presenciais estiveram suspensas, muitas mães, pais, responsáveis e profissionais da educação mobilizaram opiniões sobre a escola ser um lugar de socialização, ludicidade, experimentação, segurança, alimentação, conteudismo ou mesmo um “depósito de estudantes” para que os responsáveis pudessem ir trabalhar fora de casa.

Atravessamentos

Um “ponto-cego” da minha pesquisa que desencadeou um importante processo (ao menos para mim), aconteceu ainda na disciplina de Metodologia, enquanto tentava reelaborar meu projeto de pesquisa: a forma como poderia intervir mais diretamente na questão sobre o retorno às aulas durante a pandemia de covid-19. Ao explicar o conceito de Cartografia³⁰

³⁰ Na 5ª característica aproximativa com a ideia de rizoma, proposta na introdução de *Mil Platôs*, Guattari e Deleuze falam sobre a cartografia com a imagem de um mapa que “é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente” (1980 [1995, p.22]). Entendo essa imagem como uma síntese das inúmeras possibilidades de uma pesquisa-intervenção que está interessada no processo e não na representação de um objeto.

proposto por Guattari e Deleuze no capítulo “Rizoma”, de *Mil Platôs* Vol.1 (1980 [1995]), a professora Kastrup enfatiza que a “Cartografia é sempre uma *pesquisa-intervenção*” (2019), ou seja, o pesquisador precisa estar engajado em sua pesquisa, participando dos processos junto aos outros participantes.

Isso me fez pensar que, para além da preocupação social em produzir uma pesquisa que registrasse as discussões e as vozes de uma parcela da sociedade diretamente afetada com as políticas educacionais neste evento histórico, era necessária uma participação ativa nesse debate, no grupo que pesquiso e onde e sempre que houvesse espaço para reflexões sobre essas questões que me são caras. A questão era encontrar a forma. Seria suficiente fazê-lo apenas participando virtualmente das discussões? Seria possível fazer mais? Provavelmente sim, através da *pesquisa-intervenção*, pois “conhecer o caminho de constituição de dado objeto equivale a caminhar com esse objeto, constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho” (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2009 [2015, p.31]). “Apertei o passo” nessa caminhada. E comecei, paradoxalmente, parando:

No dia 18 de novembro de 2020, ainda sem acesso à vacina ou qualquer remédio profilático ou terapêutico para a *SarsCov II*, recebi uma convocação do prefeito Crivella para retornar às aulas presenciais. Como não tinha nenhuma comorbidade que me respaldasse, entrei em “Greve pela vida”³¹, sozinha na minha escola, (mas junto com minha categoria e por decisão votada em assembleia sindical). Fiz questão de “dar explicações” aos meus colegas sobre minha adesão à greve pois pretendia, assim, convencê-los de que era um ato político importante e possível de ser feito naquele momento. Infelizmente, cada colega que voltou ao trabalho tinha um “forte motivo” para essa atitude, sendo, o principal, o medo de perder a gratificação por dupla regência (hora extra). Cabe ressaltar que esses mesmos colegas que arriscaram as suas vidas e as vidas da sociedade por “necessitarem muito do dinheiro da dupla regência” não entraram em outras greves também, quando a pauta da luta era valorização financeira da nossa categoria.

A “Greve pela Vida” foi uma primeira intervenção possível. As outras viriam somente no decorrer da pesquisa, mas vou criar um suspense e explicitá-las apenas nas minhas “CONSIDERAÇÕES”. Por hora, apenas adianto que o MovEM-Rio apoiou nossa greve e essa atitude me fez ainda mais atravessada pelas ações e debates promovidos por esse grupo que acompanho há mais de três anos nas redes sociais, em suas intervenções nas assembleias dos

³¹ A “Greve pela vida” já havia sido aprovada em assembleia do SEPE/RJ em 30 de julho de 2020, mas eu só fui convocada a retornar às aulas presenciais em novembro. Falarei mais sobre essa greve no terceiro capítulo deste trabalho.

profissionais da educação e em debates e grupos de trabalho para os quais são convidados. O MovEM-Rio me atravessa não só pelo que dizem seus representantes, mas pelas falas daqueles que participam dos debates através de comentários nas redes sociais. Acredito que essa também seja uma forma de escuta atenta que colabora para uma prática transformadora e de resistência.

1 RESISTÊNCIA: DO INDIVÍDUO AO SOCIAL

No primeiro capítulo desta dissertação, me proponho a analisar alguns discursos que identifico como “de resistência” às imposições de retorno às aulas presenciais durante a pandemia em contraponto às resoluções do prefeito Crivella (em 2020) e, posteriormente, Eduardo Paes (2021). Para isso, analisarei a participação do MovEM-Rio no debate intitulado “Por que meu filho não volta?”, promovido pelo vereador e professor Tarcísio Motta. Nesse debate, a representante do MovEM-Rio, Ana Pimentel, apresentou o posicionamento do grupo de ativistas sobre o enunciado “Meu filho não volta” defendendo não ser essa uma questão individual, mas social, e, por isso, necessitada de intervenção governamental.

Ainda neste capítulo, analisarei uma carta aberta do MovEM-Rio, datada de 16 de maio de 2020. Aos dois meses do início do isolamento – com o fechamento das escolas – uma questão central na luta desse movimento se fazia patente: a alimentação das crianças que estavam fora da escola durante a pandemia. Em princípio, não era minha intenção abordar essa questão, mas, com o decorrer do afastamento dos estudantes da escola, o problema da falta de alimentação, repasse de verba da merenda para cestas básicas e cartão alimentação se tornou a principal luta do MovEM-Rio. Por isso, nesta análise, enfatizarei a pista número dois (o funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo), pois foi algo que me atravessou a atenção durante o processo de pesquisa.

Para encerramento deste capítulo, me deterei no plano de retorno às atividades de Crivella. Analisarei o texto da campanha no que tange à volta às aulas, bem como uma propaganda do SINEPE, na qual destaco uma série de enunciados e elementos visuais que indicam um uso para produção de efeitos que conduziriam o espectador a acreditar que as escolas particulares poderiam retomar suas atividades presenciais com segurança. Além disso, tratarei de uma postagem do MovEM-Rio que repudia a ameaça de volta às aulas na rede municipal feita pelo prefeito Crivella e distribuí material escolar e uniformes em novembro, na semana que antecedeu o segundo turno das eleições para prefeito. A principal pista nessa análise é a de número três: “Cartografar é acompanhar processos” (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2009 [2015]).

1.1 “Meu filho não volta”

O MovEM-Rio apresenta uma reflexão sobre o enunciado destacado “Meu filho não volta”, posicionando-se contra o retorno às aulas antes da vacinação em massa. No entanto, demonstra que não há rigor para a construção argumentativa dessa bandeira, ainda que a “boa intenção” de proteger familiares seja evidente. A questão do retorno às aulas envolve a sociedade como um todo, - mesmo aqueles que não estudam ou não convivem diretamente com estudantes-, assim, essa decisão (bem como as políticas necessárias para viabilizá-la) deveria passar pelo âmbito governamental, público e social, e não ser uma responsabilidade individual. Pretendo mostrar, através dessa análise, possíveis produções de sentido causadas pela articulação desses planos no título da *live*³², no discurso da representante do MovEM-Rio e dos que interagiram com a postagem do grupo de responsáveis em rede social, além de discutir se se trata ou não de um aforismo, a partir da definição de Maingueneau (2014 [2015]).

A hipótese de “Meu filho não volta” ser um aforismo me ocorreu a partir de uma disciplina do mestrado denominada “Estudos Discursivos: Desenvolvimentos recentes em AD”. Nela, os professores Décio Rocha e Poliana Arantes abordaram com a turma, especialmente, o livro *Discurso e análise do discurso*, de Maingueneau (2014[2015]). Nos estudos do capítulo 11, “Enunciação presa e enunciação destacada”, Maingueneau expõe sua teoria sobre enunciações aforizantes ou textualizantes, as primeiras apresentando características que, inicialmente, aproximei do enunciado que me chamava atenção. Assim, desenvolvi esta análise a partir de uma materialidade linguística que me atravessara por suas produções de sentido e por sua possível inserção na categoria de aforismo. Começo pelas produções de sentido.

Reafirmando nossa prática cartográfica que, dentre outras características, prima por registrar os processos de pesquisa e reflexão e valoriza a coletividade, não poderia deixar de registrar a observação da professora Conceição Maria Alves de Araújo Guisardi, que estava

³² Aqui, refiro-me ao debate promovido via internet, em tempo real, pelo vereador Tarcísio Motta. Durante a pandemia de covid-19, esses encontros se popularizaram como “lives” e, segundo a *Revista Intertelas* (2020): “A impossibilidade encontros presenciais impôs reuniões à distância, via internet. Mesas-redondas, entrevistas, rodas de conversa sobre os mais diversos assuntos, reunindo gente dos mais variados perfis, estão aos montes por plataformas online afora. Os problemas com microfone, o gato que sobe no teclado, alguém que passa de toalha no fundo, o barulho da construção ao lado, tudo isso é naturalizado. Porque tudo isso é que transforma o momento em, de fato, uma genuína ‘live’”. Disponível em: <https://revistaintertelas.com/2020/07/14/a-pandemia-e-as-lives-mas-o-que-e-uma-live/> Acesso em: 16/08/2022.

mediando o Grupo de Trabalho 14, no qual fiz minha apresentação no I Encontro Brasileiro sobre Internacionalização e Inovação em Estudos Linguísticos, Literários e Formação de Professores de Línguas e da I Semana de Letras da UEMS, em 2021. Ela afirmou que, quando leu o título do trabalho, "Meu filho não volta", pensou tratar-se de uma análise de discursos daquelas pessoas que haviam perdido seus entes queridos.

Essa questão é importante porque afere uma *formação discursiva*, explicitada pelo prof. Décio Rocha em aula nessa mesma disciplina de Estudos Discursivos, em abril de 2021, como “projeções no discurso das formações ideológicas”. Ou, como atribui Maingueneau: “enunciação como correlato de uma certa *posição* sócio-histórica na qual os enunciadore se revelam substituíveis”, (MAINGUENEAU, 1987 [1989, p.14]). Não se trata, portanto, unicamente de uma expressão enunciada por uma mãe ou por um pai num certo momento, mas sim da projeção desse enunciado numa memória discursiva. Ao ler ou ouvir "meu filho não volta" até o início da pandemia de covid-19, a sociedade brasileira geralmente associava a uma ideia de que um(a) filho(a) havia morrido precocemente e seu(s) responsável(eis) buscava(m) justiça³³. Pêcheux, no final dos anos de 1970, já defendia que a formação discursiva seria inseparável do interdiscurso, pois ela seria “constitutivamente ‘invadida’ por elementos provenientes de outros lugares” (PÊCHEUX, 1983, p. 297 *In*: CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004 [2020, p.241]).

Com o fechamento das escolas por causa das medidas restritivas necessárias ao combate à pandemia do SARS-CoV-2, e poucos meses depois, com as ameaças de retorno às aulas presenciais sem vacinação em massa e sem muito conhecimento acerca da doença, houve um deslocamento da formação discursiva "meu filho não volta" como projeção de morte de um ente querido, para uma outra projeção: "meu filho não volta" como uma bandeira de não retorno às aulas presenciais a fim de preservar vidas³⁴. É a essa "nova" formação discursiva que voltaremos a atenção nesta análise.

Medidas de isolamento foram adotadas por aqueles que tinham essa oportunidade e a consciência da importância dessa atitude. No entanto, essa não era a realidade possível para

³³ Exemplos do uso da expressão "Meu filho não volta", nesse sentido de morte, podem ser encontrados nos links: <https://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/337708578/maes-de-manguinhos-fazem-ato-para-lembrar-filhos-mortos-pela-violencia-policia>; <https://www.jornalnh.com.br/2018/05/noticias/regiao/2263293-gestante-perde-bebe-e-familia-quer-explicacoes.html>; <https://www.metropoles.com/distrito-federal/no-enterro-pai-de-adolescente-de-16-anos-morto-desabafa-nenhuma-revolta-trara-meu-filho-de-volta>, consultados em 08 de novembro de 2021.

³⁴ Exemplos do uso da expressão "Meu filho não volta", referindo-se ao não retorno às aulas presenciais, em muitas regiões do Brasil, podem ser encontrados nos seguintes links, consultados em 08 de novembro de 2021: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2021/10/pais-contra-volta-as-aulas-sem-rodizio-de-alunos-em-sao-paulo/>; <https://jornaldebrasil.com.br/brasil/escolas-publicas-meu-filho-nao-volta-so-em-2021/>; <https://www.agazeta.com.br/fala-leitor/irresponsabilidade-diz-leitora-sobre-volta-as-aulas-neste-ano-0720>.

inúmeras famílias. As decisões individuais de não sair à rua, não participar de encontros presenciais, não promover aglomerações contribuíram, sem dúvida, para um retardamento da disseminação e do pico de contágio do vírus, mas não impediram que milhões de pessoas, desamparadas de políticas públicas eficientes, sofressem perdas muito significativas, de inúmeras ordens. Assim, o debate proposto para discussão da questão de retorno às aulas presenciais, quando o Brasil contabilizava mais de noventa mil mortos por covid-19 e cerca de mil mortes diárias³⁵ pela doença, contribuiu para uma reflexão mais aprofundada da sociedade que já se sentia exausta em sua rotina alterada após quatro meses de restrições.

No dia 10 de agosto de 2020, o professor Tarcísio Motta, vereador da cidade do Rio de Janeiro pelo PSOL, fez uma *live* em seu canal no *YouTube*³⁶ com o título "Retorno às aulas: por que meu filho não volta?", com a participação de responsáveis por estudantes: Ana Pimentel, falando pelo MovEM-Rio; Maria Clara Rodrigues, representante do Movimento Inclusão Legal - MIL; e Maria José Freire e Éd (que não teve sobrenome divulgado na *live*), responsáveis por estudantes da rede privada. O debate teve duração de aproximadamente uma hora e mais de duzentos espectadores acompanharam simultaneamente, participando através do *chat*³⁷.

Tarcísio inicia o debate perguntando para Ana Pimentel: "Por que meu filho não volta? Por que as crianças não devem voltar às aulas neste momento? A sala de aula não está fazendo falta?". Essas questões anunciam enunciados que são interdiscursos com aquilo que vinha sendo debatido entre as famílias, entre profissionais da saúde, da educação, e entre toda a sociedade que de alguma forma estava preocupada com os impactos da pandemia de covid-19 na vida cotidiana. É como se essas perguntas nem partissem do vereador, mas da população que ele representa.

Sobre a interdiscursividade, na fala inicial de Ana Pimentel há um reconhecimento imediato de uma fala coletiva. Ela, inclusive, usa a primeira pessoa do plural para defender sua tese, previamente construída em conjunto com seus pares do MovEM-Rio, evidenciando "o que, para analistas do discurso, é um princípio teórico: todo texto se constitui a partir do vínculo indissolúvel com outros textos - princípio do interdiscurso" (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p.66). Ana diz: "Eu venho falar em nome do MovEM, Movimento de Mães, Pais e

³⁵ Números divulgados pelo Consórcio de Jornalismo, disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/31/casos-e-mortes-por-coronavirus-no-brasil-em-31-de-julho-segundo-consorcio-de-veiculos-de-imprensa.ghtml> Acesso em: 16 de agosto de 2021.

³⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AiogkCLcQA>, Acesso em: 10 de agosto de 2020.

³⁷ Segundo o *Minidicionário do discurso eletrônico-digital*, *chat* é uma "conversa informal teclada em tempo real através da internet, portanto, virtual" (2009, p.44) e completo explicando que isso se dá em um espaço próprio para essas trocas por escrito, que normalmente pode ser acessado logo abaixo da janela das imagens compartilhadas.

Responsáveis por Estudantes da Escola Pública Municipal do Rio de Janeiro, e nós somos contra o retorno precipitado das aulas" (MOTTA, 2020, 2min.21seg.). Ao indicar o posicionamento do MovEM-Rio, Ana aciona outras vozes que contribuíram para a construção dessa posição. Acompanhando as postagens via *Facebook*, é possível afirmar que foram considerados, na construção argumentativa coletiva, dados científicos, como a nota técnica emitida no dia 31 de julho pela Fiocruz³⁸, inclusive citada por Ana durante a *live*; preocupações dos responsáveis por alunos em relação ao distanciamento, condições estruturais das escolas, uso e acesso às máscaras protetivas, questões de segurança alimentar etc. Todos esses temas e tantos outros discursos se vinculam à tese desfavorável ao retorno presencial.

Há também uma desautorização do “comitê científico” do governo Crivella - responsável pelas análises conjunturais dos impactos pandêmicos no Rio de Janeiro - como pareceristas adequados. Durante o debate, o vereador Tarcísio faz uma crítica ao "comitê científico" do prefeito, expondo que, dos vinte e nove componentes desse comitê, vinte e dois eram pessoas com cargos comissionados da prefeitura, cinco eram representantes de sociedades médicas, como planos de saúde, e apenas dois componentes eram pesquisadores de instituições científicas, não havendo a participação de ninguém da FioCruz. Na mesma nota técnica mencionada por Ana Pimentel, podemos observar que o desinteresse em uma parceria com essa renomada organização de pesquisa é unilateral (apenas por parte do governo municipal), pois os pesquisadores da FioCruz demonstram disponibilidade através de um "compromisso" assim manifesto:

COMPROMISSO

Reforçamos com essa Nota Técnica que o Instituto Oswaldo Cruz atua também em pesquisa, diagnóstico laboratorial e qualificação de quadros técnicos do SUS, colaborando intensamente para a resposta institucional à pandemia. Além disso reiteramos o compromisso do Instituto Oswaldo Cruz em apoiar firmemente as ações para o controle da pandemia, no sentido de mitigar as iniquidades sociais. Colocamos nossos pesquisadores e comunidade acadêmica à disposição das autoridades educacionais para debater e contribuir na proposição de estratégias focadas na resolução do problema representado pela COVID-19. A PG-EBS³⁹ manterá um grupo consultor permanente que estará disponível para dialogar com instâncias e organizações educacionais para viabilizar as soluções identificadas ou desenvolvidas para que possam ser adequadamente aproveitadas. Além disso, a PG-EBS se compromete a construir uma frente de cooperação com instituições públicas para a construção coletiva das soluções necessárias. (FIOCRUZ, 2020).

³⁸ Disponível em: http://www.fiocruz.br/ioc/media/nota_tecnica_n01_2020_pgebs_ioc_fiocruz.pdf. Acesso em: 16/10/2021.

³⁹ PG-EBS é a sigla para Programa de Pós-graduação Stricto sensu em Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz.

Tanto o vereador Tarcísio Motta, quanto Ana Pimentel concordam que também não há, por parte do governo municipal, interesse em escutar as famílias dos estudantes de escolas públicas. Em suas falas, relatam que as ações tomadas pela prefeitura vão de encontro ao que têm manifestado os responsáveis. Ana Pimentel cita uma enquete promovida pelo MovEM-Rio em sua página do *Facebook* sobre o cancelamento do ano letivo de 2020, na qual 98% dos respondentes manifestaram-se favoráveis ao cancelamento. Além da insegurança de um retorno precoce às aulas presenciais, muitos pleiteavam a isonomia entre as redes privada e pública, não apenas pela discrepância de oportunidades para os estudantes, mas porque o retorno às aulas na rede privada também impactaria na mobilidade urbana, aumentando o risco de contágios e retardando ainda mais a possibilidade de retorno seguro às aulas presenciais para todos.

Pesquisadores da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da FioCruz, em documento emitido em vinte de julho de 2020, ou seja, cerca de três semanas antes da *live*, orientaram:

Diante do exposto e da possibilidade de possível recrudescimento de casos e óbitos no município do Rio de Janeiro, ainda parece prematuro a abertura das escolas, no atual momento da pandemia pelo SARS-CoV2⁴⁰. É necessário que especialistas, epidemiologistas, infectologistas, pneumologistas, pediatras e outros acompanhem e monitorem todo o processo pandêmico. Principalmente para avaliar o impacto no número de casos e mortes com a reabertura dos outros processos produtivos na cidade do Rio de Janeiro.⁴¹ (ENSP/FIOCRUZ, 2020)

Ainda sobre as primeiras perguntas feitas pelo professor Tarcísio no debate, Ana Pimentel respondeu problematizando o próprio título da *live*: "Por que meu filho não volta". No entendimento do MovEM-Rio, essa não deveria ser uma questão a ser decidida individualmente, pois os impactos de um possível retorno às aulas presenciais seriam sociais, logo, deveria ser promovida uma política pública, preferencialmente unificada para redes pública e privada, impedindo esse retorno precoce. Isso não só evitaria muitas mortes, como também uma disparidade acentuada entre as escolas públicas e privadas.

Seu argumento inicial foi construído a partir do número de estudantes matriculados na rede municipal carioca de ensino. E, como confirmamos no próprio *site* da prefeitura do Rio de Janeiro⁴²: "Ao todo, nas 1.540 escolas da Prefeitura, são 650 mil alunos em segmentos que

⁴⁰ SARS-CoV2 é o nome do vírus que pode causar a doença infecciosa coronavírus (covid-19). No entanto, as três denominações são usadas pela população para se referir aos casos desta pandemia.

⁴¹ Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/642e0df1e3a1ae36979cac098a1294ffe3b4716d.PDF>. Acesso em: 16/10/2021.

⁴² Disponível em: <https://prefeitura.rio/cidade/ano-letivo-na-rede-municipal-do-rio-comeca-com-55-mil-novos-alunos/> Acesso em: 13 de outubro de 2021.

passam por Creche, Pré-escola, Ensino Fundamental, Classe Especial e Educação de Jovens e Adultos." Ana fez uma conta rápida que, com o retorno às aulas presenciais, considerando apenas os estudantes dessa rede, ou seja, sem contar os da rede estadual, federal e privada, seriam, no mínimo, mais 650 mil pessoas circulando nas ruas da cidade. Se essas pessoas moram com mais uma pessoa, seriam um milhão e trezentas mil pessoas expostas. Considerando ainda os profissionais da educação e seus familiares, o número de expostos chegaria facilmente a um milhão e meio de pessoas que poderiam ser vítimas e vetores da doença.

Assim sendo, quando as pessoas refletem sobre os perigos de um retorno às aulas presenciais, tendem a querer proteger suas famílias. A primeira reação, para aqueles que podem optar, é decidir pelo não retorno dos seus filhos: "Meu filho não volta!". Acontece que, desta forma, produz-se o falso efeito de estar cumprindo com a sua parte para o bem-estar social. Esse isolamento e o conforto de poder proteger seus entes e ainda colaborar com a sociedade não seria ruim, não fosse a acomodação dessas pessoas que acabam se dando por satisfeitas e não pressionam para que o governo garanta políticas efetivas que protejam toda a sociedade.

Como proposta de intervenção possível, o MovEM-Rio convidou aqueles que são contra o retorno às aulas presenciais antes da vacinação em massa, desenvolvimento de remédios eficazes ou pareceres científicos de instituições confiáveis favoráveis à volta, a aderirem à "Greve Pela Vida" promovida pelo sindicato dos profissionais da educação.

O enunciado "Meu filho não volta" se destacou de forma tão patente nas discussões sobre o retorno às aulas presenciais naqueles primeiros meses de pandemia que me interessei também em analisá-lo em sua característica enunciativa. Queria entender como se dão as produções de sentido por esse aspecto de enunciado destacado. Dessa forma, trabalhei esse enunciado com o conceito de aforismo, observando em que se aproxima e no que se afasta desse conceito a partir das considerações de Maingueneau (2014[2015]).

1.1.1 "Meu filho não volta" apresenta características de aforismo?

A enunciação aforizante é tratada por Maingueneau como uma frase sem texto que pode ser destacada por natureza, como *slogans*, manchetes..., ou destacada de um texto, como as citações, por exemplo. Além disso, o autor sugere que os aforismos sejam enunciados para

uma "espécie de auditório universal"(MAINGUENEAU, 2014 [2015, p.133]), ou seja, não teriam um destinatário ou coenunciador definidos como numa enunciação textualizante. A aforização seria uma prática "monologal": "O aforizador, precisamente na medida em que não assume um papel prescrito pelo gênero de discurso, pode assumir a altura, expressar uma convicção, uma experiência, enunciar sua verdade, subtrair-se à negociação" (MAINGUENEAU, 2014 [2015, p.134]).

Ao analisar o enunciado "Meu filho não volta", compreendo que há uma aproximação com o conceito acima exposto no que tange ao aspecto de *destaque*. Com o passar dos meses, a pandemia foi avançando e, na contramão disso, as ameaças de retorno às aulas presenciais ficaram cada vez mais frequentes. Como consequência, o uso dessa expressão - no sentido de lema combativo de que os estudantes não voltariam para as escolas sem segurança sanitária - foi intensificado e "Meu filho não volta" tornou-se uma espécie de *slogan*, uma bandeira para aqueles responsáveis que pensavam dessa forma.

O teórico francês, acionado para pensar essa análise, aponta que mais uma característica de aforismos seria o peso imbuído em algumas frases que ultrapassaria aquele de uma simples afirmação. Certamente o enunciado aqui em análise traz um "peso" semântico que ainda por cima é interdiscursivo. Dizer "Meu filho não volta" era afirmar-se contra a proposta negacionista do governo municipal, era evidenciar crédito à ciência e às orientações contra o retorno, era posicionar-se politicamente até contra a ideia do governo federal, que comparava a covid-19 a uma "gripezinha"⁴³.

No entanto, se considerarmos as outras características atribuídas ao conceito de aforismo, não é possível identificá-las no uso que foi feito desse enunciado no contexto pandêmico que consideramos para esta análise. Esses distanciamentos serão apresentados no próximo tópico.

1.1.2 Em que pontos se distancia desse conceito?

A premissa de que um aforismo poderia ser uma expressão "sem texto" é o primeiro ponto que não cabe nesta análise. Em realidade, a partir de reflexões propostas pelo professor

⁴³ O presidente Bolsonaro minimizou, em várias ocasiões, o perigo mortal da doença comparando-a a uma "gripezinha", como consta no relatório da *Human Rights Watch* sobre direitos humanos no mundo. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-sabota-combate-%C3%A0-covid-19-diz-relat%C3%B3rio/a-56213559>. Acesso em:24/05/2022.

Décio Rocha na disciplina de “Análise do Discurso” (UERJ, 2021), nenhuma frase poderia ser considerada sem texto, uma vez que sempre estará inserida em algum contexto. No caso de “Meu filho não volta”, mais do que um texto, é possível afirmar que se trata de um discurso – uma prática discursiva que se refere a uma ação de uma comunidade discursiva que a pronuncia e efetivamente se posiciona contra o retorno às aulas presenciais durante a pandemia. E, se considerarmos ainda que se trata de um discurso relacionado com tantos interdiscursos como os apontados no tópico anterior, torna-se ainda mais distante da ideia de expressão sem texto, ainda que não tenha uma citação autoral definida (ou sempre identificável). Ao encontro dessa ideia citamos:

[...] textos podem ser investigados como discursos - quando os confrontamos com as circunstâncias que estão em sua gênese, quando interrogamos as coerções que deixam marcas em sua materialidade linguística sem que estejam no horizonte daquele que os produziu. (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p.91)

Da mesma forma, não me parece adequado para a análise aqui proposta a afirmação de que esse enunciado fosse proclamado para um "auditório universal" impeditivo de negociação. Pelo contrário, entendo que "Meu filho não volta" se inscreve em uma formação discursiva que, no contexto da pandemia de covid-19, projeta uma ideologia nas práticas discursivas acerca da temática e mobilizou, inclusive, muitos debates que buscavam apresentar argumentos em sua defesa, como o que analiso neste capítulo, por exemplo, e/ou propostas para um retorno seguro às aulas em um momento mais viável. Ou seja, houve reflexões de inúmeros coenunciadores e é possível identificar condições em negociação para o retorno em seus interdiscursos, como a defesa da vacinação, uso de máscaras, distanciamento etc.

Ainda que a proclamação da expressão “Meu filho não volta” evidentemente marque um posicionamento enfático sobre a contrariedade ao retorno às aulas presenciais, é dirigido tanto a seus coenunciadores - outros responsáveis por estudantes e políticos -, como também ao que Bakhtin (1979 [2011]) denomina sobredestinatários, ao referir-se àqueles que poderão ter contato com um texto em um outro momento e espaço que não o da enunciação, àqueles a quem o texto não estava inicialmente dirigido, mas que também podem refletir e responder a seu tempo e conveniência.

Recorrendo ainda a Bakhtin, compreendo que "Meu filho não volta", mesmo sendo um

enunciado isolado, é um elo na cadeia da comunicação discursiva. Ele tem limites precisos, [...] mas reflete o processo do discurso, os enunciados do outro, e antes de tudo os elos precedentes da cadeia (às vezes os mais imediatos, e vez por outra até muito distantes - os campos da comunicação cultural).

O objeto do discurso do falante, seja o objeto qual for, não se torna pela primeira vez objeto do discurso em um dado enunciado, e um dado falante não é o primeiro a falar sobre ele. O objeto, por assim dizer, já está ressalvado, contestado, elucidado e avaliado de diferentes modos; nele se cruzam, convergem e divergem diferentes pontos de vista, visões de mundo, correntes. (BAKHTIN, 1979 [2011, p.299-300])

Voltando especificamente ao debate que aqui é analisado, reitero que a questão da recorrência do uso da expressão "Meu filho não volta" produz um efeito de que a atitude de não mandar seu filho para a escola proporciona a sensação de “estar fazendo a sua parte” para o combate à pandemia, o que contribuiu para um relaxamento quanto às pressões coletivas para que o governo municipal do Rio de Janeiro implementasse políticas públicas efetivas de combate à disseminação do vírus. Todos os participantes do debate apontaram para uma percepção de baixa noção de coletividade, pois as pessoas estariam preocupadas com suas questões pessoais, ora voltadas para a preservação da vida de seus filhos e familiares, ora importados em garantir a manutenção de seus trabalhos a fim de ter uma renda, independentemente dos riscos que toda a sociedade sofreria com essa mobilidade urbana.

A representante do MovEM-Rio, Ana Pimentel, conclamou seus companheiros de mesa e toda a sociedade a apoiarem e a participarem da "Greve pela vida", proposta pelos profissionais da educação e deferida em Assembleia virtual do Sindicato dos Profissionais da Educação - SEPE/RJ. Essa greve seria uma forma de resistência aos desmandos de um governo municipal (também em níveis estadual e federal) que não estaria apoiando suas decisões relativas ao fim do isolamento em um comitê científico idôneo, uma vez que seus integrantes seriam majoritariamente cargos comissionados do governo.

Hoje, com um distanciamento temporal de mais de dois anos do referido debate, é possível perceber que essa proposta de intervenção através da greve surtiu efeitos, pois, mesmo quando o então prefeito Marcelo Crivella impôs realmente o retorno às aulas presenciais, na época das eleições municipais (voluntário para os estudantes, obrigatório para os profissionais da educação), em outubro e novembro de 2020, a adesão da sociedade ao retorno foi pequena. É impossível mensurar quantas vidas foram preservadas a partir dessa greve, mas os debates promovidos pelo MovEM-Rio em sua página do *Facebook* contribuíram para uma maior conscientização do coletivo e junto a outros movimentos construíram caminhos possíveis.

Por fim, o aforismo "Meu filho não volta" teve seu sentido de decisão individual deslocado para um posicionamento político-social em que a grande parte da sociedade, mobilizada pela "Greve pela Vida", desempenhou um papel de fazer política pública, quando coletivamente tomou a atitude de não aceitar passivamente a imposição do retorno às aulas

presenciais antes do desenvolvimento de vacinas ou de remédios para tratamento do covid-19. Além disso, o MovEM-Rio contribui para as tarefas éticas de se mobilizar com a comunidade escolar pública municipal e de trazer à tona reflexões preocupadas com a preservação da integridade física da sociedade. Em tempo, o prefeito Crivella não foi reeleito.

1.2 Sabor leite

Neste tópico, não pretendo fazer efetivamente uma análise, mas me valer de uma pista da cartografia -“a atenção no trabalho do cartógrafo” - para narrar um importante processo na minha pesquisa. Explico: “a atenção cartográfica – ao mesmo tempo flutuante, concentrada e aberta – é habitualmente inibida pela preponderância da atenção seletiva” (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009 [2015, p.34]). Quando comecei a pesquisar sobre o retorno às aulas presenciais antes da vacinação, tinha uma visão bem diferente daquela que tenho hoje sobre o papel da escola pública para a sociedade. Pensava que a escola pública era fundamental para a formação de cidadãos críticos e com capacidade de gerir suas vidas e resolver problemas. Questionava o currículo e a metodologia, me preocupava com as dimensões éticas, com o empoderamento das meninas, com as questões raciais e de gênero e com a tão desejável relação estreita entre escola e comunidade escolar. Sonhava com uma escola pública de qualidade social. Apesar de falar no passado, nenhuma dessas questões foi abandonada por mim. Apenas percebi que “o buraco é muito mais embaixo”. O “buraco” está na barriga daqueles que têm fome. Daqueles que têm a escola como um refúgio para segurança alimentar.

Os processos de pesquisa cartográfica podem trazer muitas surpresas e “o cartógrafo não está interessado no contorno do objeto, do problema, mas naquilo que pulsa, que se move, que não entende” (KASTRUP, 2020). E o que “pulsa” no MovEM-Rio é a questão da alimentação dos estudantes. Por isso, narrarei neste subcapítulo alguns episódios que se destacaram durante estes dois anos de pesquisa (e de pandemia) em relação à alimentação dos estudantes.

Em 13 de abril de 2020, em sua primeira postagem após o início da pandemia de covid-19, o MovEM-Rio divulgou em sua página no *Facebook* um cadastramento que estava sendo feito pela prefeitura para que os responsáveis por estudantes - que não faziam parte de nenhum programa de assistência social - recebessem R\$100,00 enquanto as escolas

permanecessem fechadas. A ideia era manter esse auxílio, com os recursos que seriam destinados à merenda das escolas, durante todo o período em que as escolas permanecessem fechadas para as aulas presenciais. O aviso da Secretaria Municipal de Educação era o seguinte:

Buscando o cadastro de responsáveis de alunos matriculados nas Escolas Municipais da Prefeitura do Rio de Janeiro e que não estão inscritos em nenhum programa social, enviamos, abaixo, o link para que o responsável possa realizar o preenchimento para solicitação do cartão alimentação, no valor de R\$ 100,00 (Cem Reais). Informamos que os dados preenchidos são de inteira responsabilidade do responsável e que os mesmos serão analisados para posterior recebimento do benefício, que será pago enquanto durar o fechamento das Unidades Escolares. (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2020)⁴⁴

Divulgaram, ainda, um *link*⁴⁵ para o cadastramento, mas na postagem no *Facebook* o MovEM-Rio já alertava sobre obstáculos técnicos para acessar o *link* por conta do grande número de acessos. E, realmente, nos comentários à postagem ficou confirmada a dificuldade dos responsáveis em completar o cadastro naquele primeiro momento. Por informação encontrada no *site* do jornal *O Globo*, até julho de 2020 somente os estudantes cadastrados em programas sociais haviam recebido algum tipo de auxílio (R\$100, ou cesta básica).⁴⁶

A Defensoria Pública também lançou um formulário, mas este, a fim de conhecer as reais necessidades dos estudantes durante a pandemia de covid-19. A apresentação do formulário da Defensoria tinha o seguinte teor:

Estudantes e Responsáveis, de escolas públicas e particulares do estado do RJ, A Defensoria Pública quer saber quais dificuldades vocês vêm enfrentando em tempos de escolas fechadas pela pandemia. **Respondam agora o questionário e nos ajudem a defender melhor os direitos de estudantes e suas famílias:** <https://bit.ly/EstudantesNaPandemia>. Esse questionário leva **apenas 5 a 10 minutos para ser respondido**, e pode ser **decisivo para melhorar a educação para todas e todos**. Não deixem de responder. Sabemos que as aulas pela internet não são acessíveis a todas as pessoas. Além disso, temos conhecimento das dificuldades financeiras de muitas famílias. Para que a Defensoria possa agir cada vez melhor sobre esses problemas, é importante que o máximo de pessoas responda este questionário: <https://bit.ly/EstudantesNaPandemia>. (DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO, 2020)⁴⁷

⁴⁴ O endereço do *link* disponibilizado é: <https://cartao-alimentacao.apps.rio.gov.br>, no entanto, como os responsáveis que comentaram na página do Movem-Rio, também não consegui abrir o *link*. Como expliquei acima, copiei este chamado para cadastramento de uma postagem na página do MovEM-Rio.

⁴⁵ “Um link (abreviação de hyperlink) é um HTML objeto que permite saltar para um novo local ao clicar ou tocar nele. Os links são encontrados em quase todos os página da web e fornece um meio simples de navegar entre as páginas da web.” Definição disponível em: <https://techlib.wiki/definicao/link.html>. Acesso em: 16/08/2022.

⁴⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/crivella-anuncia-distribuicao-de-cartao-cesta-basica-de-50-para-os-650-mil-alunos-da-rede-publica-municipal-1-24520438>. Acesso em: 09/08/2022.

⁴⁷ Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSek_02FJa3Q14voXfCq-jo9Sh8AxoQg53vt7K4w-keOFCgvw/viewform?fbclid=IwAR3TB5O-bcuA0q8C2upsKErPMs4v30qWTXce-aaLct1WydCCBsnhXQfrJS0. Acesso em 09/08/2022.

Nesse formulário, havia perguntas sobre o recebimento de auxílio alimentação para os estudantes ou recebimento de cestas básicas e se isso era suficiente para substituir a alimentação que o estudante receberia na escola. A Defensoria Pública do Rio de Janeiro conseguiu uma liminar que garantia auxílio alimentação para os estudantes em substituição à merenda escolar⁴⁸. O acordo com a prefeitura era de que todos os estudantes da rede municipal de educação fossem contemplados.

Ainda que teoricamente algumas ações estivessem sendo feitas para amenizar os riscos de estudantes em condições de insegurança alimentar, a prática da distribuição e recarga dos cartões alimentação e, mais tarde, da distribuição de cestas básicas não era regular. Muitos estudantes não recebiam qualquer auxílio em substituição à merenda e logo isso se tornou a principal preocupação do MovEM-Rio.

Até hoje, em 2022, ao abrirmos a página no *Facebook* do MovEM-Rio, é possível perceber que a luta pela segurança alimentar dos estudantes permaneceu durante todo o período em que as escolas estiveram fechadas e, mesmo após o retorno, muitos têm sido os embates por conta da garantia da alimentação. Logo, em maio de 2020, o MovEM-Rio divulgou uma “carta aberta” questionando a forma como a prefeitura do Rio de Janeiro vinha lidando com a questão da alimentação dos estudantes em isolamento. Abaixo, segue imagem da carta publicada:

Figura 1- *print* da carta aberta do MovEM-Rio de 16/05/2020

Movem-Rio - Pela Escola Municipal Carioca
16 de maio de 2020 · 🌐

TEM GENTE COM FOME

Hoje, dia 16 de maio de 2020, completamos exatos dois meses desde o início do isolamento social. Ou seja, desde o dia 16 de março os alunos da Rede Municipal do Rio de Janeiro estão sem aulas. Estão também sem as duas refeições oferecidas nas escolas municipais. Se já havia muitas famílias vitimadas pelo desemprego antes da pandemia, agora o quadro se agravou muito. A queda de renda das famílias veio junto com o aumento da despesa com a alimentação das crianças.

Como a SME e a Prefeitura agiram diante disso? Foi prometido um cartão com míseros 100 reais de compras e que não chegou a todos que necessitam. Foi prometida a entrega de cestas básicas, mas que até agora ninguém viu. Só pra contextualizar, vale mencionar que em Niterói, por exemplo, o auxílio será de 500 reais durante 3 meses, para todos os alunos da rede municipal.

Ontem surgiu a informação oficial da SME de que as cestas só começarão a ser distribuídas para as CREs a partir da semana que vem, com previsão de entrega total até o dia 06 de junho, ainda com a ressalva de que, como a logística depende do entregador e de um lugar, pode haver alterações nesse calendário.

O resultado dessa política de desassistência e desinformação são famílias desesperadas, ligando para as escolas em busca de informação e auxílio, mães indo até as escolas à procura de comida para seus filhos. Enquanto isso o prefeito está ocupado em instalar tomôgrafos na Igreja Universal, de onde é pastor licenciado.

Quem tem fome tem pressa, como dizia o saudoso Betinho, o irmão do Henfil na música do Aldir Blanc, recém-falecido devido ao coronavírus. Estamos em meio a uma pandemia. Mas a crueldade política também mata.

Cadê a comida pras famílias da Rede Municipal, Crivella? Como diz o poema de Solano Trindade: se tem gente com fome, DÁ DE COMER.

MOVEM-Rio
Movimento de Mães, Pais e Responsáveis pela Escola Pública Municipal Carioca
#PelaEscolaPublica
#PelaEscolaMunicipalCarioca

👍👎 245 125 comentários 111 compartilhamentos

Fonte: Facebook. **MovEM-Rio**. Tem gente com fome. Rio de Janeiro, 16 maio 2020. Disponível em: <https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid0275U3PNjB6ebED2jnaGp3H2hGBo2RULsgW5FyVBpFLc5CmvWELLNEk1w6FaFZuk9al>. Acesso em: 09 ago. 2022.

⁴⁸ Disponível em: <https://defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/20498-Defensoria-cobra-pagamento-de-cartoes-alimentacao-da-rede-municipal>. Acesso em: 09/08/2022.

Nesta “carta aberta”, é possível observar algumas estratégias do MovEM-Rio de denúncia e proposição de reflexão que vão dos planos da informação, passando pela cobrança indireta das autoridades, até a cobrança direta de ações do prefeito. Destacam-se ainda as referências ao sociólogo Hebert de Souza (Betinho), que foi um importante ativista contra a fome no Brasil; ao músico e compositor Aldir Blanc, falecido por covid-19; e ao poeta Solano Trindade, com citação de um verso do seu poema “Tem gente com fome”. O professor Fábio Sampaio aponta que:

A questão da fome é indissociável das relações étnico-raciais no país, pois faz parte de um projeto macro e necropolítico de extermínio dos grupos racializados no país. A maior parte da população pobre no Rio de Janeiro é negra, a maior parte dos alunos da escola municipal é negra, a maioria das pessoas afetadas pela crise da Covid é negra, a maioria dos mortos de Covid é negra. E quando o Movem-Rio traz Solano Trindade em sua carta há um diálogo explícito com essa questão. (SAMPAIO, 2022)

O artigo terceiro da Lei no. 11.947, de 16 de junho de 2009⁴⁹ dispõe que “A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas no atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei” (BRASIL, 2009). Os estudantes de escolas integrais, segundo o *site* da prefeitura do Rio de Janeiro⁵⁰, recebem três “refeições” diárias na escola: desjejum (normalmente uma bebida láctea, biscoito ou pão e uma fruta), almoço (arroz, feijão, uma proteína, um legume e uma fruta de sobremesa) e um lanche à tarde (semelhante ao desjejum). As crianças matriculadas na Educação Infantil integral recebem as quatro refeições e estudantes de turno parcial – somente manhã, tarde ou noite – recebem duas “refeições”, o desjejum/lanche e o almoço ou a janta. Essas alimentações garantidas por lei são, para muitas famílias, a segurança alimentar de que seus filhos não passarão o dia sem comer, mas também a possibilidade de “economia” para que outros membros da família possam se alimentar.

Porém, infelizmente, durante os primeiros quatro meses de pandemia a lei não foi cumprida em sua íntegra e inúmeros estudantes ficaram desamparados e viveram o terror da insegurança alimentar⁵¹. E como bem colocado na “carta aberta” do MovEM-Rio, o desemprego alimentar dos estudantes por parte do governo impactou no orçamento das famílias justamente em um momento que o desemprego havia aumentado muito por conta da pandemia. Cabe ainda trazer o alarmante dado que hoje, por conta de um governo federal

⁴⁹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em 09/08/2022.

⁵⁰ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/exibeconteudo?id=6482166>. Acesso em 09/08/2022.

⁵¹ "A insegurança alimentar é um fenômeno que ocorre quando um indivíduo não possui acesso físico, econômico e social a alimentos de forma a satisfazer as suas necessidades, conforme a definição da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)." Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/inseguranca-alimentar.htm>. Acesso em: 09/08/2022.

irresponsável e que teve políticas desastrosas especialmente no enfrentamento à covid-19, temos mais 14 milhões de novos brasileiros no mapa da fome, totalizando 33 milhões nessa situação⁵².

Em junho de 2020, em entrevista à TV Globo, o prefeito Crivella foi questionado por uma mãe sobre a suspensão do cartão com auxílio de R\$100,00. Segundo o *site UOL*⁵³, o prefeito justificou a suspensão afirmando que “O cartão, nós tivemos um problema, porque tinha muita gente usando para comprar cachaça e cigarro. Então, o que aconteceu foi o seguinte: o MP proibiu o cartão” (CRIVELLA, 2020). No entanto, em nota oficial, o Ministério Público respondeu:

O Grupo de Atuação Especializada em Educação (GAEDUC/MPRJ) esclarece que não tem conhecimento sobre a expedição de recomendação ou do ajuizamento de ação requerendo a proibição da distribuição ou da recarga dos cartões alimentação entregues a famílias de alunos da rede municipal pública de ensino. (MP, 2020)

A infeliz declaração do mais infeliz prefeito, além de produzir um efeito moralista e preconceituoso, foi desmentida publicamente pelo órgão citado como mandante da proibição. Em 7 de julho de 2020, o *site* do jornal *O Globo* noticiou a universalização de um auxílio no valor de R\$50,00 reais para todos os estudantes da rede pública municipal do Rio de Janeiro⁵⁴. Não encontrei uma base de cálculo que justificasse nem o valor inicial de R\$100,00 para o auxílio, muito menos sua queda pela metade neste segundo momento.

Um dia após essa notícia, uma mãe publicou um “desabafo” na página do MovEM-Rio, no *Facebook*. Ela relatou a demora para receber a cesta básica e sua decepção com o seu conteúdo. Logo, uma série de comentários denunciaram conteúdos diferentes em suas cestas, mas não havia um depoimento de satisfação, apenas questionamentos sobre as diferenças de produtos e demora no recebimento. Muitas pessoas disseram que até aquela data não haviam sido chamadas pela escola para receber auxílio algum. Uma pessoa disse ter recebido um preparado para sorvete com uma etiqueta colada em cima do rótulo informando ser aquilo uma mistura em pó para leite. Algumas pessoas afirmaram ter recebido, além da cesta, duas dúzias de ovos. Uma mãe fotografou todo o conteúdo da sua cesta que era composta de 900ml de óleo, 1kg de sal, 1kg de arroz, 1kg de feijão, 500gr de macarrão, 200gr de aveia, 1 kg de açúcar, 500gr de amido de milho, 1 pacote de biscoito maizena e 3 pacotes de 400gr de mistura em pó sabor leite, além das 2 dúzias de ovos. Ela comentou sua própria foto, em tom

⁵² Dados disponíveis em: <https://www.brasilsemfome.org.br/>. Acesso em 09/08/2022.

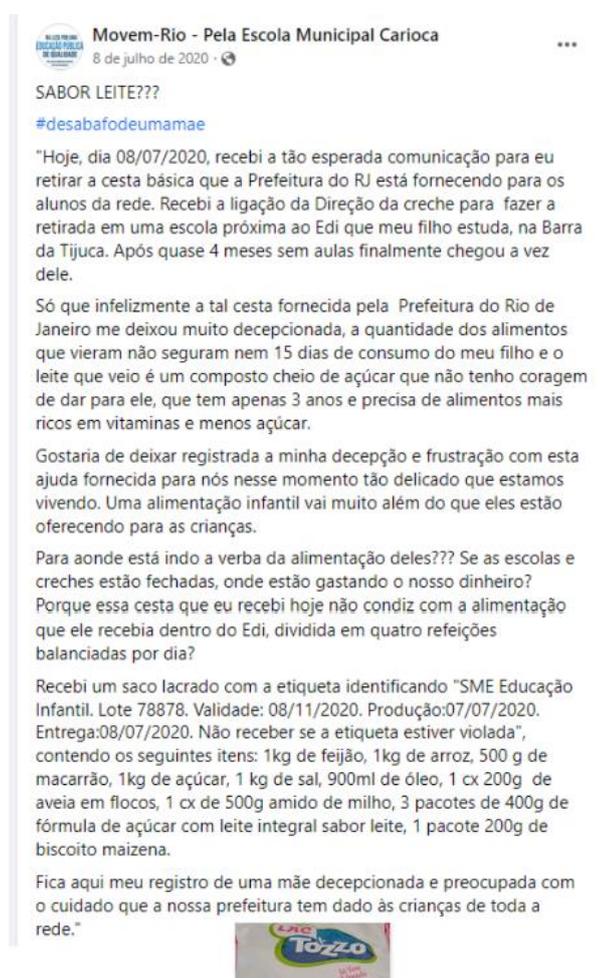
⁵³ Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/06/28/mp-desmente-crivella-sobre-uso-de-auxilio-para-comprar-cigarro-e-cachaca.htm>. Acesso em 10/08/2022.

⁵⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/crivella-anuncia-distribuicao-de-cartao-cesta-basica-de-50-para-os-650-mil-alunos-da-rede-publica-municipal-1-24520438>. Acesso em 09/08/2020.

de ironia: “Esta é a cesta dada pela prefeitura, acrescida de 2 dúzias de ovos. Supre bem a alimentação nesses quase 4 meses né? 😬” (MovEM-Rio, 2020). Outra mãe disse que pesquisou a composição do tal preparado no *site* da empresa *Lac Tozzo*, fornecedora da mistura sabor leite, e ficou muito preocupada com as informações nutricionais do produto – oferecido, inclusive, para crianças da educação infantil. O composto continha uma enorme quantidade de açúcar.

A seguir, a imagem do “desabafo de uma mãe” que gerou todas essas denúncias:

Figura 2- *print* do “desabafo de uma mãe”



Fonte: Facebook. **MovEM-Rio**. Sabor Leite???. Rio de Janeiro, 08 jul., 2020. Disponível em: <https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid0bRjcMxv84YNnTgzmArkmYVmxNefh77CJRXa53onvqZVdJrT73Jn1RUwn2mMuMNLZl>. Acesso em: 09 ago. 2022.

O MovEM-Rio seguiu acompanhando a questão da alimentação e, em 17 de julho de 2020 propôs uma conta matemática a fim de denunciar o descaso da Prefeitura com o cumprimento da Lei 11.947/09:

Vamos fazer um exercício simples de matemática?

A rede municipal de ensino do Rio de Janeiro tem cerca de 640 mil estudantes. O Ministério Público obrigou a Secretaria de Educação a dar uma cesta básica ou cartão alimentação pra cada criança.

Uma cesta ou cartão vale por um mês. Estamos há 4 meses com as escolas fechadas, portanto, para atender a todos os estudantes precisaríamos de 4 entregas para cada um, ou seja, 2.560.000 cestas ou cartões ao todo.

Mas a SME parece bem satisfeita e orgulhosa em anunciar aos quatro ventos em seus canais oficiais que distribuiu 330 mil benefícios desde o início da pandemia, em março - o que significa que temos um déficit de 2.230.000 benefícios!

São estudantes com fome, prefeito! Como é possível você se orgulhar disso?

(MovEM-Rio, 2020)

Uniu-se, então, a outros dois grupos de ativistas, “Passeata das Mães” e “Brigadas Populares” e participou de audiência pública na Comissão de Educação na Câmara dos Vereadores, em 22 de junho de 2020 e da ocupação da Prefeitura, em 21 de julho do mesmo ano. Depois do ato, publicou o seguinte relato em sua página no *Facebook*:

Figura 3- *print* do relato da ocupação da Prefeitura

Movem-Rio - Pela Escola Municipal Carioca
24 de julho de 2020 · 🌐

Cerca de 23 mil pessoas acompanharam na página do MovEM-Rio o ato "Ocupa Prefeitura", realizado na última terça-feira, dia 21/07/2020, em prol da regularização do fornecimento de merenda escolar no período da pandemia da Covid-19, que se estende há mais de 4 meses.

Os mais de 640 mil estudantes da rede pública municipal estão desamparados em termos de alimentação, considerando que muitos não receberam nada, pouco mais da metade recebeu algum benefício, uma única vez, apesar de estarem há mais de 120 dias fora das salas de aula. Vale destacar que quem recebeu o benefício através de cesta básica, encontrou, em alguns casos, produtos de péssima qualidade e com valor nutricional duvidoso, sendo relatadas ainda disparidades com relação à quantidade de alimentos em cada uma das cestas básicas distribuídas.

Ocupamos a sede da Prefeitura ao lado dos movimentos Brigadas Populares e Passeata das Mães com o objetivo de exigir a distribuição de cestas e/ou cartões alimentação, no valor de 100 Reais para 100% dos estudantes, em quantidade e qualidade capazes de satisfazer às necessidades diárias dessas crianças, adolescentes e estudantes da EJA

Fomos recebidos com hostilidade e deboche, os portões da Prefeitura foram acorrentados para impedir o acesso de quem quer que fosse, após a assessora, Sra. Tatiana, da SME, ouvir nossa reivindicação e rebatê-las, com as mentiras desse 'desgoverno' que estamos fartos de encarar.

Somente duas horas após o trancamento do prédio, foi dado acesso à um representante de cada movimento para uma suposta reunião com a Secretária de Educação, Sra. Talma. Porém, uma vez mais, a autoridade máxima da SME furtou-se ao cumprimento de suas obrigações, e mandou assessores em seu lugar, que nada mais fizeram além de rebater as reclamações com escancarado negacionismo de tudo o que temos testemunhado.

O Movem-Rio retirou-se dessa reunião antes mesmo do seu término, convicto de que mais uma vez não estava havendo escuta, empatia, que nossas palavras estavam sendo recebidas com desprezo e descrédito, e que a solução almejada de amparo para a alimentação de 100% dos alunos pelos mais de 4 meses de pandemia, com qualidade e dignidade, não seria atinada.

Recebemos a notícia que a citada reunião foi encerrada após o representante da SME se comprometer a fornecer merenda escolar através de cestas básicas e cartões alimentação no valor de R\$ 50,00 para todos os estudantes matriculados na rede.

Em conclusão, ressaltamos que promessas não enchem barriga, que os estudantes e suas famílias estão abandonados à própria sorte há mais de 4 meses, com uma única distribuição lenta e precária de benefícios, sendo de extrema urgência que todos recebam o que lhes é de direito, inclusive retroativamente, pois a FOME coloca em risco a vida e a saúde dessas crianças e adolescentes.

👍👎👏 87 14 comentários 16 compartilhamentos

Fonte: Facebook. **MovEM-Rio**. Cerca de 23 mil pessoas acompanharam na página do MovEM-Rio o ato "Ocupa Prefeitura", realizado na última terça-feira, dia 21/07/2020 (...). Rio de Janeiro, 24 jul., 2020. Disponível em:

<https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid07yEWJfNwaQYj1bpd5b6gw32G49ptCf5Aq2UK8g8bnMFAdBN26NDj1THo1U5uWTp3l>. Acesso em: 09 ago. 2022.

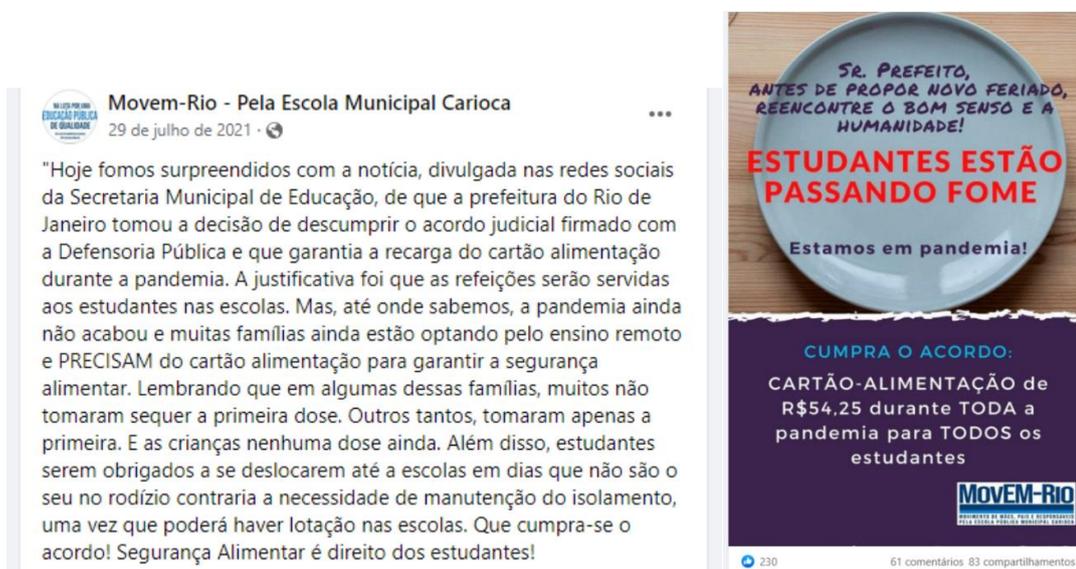
Em 14 de agosto de 2020, a Comissão Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente da Câmara dos Vereadores promoveu uma audiência com transmissão pela TV Câmara⁵⁵ e participação do MovEM-Rio, representado por Luciana do Nascimento. Na ocasião, ela falou sobre os constantes descumprimentos da determinação de pagamento de

⁵⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Q29BVe_fmoU. Acesso em 10/08/2022. A fala da Luciana se inicia às 2h54min. de reunião e dura até 3h03min.

auxílio e/ou entrega de cestas básicas, além da qualidade altamente questionável dos alimentos. Ela ainda cita o Programa Nacional de Alimentação Escolar⁵⁶, que dispõe de cartilha de orientação sobre a alimentação dos estudantes. Nessa cartilha, constam todas as leis que regem o tema, desde os trâmites para compra, preparo, distribuição, até a quantidade percentual de nutrientes para cada faixa etária, em consonância com o tempo de permanência nas escolas. Luciana também apresentou números relativos a uma pesquisa promovida pelo próprio MovEM-Rio, com mais de 2.300 respondentes, que indicam que 73% das pessoas que responderam ao questionário estão muito insatisfeitas com as cestas básicas fornecidas pela prefeitura e que, nestes cinco meses de pandemia, muitas famílias ainda não haviam sido contempladas com qualquer benefício. A indignação da representante do MovEM-Rio transparece no tom de sua fala.

No ano seguinte, já sob o governo do prefeito Eduardo Paes, o cuidado com a alimentação dos estudantes não melhorou muito, mas o MovEM-Rio foi eleito para ocupar uma cadeira no Conselho de Alimentação Escolar do Município do Rio de Janeiro. Luciana do Nascimento foi a representante do MovEM-Rio empossada neste Conselho. Ainda assim, as ameaças de insegurança alimentar pelas políticas públicas do prefeito Paes eram constantes.

Figura 4- *print* da denúncia do MovEM-Rio, em sua página do *Facebook*



Fonte: Facebook. **MovEM-Rio**. Hoje fomos surpreendidos com a notícia, divulgada nas redes sociais da Secretaria Municipal de Educação, de que a prefeitura do Rio de Janeiro (...). Rio de Janeiro, 29 jul., 2020. Disponível em:

<https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid0VSsmvdKmeUHutURpdbKiUi6qs5UvcsCKoJ3ohPRqJNzBXiArbxL2nCd97CvKA9rB8l>. Acesso em: 10 ago. 2022.

⁵⁶ Disponível em: <https://www.fn-de.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-manuais-cartilhas/item/12094-caderno-de-legisla%C3%A7%C3%A3o-2021>. Acesso em 10/08/2022.

Em maio de 2021, as aulas voltaram em todas as escolas municipais, porém, em regime de revezamento. A depender do tamanho das turmas, alunos tinham aula semana sim, semana não, e, em alguns casos, podiam ficar até duas semanas sem aula. Além disso, a volta às aulas presenciais era “voluntária” para os estudantes, pois ainda não haviam sido vacinados. Detalharei melhor a questão da vacinação no terceiro capítulo desta dissertação. A questão é que os estudantes que não voltaram às aulas, com a suspensão do cartão alimentação, ficariam privados desse benefício. E mesmo os que voltaram, não teriam sua alimentação garantida nos períodos de revezamento em que tivessem de ficar em casa, a menos que fossem à escola para fazer as refeições, o que geraria a aglomeração que se tentava evitar à época.

Em 4 de agosto de 2021, o cartão alimentação foi efetivamente vetado pela maioria da câmara de vereadores. O MovEM-Rio havia ajudado a construir um projeto de lei, junto ao vereador Chico Alencar que, entre outros direitos, garantia a manutenção do cartão alimentação aos estudantes. Em sua página no *Facebook*, o MovEM-Rio denunciou o duro golpe e apontou os culpados.

Figura 5- *print* da votação da Câmara dos Vereadores sobre a Lei Municipal 378/21

Movem-Rio - Pela Escola Municipal Carioca
4 de agosto de 2021 · 🌐

📍 Ontem, 3/8, mais um atentado contra a vida dos estudantes cariocas.

👉 Pasmem:

Entrou em votação o Projeto de lei nº 378/2021, do vereador Chico Alencar com outras pessoas da bancada do PSOL, que o MovEM-Rio ajudou a construir. O projeto tinha objetivo de estabelecer direitos aos estudantes da rede municipal de ensino em relação ao contexto das medidas de prevenção à pandemia do coronavírus - COVID-19. O direito mais urgente seria a permanência dos R\$54,25 de cartão-alimentação para todos os estudantes durante toda a pandemia. O que aconteceu é que o projeto FOI VOTADO, MAS NÃO FOI APROVADO!

👉 A Câmara dos Vereadores é CONIVENTE com a violação do direito à Alimentação Adequada e Saudável de estudantes e com as políticas genocidas em curso.

!! ESTUDANTES ESTÃO COM FOME!!

VEREADORES DO RIO ESTÃO CONIVENTES COM A VIOLAÇÃO DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA DOS ESTUDANTES

QUEM VOTA CONTRA O PL 378 QUER ESTUDANTES COM FOME

MovEM-RIO

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
Vol. Nominal - PL Nº 378/2021 ASSIM EMENDADO

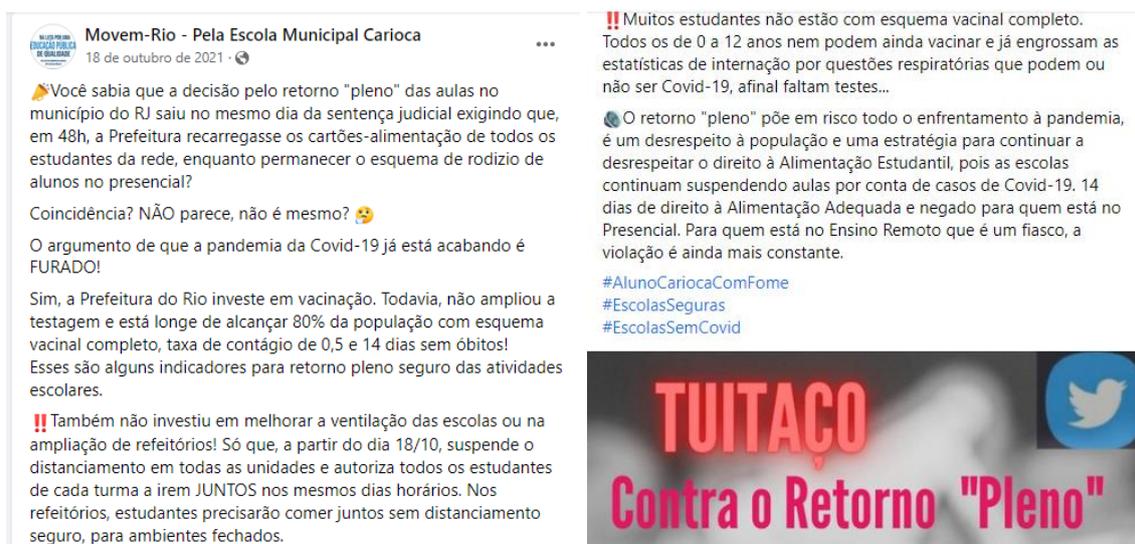
	Alexandre Inaquando	DEM	N	Marcelo Diniz	SOLIDARIEDADE	N
	Átila A. Nunes	DEM	N	Marco Roberto	AVANTE	N
	Carlo Caiado	DEM	IMP	Marco Santos	PTB	?
	Carlos Siqueira	REPUBLICANOS	N	Marcos Braz	PL	?
	Celso Costa	REPUBLICANOS	N	Monica Benicio	PSOL	S
	Cesar Maia	DEM	S	Paulo Pinheiro	PSOL	S
	Chico Alencar	PSOL	S	Paulo Roberto	PSOL	N
	Dr. Carlos Eduardo	PSDB	N	Prof. Célio Lupparelli	DEM	?
	Dr. Gilberto	PTC	N	Roberto Almeida Freitas	CIDADANIA	N
	Dr. João Ricardo	PSC	N	Reimont	PT	S
	Dr. Marcos Paulo	PSOL	S	Roca	PSD	?
	Dr. Rogério Amorim	PSB	N	Rosa Fernandes	PSC	?
	Etel do Carmo	DC	N	Tainá de Paula	PT	?
	Felipe Bord	PATRIOTA	N	Tânia Bastos	REPUBLICANOS	?
	Felipe Michel	PROGRESSISTAS	S	Tarcio Motta	PSOL	S
	Gabriel Monteiro	PSD	?	Teresa Bergher	CIDADANIA	S
	Guilherme Silva	REPUBLICANOS	N	Thais Ferreira	PSOL	S
	Jair de Mendes Gomes	PROS	N	Ulisses Marins	REPUBLICANOS	S
	João Mendes de Jesus	REPUBLICANOS	N	Vera Lima	PROGRESSISTAS	N
	Jones Moura	PSD	N	Verônica Costa	DEM	S
	Luiz Fernando	PSM	N	Vitor Hugo	MDB	?
	Lindbergh Farias	PT	N	Waldir Brazão	AVANTE	?
	Luiziano Medeiros	PL	N	Wesington Dias	PST	N
	Luiz Henrique	AVANTE	N	William Sini	PSOL	S
	Luiz Ramos Filho	PMN	?	Zico	REPUBLICANOS	?
	Marcelo Assis	PTB	N			

17:15

Fonte: Facebook. **MovEM-Rio**. Ontem, 03/08, mais um atentado contra a vida dos estudantes. Rio de Janeiro, 04 ago., 2020. Disponível em: <https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid02UbC7vraHifnEH6w6Zr1SSA99cJahGEHuW5EwYi4RVVLLXMBf7r4vU9UrhympVtdJl>. Acesso em: 10 ago. 2022.

A luta continuou e, em 21 de setembro de 2021 a justiça determinou que os cartões fossem recarregados. A prefeitura recorreu e o “cabo de guerra” seguiu. Até que em 18 de outubro de 2021 o MovEM-Rio fez sua última publicação do ano sobre alimentação. Nela, denunciava que a decisão de retorno pleno⁵⁷ às aulas presenciais acontecera como uma estratégia para evitar a recarga dos cartões alimentação.

Figura 6 - *print* da postagem do MovEM-Rio e convocação para “Tuitaço”



Fonte: Facebook. **MovEM-Rio**. Você sabia que a decisão do retorno “pleno” das aulas (...). Rio de Janeiro, 18 out., 2021. Disponível em: <https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid02D7p7RXvBJtNy293PyBUhtG2qJgPJ8Sv1FpzTerghiqUgNE6rLZktDs51bKtWNsZX1>. Acesso em: 10 ago. 2022.

Como havia anunciado no início deste subcapítulo, não me propuz a fazer aqui uma análise discursiva, e sim a narrativa de um processo movente que “pulsa” nas lutas desse grupo de ativistas que acompanho. Além do mais, essa narrativa evidencia políticas de descaso e desrespeito com a educação pública e seus usuários. Minha atenção ao problema da volta às aulas durante a pandemia, que em princípio era “aberta e sem foco”, através do “rastreo” do objeto, me aproximou da questão da alimentação, permitindo um recontato exploratório, de recuperação de uma memória que leva ao conhecimento desse objeto (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009 [2015, p.40-41]). Argumentos contra o retorno às aulas como “escola não é depósito de crinças” que eu muito ouvia e sempre me soava extremamente desconfortável, agora ultrapassam o desconforto e chegam à inadmissibilidade. Ao encerrar a escrita deste tópico sobre alimentação, entendo que a escola não só é um local seguro para as crianças estarem enquanto seus responsáveis trabalham, como é um espaço garantidor de segurança alimentar para inúmeras famílias. E quando não há

⁵⁷ Fim do revezamento de alunos e distanciamento mínimo recomendados.

possibilidade de se estar na escola, - como aconteceu durante o isolamento e depois no revezamento de alunos na pandemia -, é imprescindível que o Estado garanta a segurança (física, psicológica e alimentar) dos estudantes. Ou seja, todas aquelas questões que eu considerava como papel fundamental da instituição⁵⁸ escola, elencadas no primeiro parágrafo deste tópico, agora são acrescidas de uma escola como território seguro.

No próximo subcapítulo, tratarei das ameaças de retorno às aulas antes da vacinação chegar ao Brasil feitas pelo prefeito Crivella, suas propostas e atitudes eleitoreiras durante a campanha à reeleição e finalizarei com a análise de uma propaganda incitando o retorno às aulas nas escolas particulares que produziu grande revolta em muitas pessoas, inclusive em representantes do MovEM-Rio.

1.3 Crivellagens e outros despropósitos

Neste subcapítulo, pretendo apresentar alguns atos do prefeito Marcelo Crivella, os quais jocosamente nomeei “Crivellagens”. Compactuado com o negacionismo do governo federal, desde o início da pandemia de covid-19, o prefeito Marcelo Crivella fez inúmeras ameaças de retorno às aulas presenciais, mesmo contrariando recomendações de entidades científicas como a Fiocruz. Na gestão de Crivella, foi montado um comitê científico pelo próprio governo municipal, no entanto, nenhuma nomeação foi publicada em *Diário Oficial*. Segundo reportagem assinada por *O Globo*, disponível no *site* da revista *Exame*⁵⁹, essa comissão não teria uma formação fixa, mas alguns integrantes com participações mais constantes nas reuniões *on-line* convocadas pela prefeitura, e outros, mais esporádicas.

Crivella e sua “comissão flutuante” apresentaram planos de retomada de atividades presenciais distribuídas em várias etapas. Chamo planos, no plural, porque foram apresentadas várias versões, que se justificavam de acordo com os relatórios de contágio e internação por covid-19 que eram divulgados toda semana. Em junho, a tal comissão aprovou a reabertura de shoppings, academias e salões de beleza, mesmo com o Brasil tendo se

⁵⁸ Refiro-me a instituição na concepção de Lourau (1970), conceito sobre o qual falarei mais no próximo subcapítulo, na análise da propaganda do SINEPE.

⁵⁹ Disponível em: <https://exame.com/brasil/comite-cientifico-de-crivella-teme-alta-da-covid-19-com-volta-de-shoppings/>. Acesso em 15/09/2022.

tornado o segundo país do mundo em número de mortes pela doença⁶⁰, ou seja, o negacionismo e a falta de cuidado com a saúde das pessoas eram evidentes. E em Edição Especial do *Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro* de 26 de junho de 2020⁶¹, foi publicado um plano de retomada com reabertura das creches e escolas municipais a partir de 1º de agosto daquele ano. As escolas particulares já teriam autorização para reabertura a partir de 10 de julho. A prevalência do plano econômico sobre as vidas humanas estava publicada em *Diário Oficial*. E o Sindicato dos Empresários de Escolas Particulares não perdeu tempo.

A seguir, faço uma análise discursiva de uma propaganda institucional do Sindicato dos Estabelecimentos das Escolas de Educação Básica do Rio de Janeiro - SINEPE, veiculada em televisão aberta e amplamente reproduzida e comentada no último final de semana de julho de 2020, apenas 4 meses após a chegada da covid-19 ao Brasil. O vídeo publicitário foi recuperado em uma notícia do portal *UOL*, que o reproduz integralmente, para noticiar a polêmica sob a seguinte manchete: "Sindicato de escolas do Rio critica isolamento social: 'Não é ciência'"⁶². Precisei recorrer a esse *site* porque a propaganda foi retirada do ar muito rapidamente, tamanha foi a repercussão negativa que aconteceu à época. Tampouco encontrei, atualmente, esse vídeo ou qualquer menção a ele no *site* do SINEPE. O objetivo dessa análise é perceber as produções de sentido a partir do que teria sido dito e mostrado nessa propaganda que poderia ter causado uma reação tão negativa por grande parte da sociedade e como isso foi enunciado.

Para analisar essa produção audiovisual, que aqui chamo de propaganda - por se utilizar de uma cena genérica que corresponde a algumas características possíveis para esse gênero (conceito que será desenvolvido mais adiante) -, recorrerei ao conceito de *cena da enunciação*, lançando mão dos conceitos de *cena englobante*, *cena genérica* e *cenografia* (MAINGUENEAU, 2014 [2015]), bem como o de interdiscurso (PÊCHEUX, 1975; COURTINE e MARANDIN, 1981; ALTHIER-REVUZ, 1982; MALDIDIER, 1990; MAINGUENEAU, 1984; DEUSDARÁ e ROCHA, 2021). Pretendo mostrar, através dessa análise, a coerência do impacto causado na sociedade por conta dos efeitos do discurso do SINEPE na produção audiovisual aqui evidenciada. Para tal, faço a transcrição textual da propaganda, relacionando seu material linguístico e os contextos históricos, de lugar de enunciação e de modo como é enunciado com alguns dos conceitos que estudamos nas aulas

⁶⁰ Dados disponíveis em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cronologia_da_pandemia_de_COVID-19_em_junho_de_2020. Acesso em 15/09/2022.

⁶¹ Disponível em: <https://doweb.rio.rj.gov.br/porta/visualizacoes/pdf/4613#/p:4/e:4613?find=Plano%20de%20retomada>. Acesso em: 15/09/222.

⁶² Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/07/28/sindicato-de-escolas-particulares-do-rio-critica-isolamento-social.htm?> Acesso em: 21/06/2021.

da disciplina de Estudos Discursivos na UERJ, no segundo semestre letivo de 2020, para então apresentar possíveis conclusões.

...

A fim de especificar o momento em que a propaganda foi ao ar, retomo, muito brevemente, o contexto. Nos quatro primeiros meses de pandemia no Brasil, o cenário era assustador: o número de mortes aumentava exponencialmente - mais de mil mortes por dia (no final de julho de 2020), a perspectiva de vacina ainda era remota, alguns testes haviam sido iniciados, mas falava-se em vacinação para dois ou três anos mais para frente. Composto esse cenário, no comando do país, um presidente negacionista que minimizava a situação e debochava da morte, recomendando que tudo voltasse a funcionar porque "todos iriam pegar covid uma hora", e só assim teríamos a "imunidade de rebanho"⁶³. Esses posicionamentos/atitudes foram investigados em Comissão Parlamentar de Inquérito, a "CPI da covid"⁶⁴. A tática do famigerado presidente era referendada por muitos empresários de vários setores - inclusive aqueles que investem em educação como mercadoria - que não se preocupam com a saúde da população, principalmente com a maioria pobre que depende exclusivamente de serviços públicos.

Para a análise dessa propaganda, a "cena de enunciação", conceito presente no livro *Discurso e análise do discurso*, de Dominique Maingueneau (2014 [2015])⁶⁵, norteará as considerações aqui apresentadas. O uso do termo "cena de enunciação" remete à metáfora teatral. A ideia de cena abrange não só a transmissão de uma mensagem, mas a forma como é transmitida, sua sequência, a(s) linguagem(ns) usada(s), as marcas evidentes e as veladas, os acordos e subversões, bem como o lugar, o cenário, o contexto, o "público" e tudo aquilo que importa para a emissão e compreensão dos sentidos produzidos por uma mensagem.

A cena da enunciação, para análise discursiva de base francesa, envolve três cenas que se relacionam entre si: "cena englobante", "cena genérica" e "cenografia", conceitos que Maingueneau já havia desenvolvido em publicações na década de 1990, mas que retoma em outros livros seus. Todos esses conceitos podem contribuir para uma possível análise das

⁶³ Essas falas do presidente foram noticiadas em muitos meios de comunicação, para um exemplo, selecionei este disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/juliana-dal-piva/2021/06/09/imunidade-de-rebanho-bolsonaro-covid-19-video-vacina.htm>. Acesso em: 21/06/2021.

⁶⁴ Essa CPI foi concluída em outubro de 2021 e reconheceu mais de 20 tipos penais, 9 deles sendo cometidos pelo presidente da república, Jair Bolsonaro. As denúncias foram encaminhadas para as jurisdições responsáveis. Notícia sobre isso e sobre novo pedido de CPI está disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/357893/senador-pede-nova-cpi-da-covid-qual-o-desfecho-da-primeira>. Acesso em: 17/08/2022.

⁶⁵ Maingueneau já havia apresentado esse conceito em obras anteriores, mas utilizo sua concepção no livro referido porque foi o que estudamos mais detidamente nas aulas de Estudos Discursivos, na UERJ, no segundo semestre letivo de 2020 e a análise aqui apresentada parte do meu trabalho de conclusão daquela disciplina.

produções de sentido expressas por essa propaganda. O professor da Sorbonne explica que a cena englobante "resulta do recorte de um setor de atividade social caracterizável por uma rede de gêneros do discurso" (MAINGUENEAU, 2014 [2015, p.118]). O material linguístico e audiovisual aqui evidenciado é do tipo publicitário, principalmente porque utiliza um gênero recorrente na publicidade: a propaganda audiovisual televisionada. Esse tipo de discurso corrobora a divulgação da mensagem proposta. No entanto, há inúmeros outros gêneros que compõem uma cena englobante publicitária, como exemplos: *folders* de mercados, panfletos de divulgação de um produto, serviço ou estabelecimento, anúncio em *outdoor* etc.

A cena genérica é determinante na produção discursiva, pois está implicada diretamente com aspectos importantes para a construção dos textos (verbais, mistos, não verbais), como a finalidade à qual se propõe; os papéis desempenhados nas enunciações, que podem ser "estatutários", "verbais" ou mesmo direcionar o tom a ser utilizado; o lugar propício para a emissão da mensagem, visando ao coenunciador; o modo de inscrição na temporalidade, que pressupõe prever uma periodicidade, singularidade, prazo de validade; um suporte, que no caso da propaganda do SINEPE seria o dispositivo comunicacional de transmissão em canal televisivo; uma composição, a consciência de aspectos formais de alguns gêneros mais rígidos e das possibilidades de outros mais flexíveis; e os recursos linguísticos, que possibilitam a adequação a uma variedade linguística mais propícia a determinado gênero (MAINGUENEAU, 2014 [2015, p.120-122]).

A legitimação de uma enunciação se dá não apenas pelos conceitos anteriores, mas pela cenografia imposta para essa desde seu início. "A noção de cenografia se apoia na ideia de que o enunciador, por meio da enunciação, organiza a situação a partir da qual pretende enunciar" (MAINGUENEAU, 2014 [2015, p.123]). A cena genérica dispõe de normas mais ou menos rígidas que servem de base para a singularidade de cada enunciação, mas essa singularidade é obtida através da cenografia. Além disso, a cenografia adequada estabelece uma relação de legitimação com o enunciado que, em troca, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cenografia da qual a fala vem é precisamente a cenografia requerida para enunciar como convém num ou noutro gênero do discurso" (MAINGUENEAU, 2014 [2015 p.123]).

No contexto descrito mais acima, um anúncio publicitário do SINEPE foi exibido através de transmissão televisiva e, posteriormente, divulgado na internet por jornais, entidades⁶⁶ e por indivíduos indignados com seu conteúdo, especialmente com a finalidade de criticá-lo. A escolha do SINEPE de fazer uma propaganda anunciando o preparo das escolas

⁶⁶ Um exemplo disso pode ser encontrado na nota de repúdio publicada no site: <http://contee.org.br/repudio-a-propaganda-enganosa-da-volta-as-aulas-e-a-pressao-sobre-pais-de-estudantes/>. Acesso em: 05/06/2021.

particulares para o retorno às aulas presenciais produz um efeito de que não pretendia um diálogo, visto que esse dispositivo comunicacional não admite coenunciadores diretos. No entanto, ainda que seja um monólogo, há uma interatividade constitutiva ⁶⁷ (MAINGUENEAU, 2014 [2015, p. 26]). Em contrapartida, as críticas a essa exposição que tiveram repercussão pública foram feitas, em sua maioria, em jornais e redes sociais que admitem "comentários" externos, ou seja, interlocução. Em seu capítulo "Mídium e discurso", Maingueneau considera que "o modo de transporte e de recepção do enunciado condiciona a própria constituição do texto, modela o gênero do discurso" (MAINGUENEAU, 2000 [2013, p.82]), pois esses enunciados são pensados e formulados para atingirem objetivos específicos e, para isso, precisam considerar um dispositivo comunicacional. Alguém (ou alguma organização) precisa dizer algo com um determinado sentido, através de um certo meio para seu coenunciador (MAINGUENEAU, 2000 [2013 p.82]). De acordo com o dispositivo, o coenunciador tem ou não a oportunidade de manifestar suas considerações.

O *mídium* "impõe coerções sobre seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer" (MAINGUENEAU, 2000 [2013, p.81]). Ao se propor a comunicar um posicionamento favorável ao retorno às aulas presenciais, o SINEPE poderia tê-lo feito de muitas formas: através de uma carta aberta, de uma mala direta, de panfletos... mas escolheu a propaganda audiovisual como meio. Certamente, esse tipo de transmissão aumenta muito o alcance de sua mensagem, ampliando o número de receptores dela, que passariam de restritos - como donos(as) de escolas, professores(as) e responsáveis por estudantes matriculados(as) em escolas particulares - a qualquer um(a) que estivesse assistindo a um grande canal de televisão aberta no final de semana, inclusive potenciais futuros(as) clientes preocupados(as) com a interrupção da educação de seus/suas filhos(as) ou mesmo com um "lugar seguro" para deixá-los(as) enquanto trabalham.

Dessa forma, preparou seu texto, escolheu a trilha sonora e as imagens considerando o meio através do qual essa mensagem seria veiculada e, principalmente, o seu alcance. Muito provavelmente, esse texto seria bem diferente se produzido para ser publicado em redes sociais, ou na página do sindicato, ou em um anúncio pago em jornal impresso, nos quais o material linguístico seria mais evidenciado do que as ilustrações que compõem, com propósito de impactar, a produção audiovisual feita.

...

⁶⁷ "Qualquer enunciação supõe a presença de outra instância de enunciação, em relação à qual alguém constrói seu próprio discurso." (MAINGUENEAU, 2014 [2015, p.26])

Segundo anotações feitas durante nossos estudos nos encontros virtuais com o professor Décio e a professora Poliana⁶⁸, para a linha de análise de discursos francesa, a propaganda televisiva está ligada a um setor de atividades que produz gêneros de discursos com uma certa estabilidade, compondo, assim, uma cena englobante, um tipo de discurso publicitário. Esse tipo tem por algumas de suas principais características e finalidade social a divulgação de uma ideia, o convencimento do público, um amplo alcance.

A seguir, faço a transcrição do texto narrado "em *off*"⁶⁹ na propaganda do SINEPE:

(1) Os meses se passaram, aprendemos a conviver com o vírus.
(2) O covid nunca irá de todo, o que acaba é o medo.
(3) Hoje, sabemos lidar, tratar, nos proteger respeitando as rotinas, as regras e os protocolos.
(4) Estamos prontos.
(5) Fizemos o dever de casa.
(6) A escola privada está pronta para reiniciar.
(7) Vimos que a ciência é a vacina.
(8) Estudos só confundiram.
(9) Trancar todos em casa não é ciência.
(10) Confinar é desconhecer, é ignorar, subtrair vida, é fragilizar, debilitar, mexer com o emocional.
(11) As crianças precisam voltar a se relacionar, brincar, refazer laços, amizades.
(12) Rever seus amigos.
(13) Hora de reflorir, recriar no novo tempo.
(14) O sol precisa tornar a brilhar.

O vídeo em questão apresenta características genéricas de uma propaganda audiovisual: mostra imagens de crianças e adultos isolados e em aparente sofrimento contrastando com imagens de crianças felizes ao saírem do isolamento. Essas imagens têm grande importância no impacto produzido por essa propaganda, sendo assim, *printei* a tela do computador em cada cena e organizei as imagens e suas descrições em uma tabela apresentada como Anexo B. Cabe ressaltar que as imagens escolhidas para essa produção são fotografias. No entanto, na propaganda, o movimento das imagens se dá através de *zoom*, da transição de cores das fotos, inicialmente em preto e branco com alguns traços pincelados em

⁶⁸ Refiro-me aos encontros da disciplina de Estudos Discursivos (UERJ/2020).

⁶⁹ A narradora não aparece nas imagens. Só é possível ouvir sua voz.

amarelo que "evoluem" para o colorido das fotos - com os matizes principais em azul e verde, remetendo às cores da bandeira nacional. Essas cores não são coincidência, o atual governo federal se apropriou delas de forma que a remissão a essas cores produz um efeito de concordância com um conjunto de ideias que vão ao encontro do projeto ideológico negacionista, além de racista, homofóbico, fascista e voltado para as elites, dentre tantos outros disparates sustentados por esse governo na figura do presidente Jair Bolsonaro.

A trilha sonora traz um piano solo, num volume inicial baixo, que repete uma melodia que vai aumentando a intensidade até que, na passagem das enumerações de aspectos negativos do confinamento em (10): "(...) é fragilizar, debilitar, mexer com o emocional" para (11): "As crianças precisam voltar a se relacionar, brincar, refazer laços, amizades", entra um violino em volume crescente produzindo uma espécie de clímax que seria marcado pelo fim desse confinamento.

O texto linguístico que compõe essa propaganda tem essência conativa, procura convencer os espectadores⁷⁰ de uma ideia. É um texto com frases curtas e assertivas e com uma linguagem simples e acessível à maioria das pessoas. Seu conteúdo, no entanto, é polarizado não apenas por apresentar sua posição diante de um assunto com opiniões diversas relativas ao retorno ou não às aulas presenciais durante a pandemia de covid-19 mas, principalmente, por atacar de forma velada instituições científicas em suas organizações que recomendavam o isolamento àqueles(as) que tinham essa condição e o não retorno às aulas presenciais.

Deusdará e Rocha fazem uma diferenciação entre instituições e organizações que pode contribuir para a compreensão do papel do SINEPE nas questões concernentes à educação básica: “Uma aproximação à perspectiva institucionalista requer então que não se confunda instituição – a forma abstrata que produz as relações – com organização – os dispositivos concretos que dão atualidade às relações formadas” (2021, p.179). E mais adiante, os professores exemplificam mais didaticamente: “uma coisa são as organizações que, a exemplo da escola, da universidade, do hospital etc., promovem a produção de sentidos para algo de uma outra ordem que chamaremos de instituições: a formação, a saúde, a verdade etc.” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p.181). Ou seja, o direito à educação básica seria uma instituição, garantida socialmente na Constituição Brasileira⁷¹. Já o SINEPE, como um

⁷⁰ Usei aqui "espectadores" e não "coenunciadores" porque entendo, pelo conteúdo da propaganda, que o enunciador SINEPE não pretendia estabelecer um diálogo e, sim, impor a sua tese e solução como óbvias.

⁷¹ Diz o artigo 205 da Constituição: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988).

sindicato que representa os empresários de escolas particulares, seria uma materialidade, uma organização que mediaría a relação entre essa instituição educacional, mas também entre a lógica neoliberal - que vê a educação como um negócio que pode ser lucrativo - e a parcela da sociedade que a consome.

Nas aulas de Estudos Discursivos, o professor Décio Rocha chamou-nos a atenção para o fato de que Maingueneau (2014 [2015]) parece não distinguir *instituições* e *organizações*. Isso pode causar uma certa confusão se considerarmos analisar, por exemplo, os lugares de atividade nos quais se dão os discursos. A atenção voltada para os gêneros discursivos ativados por uma organização, como o vídeo publicitário promovido pelo SINEPE, seriam, para Maingueneau, institucionais, e nesse caso não dariam conta da inter-relação entre as questões de educação como um direito, o capitalismo, a mercantilização da educação etc., porque tanto essas questões quanto o próprio SINEPE estariam no mesmo patamar de instituições.

O material linguístico dessa propaganda é narrado por uma voz feminina que fala na primeira pessoa do plural, personificando em um "nós" a prática das ações de aprender, superar o medo, saber lidar, tratar, proteger e respeitar as rotinas, até definir que esse "nós" é (6)"a escola privada [que] está pronta para reiniciar". O uso do dêitico que marca primeira pessoa produz o sentido de que há pessoas (tão humanas quanto qualquer uma que possa assistir à propaganda) que estão se dedicando, e por que não, se arriscando para garantir o retorno às aulas daqueles que pagam por uma educação privada. O uso da primeira pessoa do plural pode causar o efeito de que a escola privada seria empática com seus clientes.

A propaganda se inicia com a apresentação de um jogo de causas e consequências, anunciando um pretense "raciocínio lógico". O enunciador produz o efeito de conduzir o raciocínio do espectador de uma forma lógica quando diz que as pessoas que compõem a escola particular aprenderam a viver junto (em tempo e espaço) com o covid-19 porque os meses se passaram. Aqui produz-se o sentido de que, com o passar do tempo, há um acúmulo de experiência. O "conhecimento empírico" adquirido com a experiência sobre essa doença pandêmica "ao longo" desses quatro meses já prepara para a contraposição à entrada (8), em que há a afirmação de que "Estudos só confundiram". Ou seja, o sindicato dos empresários de escolas privadas privilegia um saber popular - evidenciado pelas experiências acumuladas em apenas quatro meses, - em detrimento do saber científico que até hoje está "correndo contra o tempo" experimentando, reexperimentando, testando e retestando para obter conclusões comprovadas com métodos científicos.

Não avalio, nesta pesquisa, o quanto os conhecimentos empíricos são importantes nas e para as sociedades e tampouco exemplifico as vezes em que se provaram cientificamente suas razões; bem como não interessa, neste momento, evidenciar os equívocos tidos como "conhecimentos certos" que foram retificados ao longo da evolução humana. O que chama a atenção nessa propaganda em análise é a incoerência de uma representação de estabelecimentos de educação formal que exalta o empirismo (conhecimento adquirido com experiências extraescolares, sem o uso de métodos científicos que o comprovem), dizendo, com todas as letras, que "estudos só confundiram".

A mensagem passada por esse sindicato produz o sentido de que estudos (científicos, subentende-se) confundem, logo, é melhor manter-se, e manter seus filhos e filhas, longe dos estudos. Os efeitos da frase (8) "Estudos só confundiram" e prosseguindo (11) "As crianças precisam voltar a se relacionar, brincar, refazer laços, amizades. (12) Rever seus amigos.", são de que a escola que esse sindicato apresenta como pronta para reiniciar é um espaço que tem o propósito de promover unicamente a socialização⁷² e que se afasta dos estudos como oportunidades para reflexões e desenvolvimento de saberes.

Muitas vezes, para que um enunciado seja validado, faz-se necessário que o enunciador cumpra "o quadro desse dizer" (MAINGUENEAU, 2006 [2008, p.51]), ou seja, cumpra etapas preestabelecidas para um gênero discursivo que favoreçam a compreensão de um determinado discurso como tal, afinal, essa "adequação" contribui para a encenação que ajudará a dar o sentido a um texto. Na propaganda em questão, o SINEPE utiliza uma cenografia de uma espécie de redação dissertativa. Introduce seu tema apresentando uma marcação dêitica temporal de passado, na qual indica a passagem dos meses e propõe sua tese (2): "O covid nunca irá de todo, o que acaba é o medo". Então inicia sua argumentação com o dêitico que indica o tempo presente (3) "Hoje, sabemos lidar (...)". Argumenta, ainda, que a escola privada estaria pronta para reiniciar porque teria feito seu dever de casa, ou seja, teria se preparado para atender os protocolos de higiene e segurança. O terceiro argumento seria a distância temporal da solução para a pandemia (e para o isolamento, proposto pelas organizações científicas), já que em julho de 2020 ainda não havia uma perspectiva real para a aplicação de vacinas contra o vírus. E, então, apresenta o quarto argumento: (8) "Estudos só confundiram", o qual já comentamos sua incoerência anteriormente.

⁷² Gostaria de expor que minha prática escolar docente é a de valorizar os conhecimentos empíricos como um importante fator cultural e que, para mim, a socialização promovida pela escola é um dos principais aspectos formativos dos e das estudantes e da comunidade escolar como um todo. No entanto, esses fatores complementam o acesso às reflexões e produções de estudos científicos.

A conclusão apresentada na propaganda é a de que o confinamento não seria uma solução científica, outra incoerência, uma vez que a Fiocruz⁷³, órgão reconhecidamente científico, recomendava, baseada em pesquisas científicas, o não retorno às aulas naquele momento. Três meses após esse evento, ainda não recomendando o retorno às aulas presenciais, mas sensível à situação desesperadora relativa ao afastamento de milhões de crianças das escolas, a Fiocruz fez estudos complexos e específicos para orientar o preparo adequado para um futuro retorno às aulas, considerando a biossegurança e o monitoramento da situação epidêmica. Assim, divulgou um documento, uma espécie de relatório-manual, denominado *Contribuições para o retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia de Covid-19*, em setembro de 2020. Em suas conclusões, dita:

A situação de maior segurança encontra-se na faixa verde e aliada ao rastreamento de casos, significando o menor risco para toda sociedade. Nestas circunstâncias o retorno às aulas pode ser recomendado, acompanhado das medidas de higienização e distanciamento, mas sempre com a orientação dos especialistas. (FIOCRUZ, 2020, p.76)⁷⁴

Seguindo essa cenografia com estrutura dissertativa, a propaganda do SINEPE propõe uma solução: (11) "As crianças precisam voltar a se relacionar, brincar, refazer laços, amizades. (12) Rever seus amigos." E finaliza com frases que conclamam à ação: (13) "Hora de reflorir, recriar o novo tempo. (14) O sol precisa tornar a brilhar."

Entendo que o SINEPE escolheu uma cenografia adequada para divulgar a ideia que defendia cumprindo a legitimação de "mão dupla" necessária para uma possível adesão dos destinatários. O texto dissertativo-argumentativo propõe uma tese e argumentos que a defendem, bem como uma conclusão que pode apresentar soluções para possíveis problemas. Ao se utilizar dessa cenografia, o SINEPE pode apresentar sua tese de que as escolas particulares estavam prontas para voltar com as aulas presenciais, pode argumentar, - ainda que apresentando argumentos que desvalorizavam as orientações científicas, o que era, no mínimo, inesperado para uma representação de estabelecimentos formais de educação - e pode concluir propondo que as crianças voltassem a socializar. A incoerência argumentativa se dá, principalmente, de forma interdiscursiva, pois se contrapõe a recomendações de organizações científicas e a ideias de que as escolas são locais para estudos.

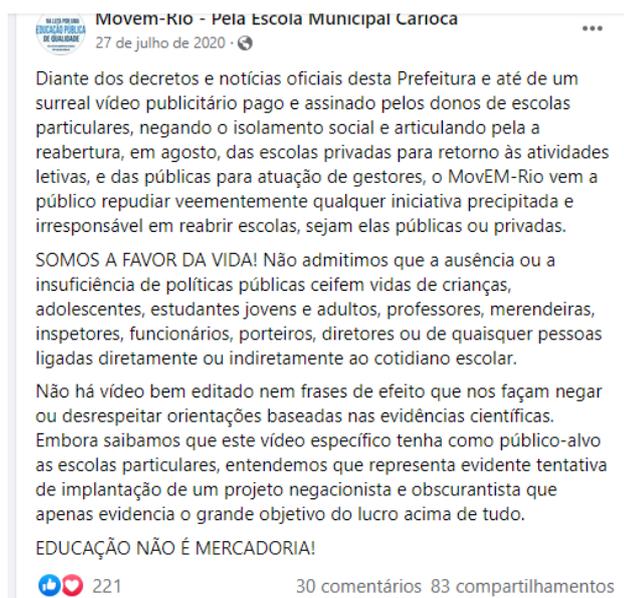
⁷³ Disponível em: <http://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/49297>. Acesso em: 05/06/2021.

⁷⁴ Desde o início da pandemia de Covid-19, o Rio de Janeiro chegou na faixa verde de risco de transmissão da doença, pela primeira vez, apenas em 16 de novembro de 2021, como indicado na notícia de *O Globo*, disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/11/26/rj-tem-bandeira-verde-para-covid-pela-primeira-vez-desde-o-comeco-da-pandemia.ghtml>. Acesso em: 17/08/2022.

Não foi pela cena englobante publicitária, tampouco pela cena genérica ou pela escolha da cenografia feitas que a propaganda do SINEPE teve uma repercussão tão ruim, pelo contrário, considero que essas escolhas foram adequadas ao objetivo. A propaganda foi rechaçada pelo seu conteúdo negacionista como (8)"Estudos só confundiram" e absurdo, como (9)"Trancar todos em casa não é ciência", mas também pelo efeito de posicionamento político alinhado ao então governo federal, como fica evidente nas imagens e na paleta das cores utilizadas para constituir o discurso. Uma informação extra, apenas para registro contextual, nessa época Jair Bolsonaro contava com cerca de 70% de rejeição do povo brasileiro. Infelizmente, dois anos depois, o povo, desmemoriado, o levou para o segundo turno em disputa com o presidente Lula.

Na página do *Facebook* do MovEM-Rio, também houve manifestações indignadas pelo conteúdo da propaganda e pela ameaça de retorno precoce às aulas presenciais:

Figura 7- *print* de publicação do MovEM-Rio



Fonte: Facebook. **MovEM-Rio**. Diante dos decretos e notícias oficiais (...). Rio de Janeiro, 27 jul., 2020. Disponível em: <https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid02tjh1sJ78geZ5e57FazPR1Gpc5z2Kto5obiaX6YgjJ2WwjydbxQoe7213ZuYNwjl>. Acesso em: 05 jun. 2021.

A preocupação do MovEM-Rio ia de encontro às ações do governo que, além de colocar inúmeras vidas em risco, compactuava com uma maior disparidade entre a educação pública e a privada, autorizando o funcionamento de escolas particulares antes de dar às públicas quaisquer condições de funcionamento efetivo. A frase de encerramento da manifestação do MovEM-Rio “Educação não é mercadoria!” é uma bandeira da educação pública e do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação – SEPE, há muito tempo, e

crítica, inclusive, o projeto de desmonte das escolas públicas em prol da valorização das escolas privadas.⁷⁵

Em 08 de agosto de 2020, com a perspectiva iminente de um retorno às aulas presenciais, uma professora da rede municipal participou de uma “capacitação” e desabafou, indignada, na página do MovEM-Rio:

Disseram que as escolas têm q ter criatividade para garantir a segurança de todos. Que a escola é q vai comprar a parafernália toda, fazer todas as adaptações necessárias, consertar portas, janelas, vazamentos, ar condicionados, colocar dispenser de sabonete líquido e toalha de papel nos banheiros com acionamento por pedal, embalar um a um os talheres para o refeitório, além de vigiar as crianças ininterruptamente para q não se toquem, para que não deixem as máscaras sobre a mesa, pra que não troquem um beijo de língua atrás da primeira porta q cruzar o caminho de um caszinho apaixonado.

E segundo o palestrante - super entusiasmado e animado com o retorno das aulas - mesmo se for confirmado um caso de covid entre os alunos da escola, as aulas seguirão normalmente! (MovEM-Rio, 08/08/2020)

Quando a proposta política de retorno às aulas passa pela instrução oficial de que as escolas devem ter criatividade para garantir a segurança sanitária do território e dos usuários, vemos que não há mais nenhuma forma de diálogo possível. Infelizmente, algumas escolas abriram na semana seguinte e, logo em seguida, foram noticiadas as primeiras mortes de profissionais da educação, como a da diretora Kátia Vieira, da E.M. Professora Maria Helena (10^o CRE)⁷⁶. Escolas municipais ficaram abrindo e fechando até o fim do governo Crivella, mas as aulas presenciais eram apenas para algumas séries. Da minha parte, entrei em Greve pela vida.

Foram muitas as “crivellagens” às quais estivemos submetidos. Mas somente para fins de registro memorialístico, em novembro, a uma semana do segundo turno das eleições municipais, o prefeito ordenou entrega de uniforme e material escolar para todos os estudantes da rede, inclusive para os que não estavam estudando presencialmente.

⁷⁵ Também se refere às avaliações externas e à política meritocrática de premiação, tão comum nos governos Eduardo Paes (2008-2015).

⁷⁶ Notícia disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/08/5975148-o-adeus-a-diretora-que-morreu-durante-a-pandemia.html>. Acesso em 15/08/2022.

Figura 8- *print* da postagem do MovEM-Rio denunciando entrega de uniformes.



Fonte: Facebook. **MovEM-Rio**. O ano escolar da rede municipal começa em fevereiro. Rio de Janeiro, 11 nov., 2020. Disponível em: <https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid02M1BgcJkKKSxj4wVvjiZ7qsnaj1LUwPB8LTGbQVM7PQbrL8BZDmpg6AC7UKnNUv5Kl>. Acesso em: 05 jun. 2021.

O “papai Noel” chegou mais cedo no terrível primeiro ano de pandemia e, no dia 22 de dezembro fomos presenteados com a prisão de Crivella⁷⁷, suspeito de corrupção. Ele não terminou seu mandato.

⁷⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/22/prefeito-marcelo-crivella-e-presos-em-operacao-da-policia-e-do-mp-rj.ghtml>. Acesso em 15/08/2022.

2 RESILIÊNCIAS: “SUJEITOS DÓCEIS”

Após um ano de pandemia de covid-19, com a população já desiludida de que se tratasse de uma situação efêmera, as aulas presenciais retornaram gradativamente e a maioria dos professores convocados voltou. Ainda sem uma vacinação expressiva, com muitos profissionais da educação sem nenhuma dose e com as escolas registrando casos de contágio em estudantes e funcionários, esse retorno resiliente à má sorte me fez pensar que a dissolução do isolamento refletia a docilidade dos corpos, no que concerne ao conceito de Foucault (1975 [2010]). Ao cumprir as ordens de retorno ao trabalho presencial, educadores se sujeitaram a arriscar suas vidas, de seus alunos, de seus familiares e de toda população, como “corpos dóceis”, disciplinados e submissos às ordens de quem detém o poder.

Neste segundo capítulo, então, pretendo analisar algumas práticas discursivas que impactaram diretamente no processo de retorno às aulas durante a pandemia. Iniciarei pela análise de uma enquete promovida pelo MovEM-Rio sobre a manutenção ou o cancelamento do ano letivo de 2020. Essa discussão no *Facebook* serviu como uma moldura para um outro debate: o que chamou a atenção aqui foi uma discussão sobre o trabalho do professor que foi usado como justificativa para o cancelamento do ano letivo. Diferentes formações discursivas sobre esses profissionais compuseram um embate entre os que viam o professor como um inimigo, um vagabundo que recebe salário sem trabalhar, e aqueles que o consideravam trabalhador desvalorizado frente a tanta dedicação, principalmente durante o trabalho remoto na pandemia de covid-19.

Depois de quatro anos do pastor Marcelo Crivella à frente da prefeitura, Eduardo Paes voltou a ocupar esse cargo por vencer as eleições municipais em 2020. Uma das suas principais bandeiras de campanha havia sido a priorização da reabertura das escolas, mas a pressão pelo retorno seguro – apenas após a vacinação em massa – desafiava seus planos. No segundo tópico, abordarei o plano de governo e de retorno às aulas proposto pelo atual prefeito⁷⁸ do Rio de Janeiro.

Como terceiro tópico deste segundo capítulo, recuperarei um episódio que marcou as discussões na página do MovEM-Rio. Quando a reabertura das escolas municipais foi iniciada efetivamente, em 2021, o prefeito Eduardo Paes visitou uma escola e postou algumas fotos em suas mídias. Uma dessas fotos chamou a atenção do MovEM-Rio que postou uma crítica

⁷⁸ No ano da defesa desta dissertação, o prefeito Eduardo Paes ainda estava em seu segundo ano de um mandato de quatro anos.

propondo um “jogo dos sete erros” a partir da imagem. Analisarei a produção de sentido na construção argumentativa nessa postagem, levando em consideração marcas verbais, não verbais e também a dimensão ética da publicação dessa foto no *site* virtual do prefeito.

2.1 "Professor não gosta de trabalhar": estereótipo e interdiscursos

Neste subcapítulo, busco analisar as formações discursivas e os interdiscursos ligados ao estereótipo atribuído aos *professores*, especialmente durante essa pandemia, e as marcas linguísticas que corroboraram as construções argumentativas daqueles que responderam à enquete promovida pelo MovEM-Rio no *Facebook*. Lançarei mão, ainda, dos conceitos de etos, polêmica e interincompreensão para aprofundar essa análise. É possível identificar discursos polarizados, interincompreensíveis, nessa página de rede social que propõe unir forças por uma educação pública de qualidade, mas que incentiva a exposição de reflexões e o debate de ideias.

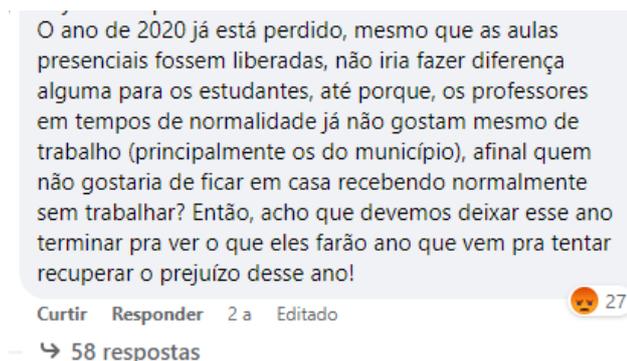
No dia três de agosto de 2020, o MovEM-Rio publicou em sua página no *Facebook* um cartaz com a seguinte pergunta: “Mãe, pai e/ou responsável: você é a favor do cancelamento do ano letivo de 2020?”⁷⁹ A indagação era direta e as respostas prototípicas poderiam ser positivas ou negativas. E, realmente, 310 pessoas responderam “sim” e 20, “não”. No entanto, na medida em que a votação foi avançando, as pessoas acharam importante justificar seus votos e, a partir dali, muitos comentários surgiram. Uma participante do grupo, que votou pelo cancelamento do ano letivo, argumentou dizendo que não faria muita diferença, pois professor não era adepto ao trabalho. Isso gerou uma série de pronunciamentos exaltados que argumentavam contra essa afirmação considerada ofensiva a toda a categoria profissional de professores. Não registrarei aqui os nomes dos ativistas⁸⁰, por não ter contato direto com muitos deles, dificultando, assim, autorização explícita para uso de suas falas neste trabalho. Mas reproduzirei algumas postagens que, afinal, foram publicadas e encontram-se disponíveis para leitura em um grupo público de uma grande rede social, sendo acessível a qualquer um que possa se interessar.

⁷⁹ Disponível em: <<https://web.facebook.com/movem.rio>>, enquete promovida em 03 de agosto de 2020. Acesso em 16/04/2022.

⁸⁰ Chamo aqui de “ativistas” aqueles que se mobilizaram ativamente para responder à enquete proposta pelo MovEM-Rio, por considerar que aqueles que se dedicaram a responder a enquete estão, de alguma forma, engajados na causa da educação.

Começarei pelo enunciado que mais me chamou atenção, exatamente o de uma responsável por estudante da rede municipal carioca que, indignada, defendeu a tese de que "professor não gosta mesmo de trabalhar". Em suas palavras, ao posicionar-se na enquete, disse assim:

Figura 9- *print* do comentário de uma mãe na enquete promovida pelo Movem-Rio (03/08/2020)



Fonte: Facebook. **MovEM-Rio**. O ano de 2020 já está perdido (...). Rio de Janeiro, 03 ago., 2020. Disponível em:

<https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid023uzcGtmoSFPUFj4SNJWrijj377KzKasrd8MmLMtKfpEDcJ66S8ousYWU8Y1vF76aEl>. Acesso em: 18 abr. 2022.

Algumas expressões usadas por essa mãe como “2020 já está perdido”, “não iria fazer diferença”, “deixar esse ano terminar”, “ver o que eles farão pra tentar recuperar” produzem sentidos de um etos⁸¹ desesperançoso, que não encontra seriedade e compromisso dos professores com a qualidade na educação pública, “principalmente do município”. O próprio enunciador constrói uma imagem de si através do tom, caráter e corporalidade daquilo que profere. Nessa concepção, o coenunciador também tem um papel importante na prática discursiva, ele deixa de ter uma atitude passiva frente ao discurso e passa a aceitar uma “maneira de ser” por meio da “maneira de dizer” que aquele discurso refletiu, ele legitima essa relação. Há uma espécie de diálogo, uma reflexão a partir de algo enunciado (MAINGUENEAU, 1987 [1989, p.49]).

Mas vai além, constrói sua argumentação a partir de um estereótipo de “professor que não gosta de trabalhar”, culpando os trabalhadores da educação pelo “prejuízo desse ano”.

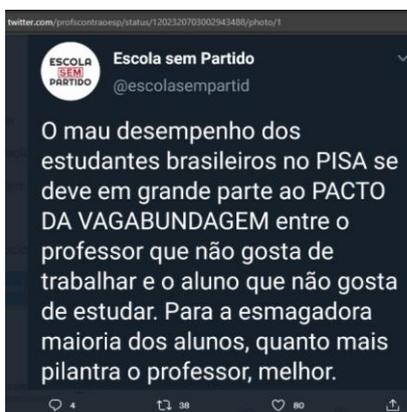
A estereotipagem, lembremos, é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado. Assim, a comunidade, avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica. (AMOSSY, 2005, [2016, p.126-127]).

⁸¹ Optamos pela grafia em língua portuguesa do termo, apontada em diferentes dicionários, como um meio de preconizá-la frente à grafia estrangeira, como debatem Arantes, Deusdará e Rocha (2019).

Se afirmo que “professor não gosta de trabalhar” é um estereótipo, a partir da conceitualização de “estereótipo” proposta por Amossy, é porque reconheço que essa construção é anterior à enunciação dessa mãe, e que é classificada assim por uma coletividade que segue uma determinada ideologia.

Para ilustração da formação discursiva que corrobora a construção sobre o trabalho do professor anterior à postagem objeto desta análise, cito uma postagem no *twitter*⁸² do movimento Escola Sem Partido, publicado em 4 de dezembro de 2019. No cartaz, simples, com a logomarca do movimento no canto esquerdo e mensagem escrita em letras brancas com um fundo azul escuro, eles atribuem o mau resultado no PISA ao que denominam “vagabundagem” de professores e alunos:

Figura 10- *print* do cartaz *twitado* pelo Escola Sem Partido



Fonte: Twitter. **Escola sem partido**. O mau desempenho dos estudantes brasileiros no PISA (...). 04 dez., 2019. Disponível em: <<https://twitter.com/profscontraoesp/status/1202320703002943488/photo/1>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

Faz-se necessário observar o uso da caixa alta, materialidade linguística que tratarei mais adiante, enfatizando o “pacto da vagabundagem” do qual esse movimento acusa professores e alunos.

Outro exemplo, ainda mais emblemático, é a fala do psiquiatra Italo Marsili, cotado para o ministério da saúde do governo Bolsonaro, em maio de 2020. Em uma *live* publicada no *twitter* de Vladimir Aras, também em maio de 2020, diz com todas as letras que “professor não trabalha nada (...) professor é burro” (MARSILI, 2020)⁸³. A entrevistadora chega a demonstrar um certo constrangimento com as palavras do entrevistado e sussurra que o canal poderá ser bloqueado por isso.

Outra postagem famosa sobre o professor não gostar de trabalhar é posterior à enquete do MovEM-Rio, mas relevante nesta análise porque foi enunciada pelo presidente da repú-

⁸² Plataforma on-line de microblogagem. (PAVEAU, 2017 [2021, p.369]).

⁸³ Disponível em: <<https://twitter.com/VladimirAras/status/1262931449344393222>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

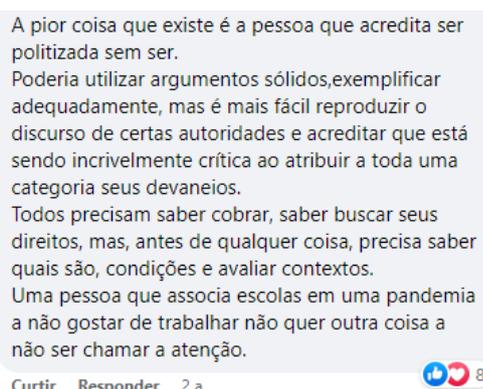
blica, em 17 de setembro de 2020⁸⁴. Ele fala dos sindicatos dos profissionais da educação, enquanto representantes da categoria: “pra eles tá muito bom ficar em casa, por dois motivos: pra eles, do sindicato, eles não trabalham, ficam em casa; e outra, colabora pra que a garotada não aprenda mais coisas, né? Não volte a aprender, a se instruir.” (BOLSONARO, 2020).

Todos esses exemplos insistem na ideia de que há um interesse dos professores em não trabalhar, e que eles fundamentalmente não teriam compromisso com a formação dos estudantes. O presidente chega a afirmar que os professores não querem que os estudantes aprendam.

É claro que muitas pessoas discordam dessa formação discursiva que tem o professor como um inimigo, como o culpado pela educação decadente. Em todos esses exemplos citados acima, houve reações de coenunciadores que defendiam ideias opostas às promulgadas, mas atentarei a algumas respostas enunciadas na própria enquete do MovEM-Rio. Vale fazer um parêntese para lembrar que participam desse grupo ativista pessoas que, em princípio, se preocupam e lutam por uma educação pública de qualidade, podendo ser responsáveis e/ou profissionais da educação. A página do MovEM-Rio no *Facebook*, em especial, é um espaço de proposição de reflexões e ações coletivas, não hierarquizado e que respeita a pluralidade de opiniões.

Uma resposta à fala dessa mãe que destaco é a de uma mulher, que não explicita se é mãe e/ou professora, mas questiona a construção argumentativa da primeira:

Figura 11- *print* de uma resposta ao comentário da mãe, na página do Movem-Rio



Fonte: Facebook. **MovEM-Rio**. A pior coisa que existe (...). Rio de Janeiro, 03 ago., 2020. Disponível em: <https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid023uzcGtmoSFPUFj4SNJWtjj377KzKasrd8MmLMtKfpEDcJ66S8ousYWU8Y1vF76aEl>. Acesso em: 18 abr. 2022.

Alguns pontos da citação acima são produtivos para a análise: o primeiro é a cobrança por “argumentos sólidos”, o que produz o sentido de que o argumento do estereótipo de que professores não gostam de trabalhar seria frágil. A mulher continua construindo, agora,

⁸⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JsIdVBSushc&t=1142s>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

sua argumentação para defender que o argumento da outra não é plausível: “é mais fácil re-produzir o discurso de certas autoridades”. Aqui, fica evidente o reconhecimento da existência de interdiscursos que contribuem para uma formação discursiva que aponta o professor como um inimigo, como vimos nos exemplos da postagem do Escola Sem Partido e da entrevista com Italo Marsili, mas sabemos que muitas outras figuras públicas ou anônimas compartilhavam dessa visão estereotipada, especialmente enquanto as escolas ficaram fechadas ao atendimento presencial, durante a pandemia.

Formações discursivas, sistemas dispersos em disputas e sem compromisso com unidades de coerência, para Foucault (1969 [2020]), são explicadas por Rocha (2021) como projeções no discurso das formações ideológicas. Rocha exemplifica com entendimentos diferentes sobre “o que é (T)terra: um planeta? Mas o que seria terra para um indígena? E para um agricultor? E para um latifundiário? E para uma criança que brinca?” O resgate desse conceito se dá porque *professor* está inscrito em formações discursivas que produzem sentidos diversos carregados de ideologias daqueles que produzem discursos. Essas ideologias, por vezes, acarretam estereótipos que são materializados em enunciados proferidos em um dado momento ou até por longos períodos.

Seguindo a análise da resposta à postagem geradora da polêmica, o trecho “Todos precisam saber cobrar, saber buscar seus direitos, mas, antes de qualquer coisa, precisam saber quais são, condições e avaliar contextos.” (MovEM, 03/08/2020) traz mais dois aspectos que considero relevantes. O primeiro reafirma o caráter plural e democrático que o grupo ativista procura garantir, incentivando a colocação de suas perspectivas e a cobrança de seus direitos; o segundo, porém, traz na conjunção adversativa um alerta de que a argumentação necessita de uma fundamentação mais aprofundada, evitando, assim, o risco de ser contrário apenas para “chamar a atenção.” (MovEM, 03/08/2020)

Caracterizei há pouco a postagem como *polêmica* porque se enquadra na definição do termo proposto por Maingueneau:

Para que haja polêmica, é necessário que sujeitos que ocupam certo lugar percebam tais ou tais enunciados como intoleráveis do ponto de vista desse lugar, a ponto de julgarem necessário entrar em conflito com a suposta fonte desses enunciados. (MAINGUENEAU, 2010, p.196)

Em se tratando de uma polêmica em um espaço virtual, saliento aqui o que Marie-Anne Paveau descreve como efeito *cockpit*, a partir da expressão mobilizada por Catherine Blaya (2013):

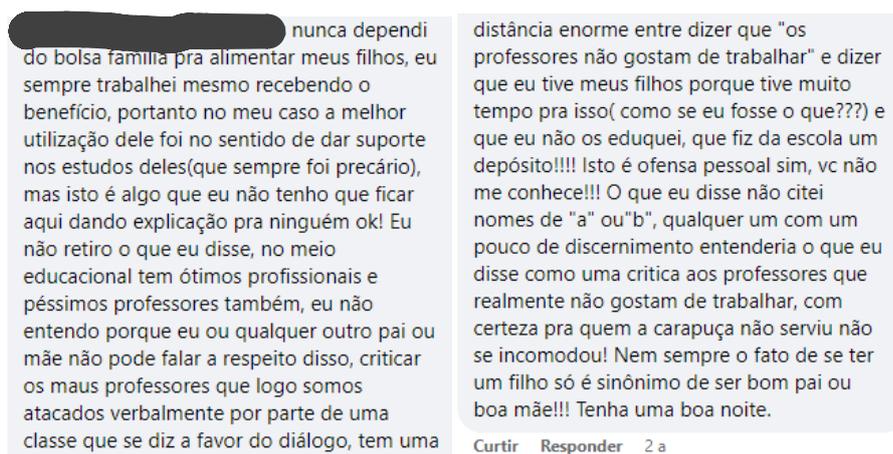
[...] a vítima, sem presença física e sem poder ser concretamente conhecida, tem um aspecto virtual que estimula, sem dúvida, um relaxamento da censura verbal. Não

havendo contato físico, visual ou interacional com seu alvo, como um aviador que lança uma bomba ou um piloto que manipula um drone, o locutor produz um discurso, ao mesmo tempo, direcionado e não direcionado, dirigido a um interlocutor, ao mesmo tempo, presente e ausente, e não suscita, assim, empatia. Ademais, ele não percebe seu ato de linguagem perigoso para si mesmo, protegido pelas paredes de um *cockpit* imaginário. (PAVEAU, 2021, p.70)

A autora, nessa entrada de seu dicionário, fala em vítima. No caso dessa análise, reconheço as características do efeito *cockpit* nos discursos da mãe que destilou seu ódio a uma classe profissional, mas também daqueles professores que passaram a atacá-la em suas questões pessoais, como a de ser mãe de muitos filhos porque teria tempo para isso e usava a escola pública como depósito de suas crianças, ou por usar dinheiro do bolsa família para pagar reforço escolar, quando a finalidade desse auxílio não seria essa... Ou seja, todos aqueles que se utilizaram do efeito *cockpit*, sentindo-se seguros virtualmente para ofender o Outro e se distanciando da empatia, oscilaram entre os papéis de *haters* e vítimas nesse processo.

No debate travado, o conflito aconteceu porque muitas pessoas se sentiram ofendidas enquanto categoria profissional. A mãe que proferiu a generalização até tentou argumentar que se referira aos “maus professores”, porém “enunciar em conformidade com as regras de uma formação discursiva e ‘não compreender’ o sentido do enunciado do Outro são as duas faces de uma mesma moeda, processo que teoricamente se define pelo conceito de interincompreensão.” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p.75) Assim, o embate foi acontecendo em um tom cada vez mais ofensivo de ambas as partes:

Figura 12- *print* da resposta da mãe a um comentário, na página do MovEM-Rio



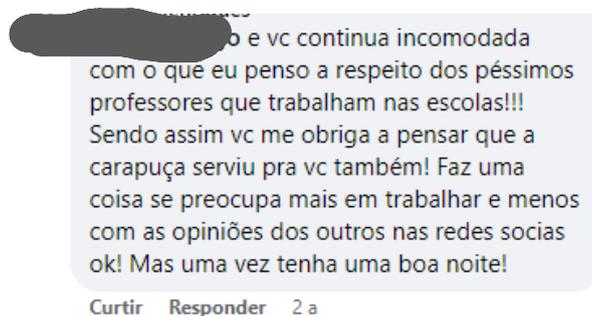
Fonte: Facebook. **MovEM-Rio**. Nunca dependi de bolsa família (...). Rio de Janeiro, 03 ago., 2020. Disponível em: <https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid023uzcGtmoSFPUFj4SNJWrjj377KzKasrd8MmLMtKfpEDcJ66S8ousYWU8Y1vF76aEl>. Acesso em: 18 abr. 2022.

Ao falar em tom, afirma-se aqui que os discursos são construídos com base nas produções de sentido que reverberam a partir da sua composição e dos sujeitos que legitimam

e se encontram nesses espaços discursivos de acordo com as formações discursivas às quais eles se filiam.

Como é possível observar a partir dessa postagem, a mãe se sentiu bastante ofendida por um professor que respondeu aos seus comentários anteriores. Inclusive, ela respondia nominalmente um a um que criticava seu posicionamento de que professor não gosta de trabalhar. Na maioria das postagens, repetia que não entendia o porquê de terem se ofendido se não eram assim [“professores vagabundos”]. Uma professora manifestou: “vc não falou dos maus professores, vc falou que ‘professor não gosta de trabalhar, principalmente os das escolas públicas’, vc generalizou a sua fala e ofendeu uma classe inteira! O mínimo que vc deveria fazer era se retratar, pq meia dúzia não definem uma classe toda!!” (MovEM, 03/08/2020) Ao que a mãe respondeu:

Figura 13- *print* da resposta da mãe à uma professora, na página do MovEM-Rio



Fonte: Facebook. **MovEM-Rio**. E vc continua incomodada (...). Rio de Janeiro, 03 ago., 2020. Disponível em: <https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid023uzcGtmoSFPUFj4SNJWrjj377KzKasrd8MmLMtKfpEDcJ66S8ousYWU8Y1vF76aEl>. Acesso em: 18 abr. 2022.

O julgamento expresso pela mãe a partir do incômodo percebido na fala da professora faz ativar um outro conceito bastante relevante para a Análise do Discurso: o etos. A mãe constrói para si um etos de quem teria razão, se quem seguiria uma lógica de reação natural a partir da reação da professora a um enunciado que, em princípio não seria dirigido a si, mas por sua fala agora a tornava réu-confesso e exemplo do argumento da mãe.

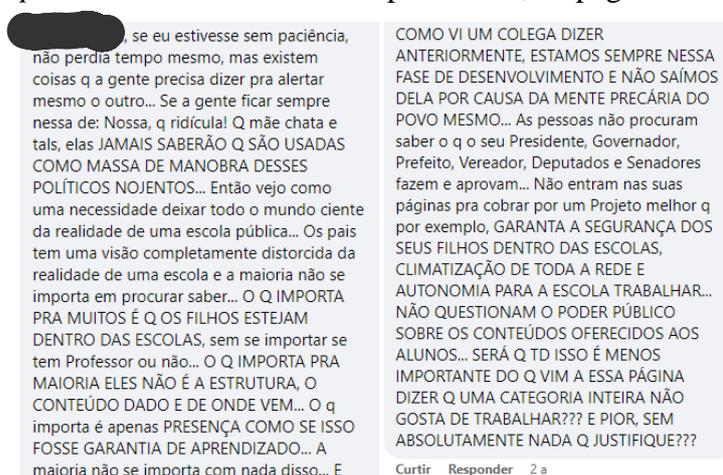
O uso do recurso de expressões como “minha opinião” tenta impor a aceitação de uma argumentação. Essas expressões foram recorrentes nas postagens da mãe, como em “eu lamento que vc tenha levado a minha crítica pra esse lado, até porque se vc não é este tipo de profissional não deveria se ofender tanto, mas é a *minha opinião*!!”. Ou ainda:

vc está levando um assunto, uma crítica, uma opinião minha e que é meu direito para o campo das ofensas pessoais, vc não conhece nada da minha vida pra se referir a mim desta forma, isto só vem provar o tipo de professor e homem que vc é! Não ofendi ninguém, em nenhum momento, com palavras de baixo calão! Só que é a minha opinião, boa parte dos profissionais da educação não gostam de trabalhar!!! (MovEM-Rio, 03/08/2020 – grifos nossos)

Mais uma vez, identifico nas distintas formações discursivas – “professor não trabalha” e “professor trabalha muito” - as causas da polêmica, porque “identidade de uma formação discursiva não se constitui como uma instância de origem, mas como efeito de sua relação com outra formação discursiva – aquela em relação à qual se define por oposição.” (DEUS-DARÁ; ROCHA, 2021, p.75)

Para finalizar essa análise, mas não as possibilidades desse corpus produzido, apresento uma fala de uma professora que responde à outra sobre a impaciência com a mãe. Ademais de expor um exemplo com uma proposta diferente dos anteriores, aproveito para mostrar uma marca linguística muito recorrente em textos digitados e publicados na internet, o recurso da caixa alta:

Figura 14- *print* do comentário de uma professora, na página do MovEM-Rio



Fonte: Facebook. **MovEM-Rio**. Se eu estivesse sem paciência (...). Rio de Janeiro, 03 ago., 2020. Disponível em: <https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid023uzcGtmoSFPUFj4SNJWrjj377KzKasrd8MmLMtKfpEDcJ66S8ousYWU8Y1vF76aEl>. Acesso em: 18 abr. 2022.

Como pudemos verificar a partir das marcas linguísticas produzidas pela própria enunciadora, a professora utiliza inúmeras vezes, e propositalmente, o recurso da caixa alta para enfatizar suas colocações. A produção de sentido é a de que realmente estaria gritando, caso se tratasse de uma fala oral. Sem julgamento das razões da professora, a utilização recorrente desse recurso mostra um etos que está exaltado, indignado e que gostaria de ser ouvido, mesmo que “na base do grito”. Quando apresentei esse trecho para o Grupo de Estudos Ana-CarDis, Juliana Azevedo apontou uma similaridade da atitude da professora com a da mãe, ainda que através de estratégia diferentes: enquanto a primeira ofende pela reiteração de uma generalização do trabalho dos professores, a professora “grita” e generaliza a atitude dos responsáveis.

É possível identificar, pela insistência argumentativa da mãe que proferiu que "professor não gosta de trabalhar", que sua enunciação vai ao encontro da definição conceitual de estereótipo proposta por Amossy (1991, 1997). A mulher recupera uma representação coletiva cristalizada para defender sua tese. E, no decorrer de sua defesa, utiliza-se, ainda, de sua experiência pessoal como base argumentativa para uma tese generalizante. A estratégia de uso de uma generalização provocou uma reação de inúmeros professores que sentiram sua categoria ofendida.

A colocação da mãe, que inicialmente ofendia a categoria dos professores, provocou reações de coenunciadores, muitos deles com um tom ofensivo, atacando aspectos pessoais da enunciativa. Compreendo que esses ataques mútuos se deram pelas formações discursivas distintas que as partes têm sobre o entendimento do *trabalho do professor*. Essas divergências caracterizaram a interincompreensão (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021), pela inadmissibilidade do discurso do Outro desencadeadas em uma polêmica (MAINGUENEAU, 2010).

Expressões como "direito à opinião" e "é a minha opinião", utilizadas pela mãe enunciativa, têm sido, também, amplamente utilizadas por pessoas públicas para defenderem práticas e pontos de vista que ferem os direitos humanos, (como o episódio recente de um *influencer* defendendo o nazismo⁸⁵, por exemplo). Essas expressões, que se entremeiam à sua construção argumentativa, produzem um sentido que indicam um posicionamento alinhado a uma certa posição política que se apropria de bandeiras antiditatoriais - "liberdade de expressão" - mas que, na verdade, tentam legitimar pronunciamentos preconceituosos e ofensivos.

As formações discursivas opostas sobre "o trabalho do professor" geram embates argumentativos. "Nos processos de produção de sentidos, se entendemos que esses processos não caminham em linha reta, pois produzem efeitos, há sempre mais de um sentido, ou melhor, no processo de produção está em jogo sempre mais de um sentido possível." (MARIANI, 2018, p.17).

As marcas linguísticas, como uso de palavras em caixa alta nas construções argumentativas, buscam enfatizar argumentos, mas também marcam um tom "mais alto" nas enunciações. Na linguagem da internet seriam considerados gritos, podendo produzir um efeito de sentido ofensivo. Esse recurso foi utilizado especialmente pelos professores para repudiar as ofensas que teriam sofrido, mas também para enfatizar palavras e expressões que queriam marcar, como em: "não é proibido, mas esteja preparada pra ouvir! Pq uma classe inteira

⁸⁵ Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/02/4983612-monark-defende-em-podcast-a-criacao-de-partido-nazista-no-brasil.html>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

TRABALHADORA não vai ficar calada ouvindo uma senhora falar qualquer coisa de nós sem se defender!!!” (MovEM, 03/08/2020).

A categoria dos profissionais da educação é desvalorizada e estigmatizada pelo governo atual e por parte da sociedade que ecoa esse discurso. Como profissional da educação e mãe de estudante da rede municipal carioca, me sinto atravessada por todas essas questões. Assim, expresso meu repúdio aos governantes que se empenham no desmonte da educação pública, seja através de retrocessos de políticas públicas, seja através da difamação de nosso trabalho. E se algum responsável por estudante de escola pública tiver acesso a essa dissertação, peço que confie que há muitos profissionais comprometidos com uma educação de qualidade social, precisamos, juntos, garanti-la. Educadores e responsáveis precisamos estar unidos, pois nossos inimigos são os mesmos: aqueles que querem destruir a educação pública.

2.2 Eduardo Paes: dos males, o menor?

Em janeiro de 2021, Eduardo Paes assumiu a Prefeitura do Rio de Janeiro. Venceu as eleições em 2020 com a coligação “A certeza de um Rio melhor – DEM – PL – PSDB – CIDADANIA – PV – DC -AVANTE”. Após os quatro anos do desastroso governo Crivella, o nome da coligação nem parecia impressionar, pois o caos na cidade já era tão grande que “um Rio pior” seria, aí sim, uma façanha. Nesta eleição municipal, Eduardo Paes e Marcelo Crivella foram para uma disputa em segundo turno. O próprio Eduardo Paes admitia que sua vitória não era por mérito seu, mas pelo horror que grande parte da população tinha do prefeito Crivella:

O ex-prefeito do Rio Eduardo Paes (DEM) acusou o atual candidato à reeleição, Marcelo Crivella (Republicanos) de ser “tão ruim” que até mesmo uma página de *Facebook* criada contra Paes declarou voto favorável ao candidato do Democratas.

A resposta veio após uma acusação feita por Crivella de que Paes era apoiado pelo PSOL. “O PSOL não me apoia. A verdade é que você é tão ruim que vários partidos à esquerda e à direita já declararam serem contrários a você. Tem até uma página ‘Eu Odeio Eduardo’, ‘Fora Eduardo Paes’ que já declarou voto em mim”, afirmou.⁸⁶

Em relação à educação pública municipal, houve um desmanche na gestão de Crivella: vimos o sucateamento estrutural das escolas, com diminuição de orçamento para a educação, redução do horário de atendimento das escolas, com o corte do recreio e de um lanche, o

⁸⁶ Disponível em: <https://br.vida-estilo.yahoo.com/debate-globo-prefeitura-rio-crivella-e-tao-ruim-que-ate-pagina-fora-eduardo-paes-declarou-voto-em-mim-diz-paes-022247269.html>. Acesso em 15/09/2022.

término de projetos como “Escolas do Amanhã” - que mantinha enfermarias, laboratórios de ciências, participações de ONGs que promoviam oficinas artísticas e de saúde corporal... Uniformes e materiais para os estudantes eram entregues com atraso de meses, sem nenhuma regularidade e, no ano de 2020, foram distribuídos faltando uma semana para as eleições. Assim, milhares de profissionais da educação, como eu, se viram obrigados a votar em Eduardo Paes, mesmo depois de termos literalmente apanhado, a seu mando, nas greves de 2013 e 2014. Em menos de dois segundos, apertei o “25” de olhos semifechados, confirmei e saí correndo e chorando na esperança de não me arrepender (muito).

Desde a campanha eleitoral, eram públicos os planos de Paes para a reabertura das escolas, mas por suas falas anti-negacionistas – de compra de vacina e aplicação em toda a população acima de 18 anos, tinha-se uma certa esperança de algum bom senso no plano de retomada às aulas. Ainda assim, a situação não era confortável para a educação. Seu plano simplificado de governo, composto por doze pontos, apresentava seis que, de forma direta ou indireta, se relacionavam à educação, e em apenas um deles citava a questão pandêmica. São eles:

1. Recuperar e restaurar a qualidade dos serviços públicos prestados no município, sobretudo nas áreas da Saúde, Educação e Transportes – com foco em fazer voltar a funcionar a infraestrutura e os equipamentos já existentes;
2. Reduzir a enorme diferença de qualidade entre a educação pública e a educação privada na nossa cidade a fim de garantir maior igualdade de oportunidades para todos os jovens e crianças cariocas – independentemente da renda de suas famílias ou se vivem em áreas urbanas ou em comunidades;
- [...]
6. Recuperar a situação financeira do município e reestabelecer a gestão eficiente da máquina da Prefeitura, voltando a garantir a valorização dos profissionais do serviço público, o pagamento dos salários em dia e a retomada dos sistemas de meritocracia - como por exemplo, por meio do programa Acordo de Resultados;
- [...]
9. Estabelecer um conjunto de políticas públicas voltadas especificamente para as mulheres, sobretudo nas áreas da saúde, da segurança e do cuidado em tempo integral com as crianças – para dessa forma, também ampliar o acesso das cariocas ao mercado de trabalho;
10. Criar um amplo programa de conscientização para a cidadania nas escolas e nos espaços coletivos (praças, parques e equipamentos culturais e esportivos da cidade) a fim de melhorar o respeito do carioca em relação ao próximo e ao patrimônio público;
11. Implantar um plano de ação de alto impacto para os primeiros cem dias da administração com foco na volta às aulas de forma segura frente à pandemia e na recuperação imediata de serviços essenciais para a população nas Clínicas da Família, nas UPAs e nos BRTs;
- [...] (PAES, 2020 – grifos nossos)

No primeiro e no sexto pontos de seu programa de governo, Eduardo Paes faz uma crítica à gestão de Marcelo Crivella ao utilizar os verbos “recuperar”, “reestabelecer”, “restaurar” e a locução “fazer voltar a funcionar”, que produzem alguns efeitos. Para analisá-

los, lançarei mão das reflexões propostas e reexaminadas por Oswald Ducrot (1984 [2020]) sobre “pressupostos e subentendidos”. Numa autocrítica, o autor revisita suas definições, redefinindo-as: o qualificativo “pressuposto” como referência “à natureza de um elemento semântico veiculado pelo enunciado”, enquanto o qualificativo “subentendido” como caracterizador da “forma pela qual um elemento semântico é introduzido no sentido” (DUCROT, 1984 [2020, p.34).

No enunciado: “1. Recuperar e restaurar a qualidade dos serviços públicos prestados no município, sobretudo nas áreas da Saúde, Educação e Transportes – com foco em fazer voltar a funcionar a infraestrutura e os equipamentos já existentes;”(PAES,2020), temos o posto: atualmente, a qualidade dos serviços públicos, sobretudo nas áreas da Saúde, Educação e Transportes não é adequada, além de a infraestrutura e os equipamentos existentes não funcionarem. Pressupõe-se que anteriormente a qualidade desses serviços fosse adequada e a infraestrutura e equipamentos existentes funcionassem. O pressuposto, relativo ao passado, funciona para reafirmar a asserção.

No ponto 6,

Recuperar a situação financeira do município e reestabelecer a gestão eficiente da máquina da Prefeitura, voltando a garantir a valorização dos profissionais do serviço público, o pagamento dos salários em dia e a retomada dos sistemas de meritocracia - como por exemplo, por meio do programa Acordo de Resultados (PAES, 2020)

está posto que a situação financeira do município não é boa e a gestão da máquina pública da Prefeitura não é eficiente, pois os profissionais são desvalorizados e sofrem atrasos de pagamento de salários. Além disso, a gestão vigente no período eleitoral não praticaria o sistema meritocrático, muito caro à política de Eduardo Paes. A indicação “do programa de Acordo de Resultados⁸⁷”, como um exemplo, pressupõe que há outras formas de garantir a meritocracia, e todas as precariedades postas na asserção acima já teriam funcionado adequadamente em governos anteriores.

Faço um parêntese para falar de um atravessamento meu (e de muitos colegas professores). A questão meritocrática da proposta de Eduardo Paes tem relação imediata com o título deste subcapítulo: “dos males, o menor?” porque é um exemplo de política rechaçada no meio da educação. Embutida nessa proposta da meritocracia está a ideia de uma premiação por “produtividade” que, na educação, se refere a uma indicação velada de aprovação

⁸⁷ A justificativa para a implementação da política meritocrática do governo Eduardo Paes é a “entrega de melhores serviços públicos para a população”. Para isso, estipulou mais de 200 metas e propôs premiar os servidores que conseguirem baterem-nas. Como Eduardo Paes ganhou as eleições, essa é uma política que está em vigor agora, no ano de 2022. Disponível em: <https://www.eduardopaes.com.br/acordo-de-resultados-rio-divulga-282-metas-para-melhorar-servicos-a-populacao/>. Acesso em 15 out. 2022.

automática, e treinamento de estudantes para responderem a uma avaliação externa em detrimento de uma educação de qualidade. A educação é tratada como mercadoria. Durante a greve da educação municipal, em 2013, o vereador Renato Cinco fez um discurso que explicava bem como funcionava essa prática, a partir do achatamento salarial dos professores, e mostrava que a categoria e seu sindicato eram (e ainda são) contra essa política na educação. Transcrevo um trechinho desse discurso, mas deixo o *link* com a indicação veemente de leitura para aqueles que possam se interessar por essa questão que impacta fortemente na qualidade da educação:

Eu diria que seria possível chamar um projeto desse de meritocrático se todos os professores tivessem uma remuneração adequada e alguns fossem premiados. Mas, na verdade, todos os professores são castigados com uma política salarial absolutamente aviltante, e alguns são um pouco menos castigados. Inclusive, para evitar o castigo maior, os professores são levados a uma prática que, na verdade, recoloca a aprovação automática como método. Porque, se o número de alunos reprovados, na turma que é muito grande, aumenta, ele deixa de ter direito às gratificações. Então o governo estimula que, na prática, os professores fechem os olhos à qualidade do aprendizado dos alunos, em nome dessas remunerações. (CINCO, 03/09/2013)⁸⁸.

Iniciei esta análise afirmando que nas propostas de número um e seis era possível perceber uma crítica à gestão de Marcelo Crivella. Esse efeito de sentido é possível através da comparação entre o que é posto e seus pressupostos, neste caso, levando em conta que esses enunciados compunham um programa de governo de um candidato à prefeitura que já fora prefeito anteriormente e que naquele momento disputava uma eleição contra o prefeito Crivella. Assim, quando utiliza os verbos “recuperar”, “reestabelecer”, “restaurar” e a locução “fazer voltar a funcionar”, pressupõe-se que durante a gestão de Marcelo Crivella tudo isso a que se referem esses verbos havia sido negligenciado.

A segunda proposta, “2. Reduzir a enorme diferença de qualidade entre a educação pública e a educação privada na nossa cidade a fim de garantir maior igualdade de oportunidades para todos os jovens e crianças cariocas [...]”, põe que há diferença de qualidade entre educação pública e privada e desigualdade de oportunidades e pressupõe a necessidade de minimização dessas disparidades. Eduardo Paes promete que combaterá a desigualdade, mas não aponta como fará isso. Se acionarmos uma interdiscursividade com a autorização que Crivella deu ao retorno às aulas das escolas privadas muito antes que para as públicas, com a argumentação de que aquelas teriam condições estruturais para tal, talvez seja possível compreender uma motivação para essa proposta.

⁸⁸ Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/discvot.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/714f37445986c67103257bdb00637b91?OpenDocument>. Acesso em 15 out. 2022.

A proposta de número 9 não trata diretamente da educação, mas inclui, como política de gênero – para mulheres (como se filhos fossem de responsabilidade única delas) – “o cuidado em tempo integral com as crianças”, e nisso subentende-se uma escola em tempo integral. A omissão de detalhes sobre esse cuidado - aquilo que não foi dito -, no entanto, pode significar inúmeras coisas, inclusive uma promessa rasa, sem estratégias previstas para o seu efetivo cumprimento.

A décima proposta cita um programa a ser implementado nas escolas a fim de conscientizar os estudantes sobre seu papel social e cuidado com os espaços coletivos. Apesar de ser importante um trabalho nesse sentido, esse ponto não é relevante para esta pesquisa, assim, passo ao último ponto em que aborda educação, e neste, há uma referência sobre a pandemia. Na proposta onze, Eduardo Paes promete “implantar um plano de ação de alto impacto para os primeiros cem dias da administração com foco na volta às aulas de forma segura frente à pandemia [...]” (PAES, 2020). Mais uma vez, ele não detalha nada sobre esse plano de ação, mas explicita que trata de um retorno às aulas (subentende-se, presenciais), nos primeiros cem dias de seu governo. E, como veremos na análise do próximo subcapítulo, cumpriu a promessa, a sua maneira, mas cumpriu.

2.3 “Jogo dos sete erros”

Para a análise que proponho aqui, partirei de uma notícia de autopromoção publicada na página do *Facebook* do prefeito Eduardo Paes e da Secretaria Municipal de Educação, em 03 de março de 2021, e de uma postagem crítica do MovEM-Rio acerca disso. Uma notícia de cunho mais jornalístico, com outros objetivos sobre o assunto, pode ser encontrada no jornal *O Globo*⁸⁹ desse mesmo dia.

Em 19 de fevereiro de 2021, o MovEM protocolou na Secretaria de Educação uma carta aberta dirigida ao Secretário Renan Ferreirinha. Além de explicitar seus posicionamentos, elencava cerca de oitenta perguntas divididas em temas como vacinação de profissionais da educação, segurança alimentar, protocolos para covid-19 etc. Essa carta nunca recebeu uma resposta oficial. Vale lembrar que, desde a campanha eleitoral no ano

⁸⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/03/03/aulas-presenciais-sao-retomadas-em-mais-82-escolas-municipais-do-rio.ghtml>. Acesso em 18/09/2021.

anterior, o agora prefeito eleito Eduardo Paes prometia que em sua gestão a "escola seria a primeira a abrir e a última a fechar", e que isso seria feito de forma segura.

A despeito do direito à vida e à liberdade - que leva à razão, ele impôs que trabalhadores da educação, estudantes e seus familiares expusessem suas vidas ao risco de morte por uma questão moral de obedecer às decisões do poder executivo. Aqui, trato moral como algo oposto à ética.

De forma bem simplificada, a moral estaria relacionada às regras sociais às quais somos expostos desde o momento em que nascemos, como imposições hierárquicas de atributos sobre os outros, enquanto a ética primária pela não hierarquização, mas, na leitura que Mariana Barbosa faz de Deleuze, Spinoza e Nietzsche, pela valorização do corpo "como ponto de partida mais promissor para a experimentação e avaliação" (BARBOSA, 2018, p.873). Ou seja, os encontros, ainda que virtuais em tempos de pandemia, com aqueles que buscam preservar a integridade física da sociedade através de denúncias, debates, escutas (por meio das postagens no *Facebook*) e ações (com cartas abertas, campanhas e manifestações presenciais e virtuais frente aos representantes da macropolítica) são reflexos de uma tarefa ética.

No dia 03 de março de 2021, com uma média de duas mil mortes diárias no país causadas pelo muito transmissível corona vírus, houve o retorno às aulas presenciais em 82 escolas do Ensino Fundamental para séries iniciais na rede municipal do Rio de Janeiro, mesmo sem a imunização dos profissionais da educação e/ou da maioria da população. Enquanto famílias experimentavam o medo e a morte, necessitavam avaliar e agir em defesa da vida. E o que vemos na postagem do prefeito? Uma fotografia do descaso e da hipocrisia. O prefeito, que declarava à população que o retorno às aulas seria seguro, toca a mão de um aluno que está com a máscara frouxa e abaixo do nariz, desrespeitando os protocolos. O professor Décio Rocha defende que "por relevantes que possam ser para a produção de um texto as palavras com seus significados, havemos de convir que não são palavras os únicos 'sinais' balizadores de sentido. Há com certeza outros 'sinais' que contribuem para tal fim, e tudo dependerá do texto em foco." (ROCHA, no prelo, p.54)

Para esta análise, apresento um *print* da postagem na página do *Facebook* do MovEM-Rio, a fim de melhor ilustrar a cena criticada pelos ativistas.

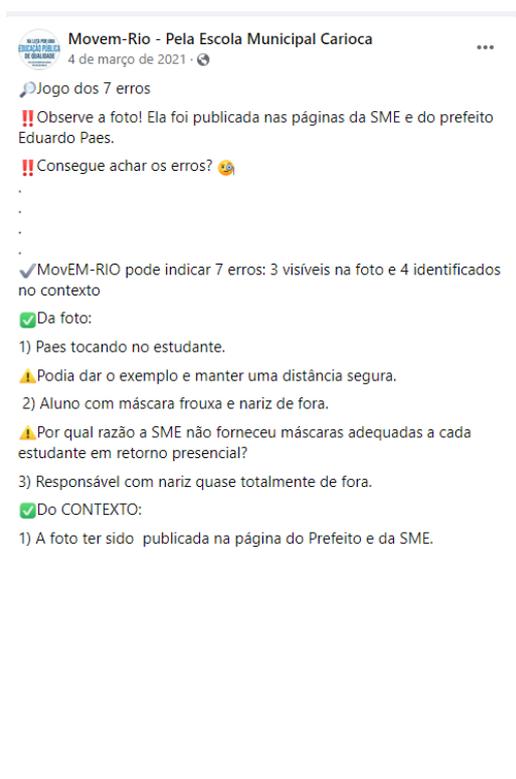


Figura 15- *print* da publicação do MovEM-Rio

“Jogo dos 7 erros”

- ⚠️ Isso nos leva a crer que a prefeitura a considera como algo a ser difundido como momento exitoso;
- 2) A falta de EPI adequado para estudantes sendo entregue pela SME;
- 3) A banalização do uso incorreto de máscaras e cumprimentos inadequados;
- 4) A imprudência em reabrir escolas quando quase 2000 pessoas estão morrendo por dia.



Fonte: Facebook. **MovEM-Rio**. Jogo dos 7 erros. Rio de Janeiro, 04 mar., 2021. Disponível em: <https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid0LQ2AFWG9f1UEdoGqtdtZt8pZJoA4vpFcGtNHctxNNB7LwrWmjCcxDJ7A5BeAixB6l>. Acesso em: 18 set. 2021.

É possível perceber que a postagem da foto no *Facebook* do prefeito está marcada por um etos paradoxal que produz um sentido de "representante do povo", que se arrisca (nesses tempos de covid) ao ir até uma comunidade escolar receber a população usuária da escola pública municipal. Aquela imagem demonstraria que o retorno às aulas é seguro e que todos os cuidados sanitários estariam sendo seguidos. No entanto, a foto selecionada produz o efeito de perigo, uma vez que há o toque entre o prefeito e uma criança e que ao menos duas pessoas bem próximas a ele usam suas máscaras de forma incorreta.

No dia 4 de março, o MovEM publicou em sua página no *Facebook* uma das fotos que Eduardo Paes havia exibido em sua página, na qual se via o prefeito recebendo um aluno e seu pai em uma escola. A postagem do MovEM, intitulada "Jogo dos sete erros", desafiava seus coenunciadores a identificarem o que havia de errado na foto. A construção da cenografia, entendida por Maingueneau como algo que “leva o quadro cênico a se deslocar para um segundo plano” (Maingueneau, 2000 [2013, p.97]) se dá pela proposta de um jogo. No entanto, ainda que se possa "jogá-lo", haverá a necessidade de refletir sobre o que seriam os tais erros, uma vez que não há outra foto semelhante com sete diferenças para que simplesmente sejam apontadas.

Ao passarmos a vista na postagem, observamos que há alguns símbolos coloridos, antecedendo enunciados, que se destacam. Eles contribuem para a organização da postagem-provocação-denúncia. Uma “lupinha” vem antes do título "Jogo dos sete erros", o que produz um efeito – a partir da imagem da lupa - de que será necessário procurar esses erros. Nas linhas seguintes, pontos de exclamação vermelhos introduzem os comandos: “observar a foto e encontrar os erros”. Uma informação contextual importante também é dada: onde a foto teria sido publicada.

Logo após, há quatro espaços que são utilizados para que as respostas não apareçam na postagem sem que se clique no comando "ver mais". Esse recurso proporciona uma oportunidade para que o coenunciador participe do jogo, busque efetivamente refletir sobre o que seriam esses "erros" na publicação da foto pelo prefeito. Ao acessar o restante da postagem, vemos que os sete erros são divididos em duas categorias: erros na foto e erros no contexto. Além da simples discriminação de cada erro, há algumas considerações e questionamentos do MovEM-Rio que estão marcados por triângulos amarelos com pontos de exclamação.

Tanto a notícia, quanto a postagem dialogam com inúmeros outros discursos existentes ou possíveis que não são explicitados, como o documento que apresenta os protocolos de segurança para retorno às aulas presenciais; necessidade de as escolas funcionarem para "cuidarem" dos filhos dos trabalhadores; redução de gastos com a alimentação das crianças; opção por colocar vidas em risco privilegiando questões da macroeconomia etc. São todos interdiscursos possíveis. O professor Bruno Deusdará apresenta, sobre interdiscurso, dois princípios teóricos:

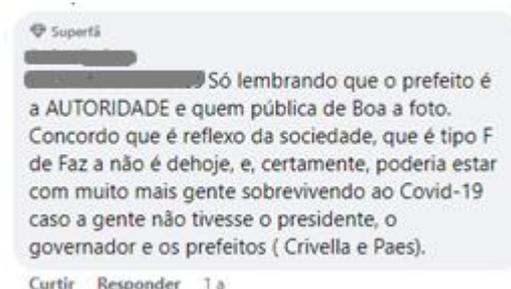
- i) os enunciados proferidos produzem sentido a partir da relação estabelecida com um conjunto de outros enunciados - princípio do interdiscurso; ii) os enunciados proferidos supõem e, simultaneamente, instauram os grupos que os sustentam - princípio da simultaneidade entre linguagem e mundo. (DEUSDARÁ, 2019, p.225)

A postagem na página do MovEM-Rio provocou uma série de comentários. Desses, selecionei dois que parecem mais produtivos para esta análise. O primeiro comentário apresenta uma reflexão que aborda vários aspectos sociais, mas produz um sentido conformista como se percebe nas seguintes materialidades: "Ninguém liga mais", "É isso aí...", "Estão cagando"; "Ninguém se importa mais"; "O resto já se foi." "(...)vivemos em uma faixa de Gaza" E encerra com o paradoxo: "somos obrigados a relativizar a morte para viver nessa cidade". Sou incapaz de apreender todos os interdiscursos que permeiam a formação discursiva dessa coenunciadora, mas muitos somos capazes de fazer nossas próprias relações

com o que representa relativizar a morte para viver nessa cidade, ou o que entendemos por viver numa faixa de Gaza, sem talvez nunca termos pisado em Gaza.

A resposta de uma militante engajada no grupo, como se pode perceber pelo "selinho de super fã" acima do seu nome na postagem (concedido pelo *Facebook* aos mais participativos em determinada página), traz a palavra “autoridade” em caixa alta, ao identificar esse termo com o prefeito que publica "de boa" a foto:

Figura 16 - *Print* de um comentário de uma militante “super fã” do MovEM-Rio



Fonte: Facebook. **MovEM-Rio**. Só lembrando que o prefeito é a AUTORIDADE (...). Rio de Janeiro, 04 mar., 2021. Disponível em: <https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid0LQ2AFWG9f1UEdoGqtdtZt8pZJoA4vpFcGtNHctxNNB7LwrWmjCcxDJ7A5BeAixB6l>. Acesso em: 18 set. 2021.

Como já ficou evidenciado em análise anterior, o uso da caixa alta em textos publicados na internet costuma identificar um tom mais alto, e aqui, produz um sentido de ênfase associada a uma certa indignação. Logo, ela diz que haveria mais sobreviventes ao covid-19 se não tivéssemos como autoridades o presidente, governador e prefeitos (Crivella, no primeiro ano de pandemia e Paes, no momento da postagem). Ou seja, há uma associação direta das mortes às ações (ou falta delas) cometidas pelos poderes executivos que impactam na sociedade.

Seguindo o debate, ocorre um embate argumentativo. Uma pessoa defende que o retorno às aulas, por ser opcional para os estudantes, deve ser avaliado por cada responsável. Esse argumento produz um sentido de retirada de responsabilidade do governo, tal qual o que já expus na análise de “Meu filho não volta”. Mais uma vez, o governo eleito para representar e dirigir a coletividade, com poder de ações que impactam a sociedade como um todo, coloca sobre cada cidadão uma tarefa que é sua – do governo -, como se as consequências dessas ações se refletissem apenas naqueles cidadãos que as tomaram e não em toda a sociedade exposta a essas práticas.

Uma mãe, comentando o “jogo dos sete erros” na página do MovEM-Rio, ecoa a posição do governo: "Cada responsável deve avaliar o melhor para a sua criança". Esse enunciado se destaca no debate pelos motivos que já expusemos, mas é interessante também

apontarmos como ele é retomado pelos outros coenunciadores. "Cada responsável vive individualmente ou em sociedade?", pergunta uma outra mãe. A produção de sentido aqui é a provocação de uma reflexão sobre o primeiro enunciado. É uma pergunta claramente retórica, pois o pressuposto de que a primeira não considera essa uma questão coletiva está evidente. Ainda assim, a primeira responde novamente: "Cada responsável deve avaliar o que é melhor para a sua criança".

A resposta agora vem de forma mais direta: "Uma pena que o vírus não é individual, mas os leitos são [...] não é hora de se falar de liberdade de escolha, mas de consciência de sociedade [...] ainda que cada um seja responsável por suas ações, as consequências são divididas e alguns podem pagar com a vida". Essas reflexões caracterizam um exercício ético que ultrapassa a ordem moralizante do prefeito e sua *pseudo* benevolência de oferecer à população o direito à liberdade de escolha. A camada mais vulnerável da sociedade não tem escolha, estará exposta. Os profissionais da educação não têm escolha, precisam estar nas escolas. Os profissionais da saúde não têm escolha, precisam atender às pessoas que chegarão aos hospitais já lotados, ou, como disse a segunda mãe, terão de escolher sim, entre quem terá acesso a um leito.

Na sequência, uma outra mãe comenta usando o recurso da ironia, ou melhor, do sarcasmo mesmo. Ela diz: "Cada irresponsável deve avaliar o melhor para o seu comodismo. [...] deveriam ir para as mesmas unidades e sem cuidado algum, porque é tudo uma farsa. [...]" A primeira mãe ainda responde concordando, e a terceira completa parodiando Shakespeare e retomando a atenção para a banalização dos erros apontados pelo MovEM-Rio na foto: "Entre o céu, a terra e a banalização da sucessão de erros da foto, existe muito mais do que supõe sua vã filosofia terraplanista", e finaliza associando a alienação da primeira mãe ao terraplanismo, crença de que a terra seria plana, cientificamente desmentida há séculos, e que voltou a ser difundida nos últimos tempos. Podemos apontar aí mais uma evidência interdiscursiva com o debate crenças *versus* ciência que se acentuou nesse período pandêmico.

Procurei mostrar, através dessa análise, algumas possíveis produções de sentido a partir da articulação dos planos do título da postagem "Jogo dos sete erros", da fotografia publicada nas mídias do prefeito e do MovEM-Rio, da provocação do próprio jogo e dos que interagiram na postagem do grupo de ativistas. A aplicação do conceito de interdiscurso (PÊCHEUX, 1975; COURTINE e MARANDIN, 1981; AUTHIER-REVUZ, 1982; MALDIDIER, 1990; MAINGUENEAU, 1984) elucidou as inúmeras conexões feitas entre os coenunciadores e prenunciou tantas outras possíveis de serem feitas. A cenografia (MAINGUENEAU, 2000 [2013]) desse jogo e a orquestração que conduz a uma denúncia é

uma estratégia que propõe às pessoas observarem cada detalhe da fotografia e refletirem sobre o etos (MAINGUENEAU, 1987 [1989]; ARANTES, DEUSDARÁ, ROCHA, 2019) mostrado pelo prefeito em dissonância com seu discurso de que as escolas estariam preparadas para receberem os estudantes. Mas o fato é: as aulas presenciais voltaram.

3 REEXISTÊNCIA – “NOVO NORMAL”

Quando acontecimentos são narrados e compartilhados, personagens, lugares, conversas, texturas e imagens ganham espaço em nossas vidas. Somos forçados a pensar. Suspensões interrogam nossas posições de saber e poder. A coerência e o fechamento do ego falham, aparecem atos e o mundo se coloca. Por meio de fatos, do contar casos, da descrição de cenas, sonhos, pausas e acelerações, acompanhamos o que nos toca e como tudo passa no campo, no *setting*, no texto, no laboratório, na oficina, em nós e no mundo. (PASSOS, KASTRUP, TEDESCO, 2014 [2016, p.61])

Às vezes, a vida pode ser “muito corrida”, vamos vivendo sem nem mesmo pararmos para refletir sobre momentos importantes. O que nos atravessa, o que retemos, o que nos escapa, o irrecoverável... tudo isso forma nossas memórias e a construção de nossos mundos. Assim, o exercício de narrar os fatos e os efeitos, numa pausa forçada para reflexão, pode ajudar a compreender como se dão esses processos que transformam e constroem o mundo. É isso que tentarei fazer neste terceiro capítulo: recuperar, através da narrativa e de reflexões, os efeitos produzidos por algumas escolhas individuais, sociais e políticas no período pandêmico.

Iniciarei este capítulo por uma breve narrativa tentando recuperar o que foi a “Greve pela Vida”: seu início e seus desdobramentos até a nota publicada no *site* do SEPE anunciando o seu fim, aprovado em assembleia da categoria, no dia 01 de julho de 2021. As singularidades dessa greve se apresentaram em muitos sentidos, desde seu início – dessincronizado e confuso -, passando por suas motivações – nem por salário, nem por planos de carreira ou melhores condições de trabalho -, até a “dócil resiliência” do fim. A ínfima repercussão na mídia e mesmo na página do MovEM-Rio demonstra que não se esperava mais qualquer tipo de resistência.

Antes do início do ano letivo de 2022, o MovEM-Rio protocolou uma carta destinada ao Secretário de Educação do Rio de Janeiro, Renan Ferreirinha, na qual apresentou várias preocupações quanto às condições de retorno às aulas. O fim do revezamento, do distanciamento, das possibilidades de acompanhamento de aulas remotas são pontos importantes dessa carta. Além disso, a questão da alimentação dos estudantes também será revisitada, pois o impacto financeiro dos cartões-alimentação nas contas do município parece ter contribuído para o retorno precoce dos estudantes. Segundo as notícias, os gastos seriam menores com a alimentação preparada nas escolas do que na recarga de cartões alimentação ou compra de cestas básicas. Outra questão é a desobrigatoriedade do uso de máscaras faciais em locais abertos, desde outubro de 2021 e em lugares fechados, a partir de março de 2022. O

efeito de sentido desse decreto é o de que a pandemia acabou, ao menos no Rio de Janeiro. Um jornal, inclusive, publicou uma manchete de cunho competitivo: “Rio sai na frente e dispensa uso de máscaras” (Correio Braziliense, 21/10/2021).

O terceiro subcapítulo trata das vacinas contra covid-19. Em 2021, foi aprovada a compra e aplicação emergencial de algumas marcas de vacinas contra esse vírus. Como não havia vacinas prontas para todos, o Ministério da Saúde instituiu uma “fila” de prioridades, de acordo com o risco de agravamento da doença por comorbidade, idade, inaccesso a atendimentos médicos de emergência e exposição ao risco⁹⁰. Com as escolas abertas, profissionais da educação pressionavam o governo por prioridade na vacinação. No entanto, as preocupações com os revezamentos de estudantes nas aulas e o distanciamento entre os alunos ainda eram pautas importantes para o MovEM-Rio. A luta pela vacinação de profissionais da educação, a vacinação de jovens e de crianças a partir de cinco anos será discutida aqui. A exigência do passaporte vacinal para estudantes também é tema de análise neste capítulo.

3.1 Greve pela vida

Os profissionais da educação construíram uma história de lutas, com muitas e muitas greves em busca de melhores salários, condições de trabalho e planos de carreira. Desde que comecei a trabalhar como professora de escolas públicas, sempre participei das greves deflagradas em assembleias do nosso sindicato, o SEPE. No segundo capítulo desta dissertação, tive a oportunidade de narrar brevemente o mal-estar de votar para prefeito em um homem que, além de ter mandado bater em professores nas históricas greves de 2013 e de 2014, ainda defende um projeto educacional meritocrático e injusto. Mas em 2020, com a chegada da pandemia de covid-19 no Brasil, a greve foi diferente. Tudo foi diferente.

Segundo o *Dicionário Houaiss*, greve é

1. Cessação voluntária e coletiva do trabalho, decidida por assalariados para obtenção de benefícios materiais e/ou sociais, como melhoria das condições de trabalho, direitos trabalhistas etc., ou ainda para garantir as conquistas adquiridas que, porventura, estejam ameaçadas de supressão; 2.p.ext. cessação temporária e coletiva de quaisquer atividades, remuneradas ou não, em protesto contra determinado ato ou situação (específica ou relativa à sociedade como um todo) [...] (HOUAISS, 2001, p.1482).

⁹⁰Informação disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/entenda-a-ordem-de-vacinacao-contra-a-covid-19-entre-os-grupos-prioritarios>. Acesso em 05/05/2022.

Nesta mesma entrada do dicionário, encontramos desdobramentos do termo em “greve branca”, quando não há represália; “greve de braços cruzados”, quando se comparece ao local do trabalho, mas não se trabalha; “greve de fome”, para fins de protesto ou de chamar a atenção para uma determinada causa; “greve de ocupação”, quando se ocupa o local de trabalho até que haja um acordo; “greve do consumidor”, quando há boicote de algum produto que esteja com preço inadequado e “greve geral”, quando ocorre em nível nacional contra diretrizes governamentais (HOUAISS, 2001, p.1482). Ainda que o verbete dê conta de muitos sentidos de greve, parece não prever o sentido de greve que se construiu durante a pandemia de covid-19. E isso se explica historicamente.

A primeira referência sobre greve, disponível no *site* virtual do Tribunal Superior do Trabalho⁹¹, remete ao fim do século XIX, em que, no Código Penal de 1890, era tipificada como ilícita e criminal, ainda que apenas o uso da violência fosse passível de punição. Organizações sindicais existiam e, em 1906, organizaram o Primeiro Congresso Operário Brasileiro. Na ocasião,

decidiu-se que “o Primeiro de Maio deveria ser um dia de protesto e não de festa” e que o principal objetivo dos trabalhadores deveria ser, entre outros, a redução da jornada para oito horas de trabalho, a fundação de bibliotecas e instituições de ensino e a atividade sindical. Recomendou-se ainda que os pais não encaminhassem as crianças para trabalhar nas fábricas (TOLEDO, 2004).

Os anos seguintes foram marcados por greves bastante relevantes, algumas em nível nacional, que arrancaram conquistas expressivas como aumentos de salário, sistema previdenciário, férias de 15 dias sem prejuízos de salários e regulamentação do trabalho de menores de idade em fábricas. Na década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, avançou-se ainda mais nas questões trabalhistas com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e da Justiça do Trabalho. “A Constituição de 1934 trouxe avanços sociais relevantes ao prever direitos como salário mínimo, jornada de trabalho de oito horas, restrição ao trabalho do menor, repouso semanal, férias anuais remuneradas e indenização por dispensa sem justa causa”⁹².

Nos anos de 1940, o direito à greve era permitido quando houvesse autorização do Tribunal do Trabalho, mas em 1946 houve uma restrição de greve para atividades consideradas fundamentais. Durante a Ditadura Militar (1964 - 1985), o direito à greve tornou-se algo apenas formalizado, sem poder ser exercido realmente. Ainda assim, já na

⁹¹ Disponível: https://www.tst.jus.br/memoriaviva/-/asset_publisher/LGQDwoJD0LV2/content/ev-jt-80-04. Acesso em: 17 out. 2022.

⁹² Disponível: https://www.tst.jus.br/memoriaviva/-/asset_publisher/LGQDwoJD0LV2/content/ev-jt-80-04. Acesso em: 17 out. 2022.

década de 1980, o movimento paredista⁹³ lutou, com outros movimentos, por maiores liberdades e, ao fim da ditadura, conseguiu garantir, na *Constituição Federal*, o direito à greve como um direito humano e fundamental: “Art. 9º - É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender” (BRASIL, 1988).

No entanto, o artigo 114, que trata das competências da Justiça do Trabalho, atribui, no parágrafo terceiro que “em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito” (BRASIL, 1988). Em dezembro de 2020, foi aprovado na Câmara Federal de Deputados um projeto de lei (PL 5.594/20) que tornaria a educação um serviço essencial, permanecendo aberto, mesmo em situações pandêmicas. Esse projeto de lei, atualmente, está parado no Senado Federal. Sua apreciação estava prevista para agosto de 2022, mas ainda não aconteceu⁹⁴.

Que a educação (especialmente a presencial) é fundamental para a sociedade, todos sabemos. Inclusive, pude demonstrar, no primeiro capítulo, que minha própria concepção do papel da educação pública foi ampliada no processo dessa pesquisa. Porém, o projeto de reconhecê-la como atividade essencial durante a pandemia tinha o único propósito de manter as escolas abertas a qualquer custo, - no caso, ao custo de arriscar milhões de vidas -, sem nenhuma valorização real da educação.

Os profissionais da educação das redes estadual e municipal do Rio de Janeiro, em assembleia *on-line* com mais de 500 participantes, decidiram, em 30 de julho, unirem-se aos professores de escolas particulares em uma Greve pela Vida. Essa greve, inédita em propósitos e modo, foi muito diferente de todas as outras de que eu havia participado. Não houve piquetes ou passeatas, as reuniões, como disse, eram virtuais, nem mesmo paramos de trabalhar. Mesmo a adesão à greve não foi um ato conjunto em tempo e espaço. As pessoas aderiam à greve conforme eram convocadas, cada uma a um tempo, para o retorno presencial. Eu mesma só fui convocada a retornar no final de novembro de 2020, pois a série para a qual eu lecionava no município não foi das primeiras a voltarem ao sistema presencial.⁹⁵

⁹³ Outra forma de se chamar o “movimento grevista”.

⁹⁴ Disponível em: [https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/apos-pessao-votacao-de-pL-5594-que-torna-educacao-essencial-e-restringe-direito-de-greve-e-adiada1#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%20\(PL,Educa%C3%A7%C3%A3o%20da%20C%C3%A2mara%20dos%20Deputados](https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/apos-pessao-votacao-de-pL-5594-que-torna-educacao-essencial-e-restringe-direito-de-greve-e-adiada1#:~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%20(PL,Educa%C3%A7%C3%A3o%20da%20C%C3%A2mara%20dos%20Deputados). Acesso em: 17 out. 2022.

⁹⁵ A retomada às aulas presenciais foi iniciada pelos 9os. anos, Carioca II e último ano do PEJA, no Ensino Fundamental. Naquele ano, eu lecionava para 8os. anos no município. Notícia sobre o retorno às aulas está disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/11/17/rio-retoma-aulas-presenciais-nesta-terca-feira-apos-paralisacao-por-cao-da-pandemia.ghtml> Acesso em: 17/10/2022.

Sobre as singularidades dessa Greve pela Vida, destaco, primeiramente, a motivação. Não havia outra forma possível de contenção da covid-19 que não fosse o isolamento das pessoas em suas casas. O uso de máscaras e de álcool 70º eram paliativos que ajudavam aqueles que não tinham escolha. Pouco se conhecia efetivamente sobre a doença, e seus sintomas e formas de transmissão eram variados, dificultando ainda mais o planejamento de medidas de segurança coletiva. O que se sabia era que, em aglomerações, o vírus se espalhava rapidamente. Também se sabia que os hospitais estavam lotados e que não havia vagas para todos. Os professores também sabiam que o vínculo dos estudantes com a escola era muito importante, menos pelos conteúdos, mas mais pelas oportunidades de informações, de cuidados e de trocas afetivas. Não era possível, então, simplesmente entrar em greve e ficar em casa.

A proposta mais votada (e aprovada) na assembleia que deflagrou a Greve pela vida foi a de não retornar ao sistema presencial, mas manter as aulas remotas e atividades impressas. O *site* do sindicato, SEPE, divulga suas atas de forma muito confusa, com datas equivocadas e *links* com títulos que, além de não indicarem o real teor das assembleias, acabam por misturar cronologicamente os eventos. Sendo assim, apresento aqui a deflagração da Greve pela vida das redes estadual e municipal noticiada no *site* de outro sindicato, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Sintufrj:

Figura 17- Notícia de deflagração de Greve pela Vida



The image shows a screenshot of the Sintufrj website. At the top left is the logo for Sintufrj (Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro) with a pink ribbon symbol. To the right of the logo are social media icons for search, Facebook, YouTube, Twitter, Instagram, and LinkedIn. Below these icons is a navigation menu with the following items: INÍCIO, O SINTUFRJ, SERVIÇOS, JURÍDICO, CONVÊNIOS, and ESPA. The main content area contains a news article with the following text:

Os profissionais de educação da rede municipal do Rio entraram em greve por tempo indeterminado a partir desta segunda-feira, 3 de agosto. O movimento é contra a reabertura das escolas municipais em plena pandemia.

A decisão foi tomada em assembleia virtual realizada pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio (Sepe RJ) dia 30 de julho.

Já os professores e funcionários da rede estadual entrarão em greve à medida que forem convocados para o retorno das atividades escolares presenciais nas escolas.

O movimento foi aprovado em assembleia on line convocada pelo Sepe RJ, dia 1º de agosto. As atividades on-line com os estudantes se mantêm – desde que seja de forma complementar e não obrigatória, conforme decisões anteriores da categoria em relação ao ensino não presencial.

O movimento de professores e funcionários confronta a medida do prefeito Marcelo Crivella que decretou a abertura dos refeitórios das escolas municipais, a partir de 1º de agosto, e abertura de creches e escolas municipais e privadas “voluntariamente”, a partir de 16 de agosto.

Greve continua

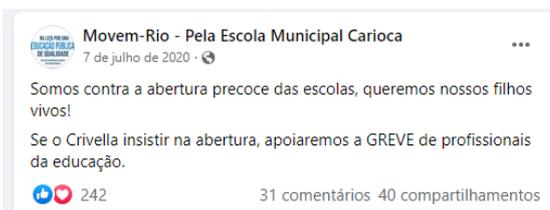
Os profissionais da rede municipal e estadual somam-se aos professores das escolas particulares da cidade do Rio, em greve desde 6 de julho. Estes, em assembleia virtual com mais de 500 professores realizada também dia 1º de agosto, votaram com ampla maioria pela manutenção da paralisação.

Fonte: Internet. **Sintufrj**. Greve pela vida. Rio de Janeiro, 04 mar., 2021. Disponível em: <https://sintufrj.org.br/2020/08/professores-municipais-e-estaduais-entram-em-greve-contra-reabertura-de-escolas/>. Acesso em: 05 set. 2022.

O MovEM-Rio, no dia 07 de julho de 2020, já manifestava apoio à greve dos profissionais da educação, que em realidade, ainda nem havia sido deflagrada, mas com as

constantes ameaças de reabertura das escolas, essa possibilidade era bastante comentada nas redes sociais. Assim, mais de 20 dias antes de a Greve pela vida ser votada em assembleia, a categoria contava com o apoio dos responsáveis.

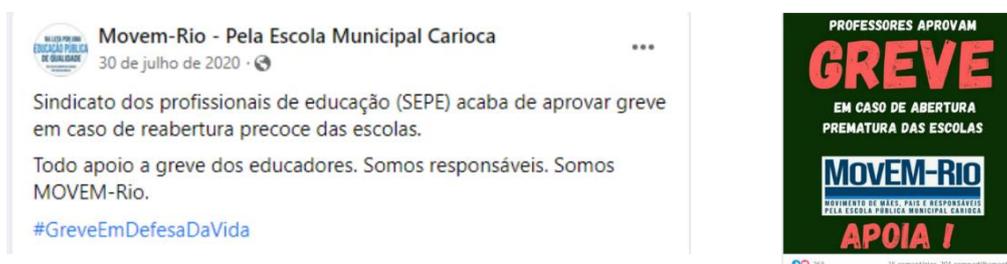
Figura 18 - Apoio antecipado do MovEM-Rio à greve dos profissionais da educação.



Fonte: Facebook. **MovEM-Rio**. Somos contra a abertura precoce das escolas (...). Rio de Janeiro, 07 jul., 2020. Disponível em: <https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid025FrueDYDCmqSpaKcWZGcJfJfgeAbsh3a6zvn9q9Ku1Rjzju84NG6nUz6GYVpyhpTl>. Acesso em: 05 set. 2022.

No dia 30 de julho de 2020, o MovEM-Rio participou da assembleia da educação e fez uma fala em apoio à Greve pela vida. Não era a primeira vez que o movimento pedia a palavra. Desde que fora criado, no início de 2019, participava de nossas assembleias e, em algumas delas, se manifestava. O interesse do grupo de ativistas pelas pautas dos profissionais de educação, produz uma aproximação maior entre escola e responsáveis. E o “estar com”, sem nem mesmo precisar de uma convocação formal, - como acontece nas escolas -, partiu dos próprios ativistas. Isso produz um efeito que considero muito positivo: ao participar das assembleias e ouvir (e por vezes debater com) os profissionais da educação, o MovEM-Rio se coloca a par das questões mais gerais que permeiam a educação a partir daqueles que estão dentro das escolas, e assim tem mais ferramentas para compreender “um outro ângulo”, e para refletir suas próprias questões e reivindicações enquanto responsáveis. Não à toa, as manifestações do movimento costumam se somar às lutas dos educadores por uma educação de qualidade social, reivindicando, dos governantes, as soluções para os problemas.

Figura 19- Declaração de apoio do MovEM-Rio à Greve pela vida



Fonte: Facebook. **MovEM-Rio**. Professores aprovam GREVE (...). Rio de Janeiro, 30 jul., 2020. Disponível em: <https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid02YtQjVLszG91KcNQE2VD2HKWHzCG6EA6FnTCgU4N2YkdorH8wp4jjX3ti7vw6E9dql>. Acesso em: 18 set. 2021.

Como já narrei nas implicações que me levaram a fazer esta pesquisa, na escola do município em que trabalho, fiz a Greve pela vida sozinha. Volto a este ponto não (apenas) por

mágoa, mas para explicar outra singularidade desta greve: profissionais que se enquadrassem em algum ponto dos listados no Decreto Rio nº 47247, de 13 de março de 2020, não precisavam retornar ao presencial. Assim dizia o quarto parágrafo desse decreto:

Para efeito do disposto no § 1º comporão, prioritariamente, a escala de regime excepcional de teletrabalho os servidores que se enquadrem nas seguintes hipóteses: I - idade igual ou superior a sessenta anos; II - portadores de: a) doença cardiovascular; b) doença pulmonar; c) câncer; d) diabetes; e) doenças tratadas com medicamentos imunodepressores e quimioterápicos. III - casos atestados como suspeitos; IV - transplantados. (RIO DE JANEIRO, 2020)⁹⁶

Não foram poucas as lutas que alguns colegas de escola e eu travamos juntos, mas a partir desse decreto, fui a única a não me enquadrar nos critérios para regime de teletrabalho que fez a Greve pela vida na Escola Municipal Jornalista Assis Chateaubriand. Vale contar aqui, que lendo este meu subcapítulo, a professora Cristiane Neves, minha amiga e companheira de muitas lutas, chamou-me a atenção para as motivações daqueles colegas que voltaram ao trabalho, “furando” a Greve pela vida. Eu não havia me atentado que alguns eram os únicos de seus núcleos com estabilidade de trabalho e, com o aumento do desemprego por causa da pandemia, precisavam se submeter a correr o risco para ajudar seus familiares financeiramente.

As escolas abriram e fecharam muitas vezes desde o final de 2020 até maio de 2021. Com o início da vacinação dos profissionais da educação, a Greve pela vida foi ficando cada vez mais fraca e as assembleias já estavam esvaziadas, embora o número de novas internações e de mortes ainda fosse de milhares por dia. Após um ano de isolamento, as pessoas não aguentavam mais ficar em casa e as políticas de reabertura refletiam no aumento de casos.

Figura 20- Gráfico de novos casos e mortes, com destaque para o dia 07/04/2021



Fonte: Internet. **JHU CSSE COVID-19**. Novos casos e mortes. 17 out. 2021. Disponível em: <https://github.com/CSSEGISandData/COVID-19>. Acesso em: 17 out. 2021.

⁹⁶ Disponível em: http://rio.rj.gov.br/documents/8822216/11086083/DECRETO_47247_2020.pdf. Acesso em: 17 out. 2022.

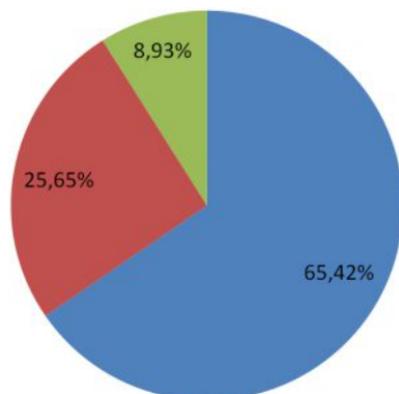
Quase um ano depois da assembleia que deflagrara a Greve pela vida, no dia 01 de julho de 2021 a categoria, por meio de votação em assembleia, decidiu pela suspensão da greve e retorno às aulas presenciais. Na ocasião, a maioria dos profissionais da educação já estava vacinada com as duas doses contra a covid-19. Voltarei à questão da vacinação no terceiro tópico deste capítulo, mas aqui ainda quero ressaltar mais uma singularidade dessa greve: assim como começou de forma “estranha”, com cada um aderindo de acordo com sua convocação e com um grande número de profissionais que nem aderiram por se enquadrarem nas condições para teletrabalho, a Greve pela vida foi suspensa sem repercussão alguma na mídia.

Apenas através da ata da assembleia, disponível no *site* do SEPE, é possível saber o resultado da votação. O próprio SEPE não fez qualquer comentário sobre a decisão de suspensão. Nem na página do MovEM-Rio há qualquer menção a isso. Não é possível encontrar elementos de polêmica, tampouco qualquer argumentação sobre o fim da greve no Rio de Janeiro. Esse “silêncio” diz muito sobre o que foi essa greve. O efeito produzido é o de que a Greve pela vida já havia acabado há tempos, aquela assembleia era apenas uma formalidade.

Figura 21- Gráfico da votação da suspensão da Greve pela vida

ASSEMBLEIA DA REDE MUNICIPAL RJ (01/07) APROVOU A SUSPENSÃO DA GREVE EM DEFESA DA VIDA

janeiro 1, 2021



Em assembleia virtual realizada pela rede Zoom nesta quinta-feira (dia 01 de julho) os profissionais da rede municipal de Educação do Rio de Janeiro decidiram pela suspensão da greve em defesa da saúde e da vida, iniciada em fevereiro deste ano. A categoria aprovou ainda a entrada em estado de greve e a manutenção da luta judicial e política pela suspensão dos inquéritos, devolução dos descontos, abono da greve e cumprimento dos protocolos sanitários.

A ata da assembleia pode ser lida aqui.

Veja como foi a votação de hoje:

1ª pergunta:

227 votos (65,4%): A assembleia da rede municipal RJ aprova a SUSPENSÃO da greve em defesa da saúde e da vida, entrando em estado de greve e mantendo a luta judicial e política pela suspensão dos inquéritos, devolução dos descontos, abono da greve e cumprimento dos

protocolos sanitários.

89 votos (25,6%): A assembleia da rede municipal RJ delibera a MANUTENÇÃO da Greve em defesa da saúde e da vida contra o retorno presencial, mantendo as atividades remotas e de home Office.

31 (8,9%): Abstenção

65% Dos profissionais de educação da rede municipal RJ presentes à assembleia de 1º de julho decidiram pela suspensão da greve e instauração do estado de greve

Fonte: **SEPE/RJ**. Assembleia da Rede Municipal RJ (01/07) aprovou a suspensão da greve em defesa da vida. 01jul.,2021. Disponível em: <https://seperj.org.br/31613-2/>. Acesso em: 05 set. 2022.

3.2 “Escola: primeira a abrir e última a fechar”

Os planos de retorno às aulas presenciais durante a pandemia de Marcelo Crivella (2020) e de Eduardo Paes (2021), como demonstrei em narrativas e análises em capítulos anteriores, foram muito falhos e geraram vários prejuízos em suas aberturas e fechamentos constantes de escolas. Diferenciavam-se no teor - negacionista do primeiro e populista do segundo -, mas comungavam em políticas precipitadas com relação às condições sanitárias e em interesses econômicos acima da segurança de saúde da população.

Ao assumir seu mandato como prefeito, em janeiro de 2021, Eduardo Paes fez uma *live*, divulgada na página de *Facebook* do então Secretário Municipal de Educação, Renan Ferreirinha, na qual afirmava que a reabertura das escolas era prioridade em seu governo. A

chamada do trecho compartilhado pelo secretário destacava a frase dita e repetida por Eduardo Paes: “A escola tem que ser a última a fechar e a primeira a reabrir” (PAES, 2021).

Figura 22- Trecho de *live* de Eduardo Paes sobre reabertura de escolas.⁹⁷



Fonte: Facebook. FERREIRINHA, Renan. A escola tem que ser a última a fechar e a primeira a reabrir. 29 jan., 2021. Disponível em: <https://web.facebook.com/watch/?v=236463714746756>. Acesso em: 05 set. 2022.

A argumentação do prefeito Eduardo Paes passava por uma comparação com o plano estapafúrdio de Marcelo Crivella, que, no ano anterior, havia autorizado a reabertura de shoppings, salões de beleza e academias meses antes das escolas. Em que pese o descabimento da “crivellagem”, a construção argumentativa de Paes fazia algum sentido, o problema é que, no início de 2021, a vacinação estava apenas sendo iniciada (como narrarei no próximo subcapítulo) e as comunidades escolares continuavam tão desprotegidas quanto no governo de Crivella. Ainda assim, Paes iniciou seu plano de reabertura e, como mostrei na análise do “Jogo dos 7 erros”, no segundo capítulo desta pesquisa, em março daquele ano as escolas começaram a reabrir gradativamente. Naquele início, quando algum caso de covid-19 era confirmado na escola, a mesma fechava por uma semana e depois tornava a abrir. Com o tempo, no entanto, os casos em escolas ficaram tão constantes (a ponto de serem considerados “comuns”), que quando alguém positivava para a doença, somente essa pessoa era afastada da escola por sete dias ou até apresentar um exame negativo.

Em março, abril e maio de 2021, as escolas que funcionaram o fizeram respeitando um distanciamento de 1,5m entre as carteiras dos estudantes, o que obrigava a um regime de revezamento de grupos de alunos por causa do tamanho das salas de aula. Foram distribuídas

⁹⁷ Disponível em: <https://web.facebook.com/watch/?v=236463714746756>. Acesso em: 05/09/2022.

três máscaras de tecido de algodão (com apenas uma camada de tecido) para cada estudante e funcionário. Na entrada das escolas havia álcool 70° em gel e medição de temperatura com termômetros infravermelho.

Em junho, a prefeitura anunciou redução do distanciamento para 1 metro, o que aumentaria o número de estudantes em cada sala de aula. Antecipando-se à votação na Câmara de vereadores sobre um Projeto de Lei de autoria do vereador Rogério Amorim, que dispunha sobre o distanciamento mínimo de 1 metro entre as mesas e cadeiras na rede particular e municipal de ensino, o MovEM-Rio publicou a seguinte nota de repúdio em suas redes sociais:

NOTA DE REPÚDIO

Nós do Movimento de Mães, Pais e Responsáveis pela Escola Pública Carioca repudiamos o PL No 285/2021.

Solicitamos que todas as vereadoras e vereadores da Câmara ajam com consciência crítica e sanitária durante essa votação.

No cenário atual, presenciamos a reabertura de quase todas as unidades escolares da rede municipal acontecendo de forma a negligenciar problemas estruturais, que inviabilizam a segurança de estudantes e profissionais da Educação, colocando-os em risco de contrair Covid-19. Reduzir o distanciamento e aumentar a quantidade de estudantes em uma sala fechada só fará o risco aumentar, já que é cientificamente comprovado que apenas um espirro é capaz de espalhar gotículas com o vírus por mais de 2 metros de distância. A redução do distanciamento também aumentará o fluxo de pessoas e conseqüentemente o risco. Não nos interessa ver salas inadequadas com mais estudantes juntos em plena pandemia.

Convocamos a Defensoria Pública, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, bem como representantes de entidades e movimentos que compõem a sociedade civil a se manifestarem em defesa ao direito à vida.

Precisamos que a Câmara de Vereadores, mediante suas Comissões Permanentes de Educação, de Saúde e do Direito da Criança e do Adolescente, realize mais vistorias às unidades escolares reabertas.

Não queremos morrer nem de bala, nem de fome e nem de Covid-19!

#ComidanoPratoVacinanoBraço

#VidasNegrasImportam

#EducaçãoPúblicaDeQualidade

#VivaoSUS (MovEM-RIO, 10/06/2021)

Além do pedido de “consciência crítica e sanitária” aos vereadores, chama a atenção nessa nota o uso de quatro *hashtags*⁹⁸ : “#ComidanoPrato VacinanoBraço; #VidasNegrasImportam; #EducaçãoPúblicaDeQualidade; #VivaoSUS” (MovEM-Rio, 2021). Tal qual a bandeira “Meu filho não volta”, por exemplo, essas quatro entradas e suas conexões poderiam render interessantes análises, no entanto, não o farei por limitação de tempo e

⁹⁸ Segundo Marie-Anne Pavou, em seu *Dicionário de Análise do Discurso Digital*, “A *hashtag* é um segmento linguageiro precedido do signo #, utilizado originalmente na rede de microblogagem *Twitter*, mas adaptada em outras plataformas, como o *Facebook* principalmente. Essa associação transforma o segmento numa *tag* clicável, inserida manualmente num tuíte, que permite acessar um fio que agrupa o conjunto dos enunciados que contém a *hashtag*” (2017 [2021, p.223]). Ou seja, ao clicar em um enunciado precedido de *hashtag* (#), é possível localizar todas as outras vezes que esse enunciado foi utilizado com *hashtags* na internet.

porque já marco nesta pesquisa a relevância desses temas, com exceção de #VidasNegrasImportam, que não está diretamente relacionada com a volta às aulas durante a pandemia, mas é um tema social que teve muito destaque no período pandêmico, especialmente por mortes violentas de pessoas negras em diferentes lugares e contextos.⁹⁹ O MovEM-Rio também se manifestou sobre essas tragédias.

Mas sobre o tema principal da “nota de repúdio”, infelizmente não houve efeito, e a redução do distanciamento foi aprovada. A média de mortes no Brasil, em junho de 2021, ainda era de mais de duas mil pessoas por dia. Buscando confirmar essa informação, quero fazer um parêntese para apresentar uma nota do *site UOL* que encontrei ao final da notícia sobre os números da covid-19 em junho de 2021, que acendeu minha atenção de cartógrafa:

Veículos se unem pela informação

Em resposta à decisão do governo Jair Bolsonaro de restringir o acesso a dados sobre a pandemia de covid-19, os veículos de comunicação *UOL*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *GI* e *Extra* formaram um consórcio para trabalhar de forma colaborativa para buscar as informações necessárias diretamente nas secretarias estaduais de Saúde das 27 unidades da Federação.

O governo federal, por meio do Ministério da Saúde, deveria ser a fonte natural desses números, mas atitudes de autoridades e do próprio presidente durante a pandemia colocam em dúvida a disponibilidade dos dados e sua precisão.¹⁰⁰

Essa denúncia do *UOL* produz um efeito de inconfiabilidade nos dados apresentados pela imprensa ao povo brasileiro. Ainda que houvesse um esforço do consórcio de imprensa para divulgar a real situação da disseminação do vírus SarsCov II, a política negacionista do presidente Bolsonaro e a atitude de restringir informações, produz o efeito de que o povo não poderia saber a verdade, logo, a verdade poderia ser mais grave do que a situação que se apresentava. Fiz aqui esse parêntese porque o inaccessível a dados oficiais propicia a desinformação e a “aquilo que não sei, não me preocupa”. Ou seja, essa política de “dados secretos”¹⁰¹ pode ter contribuído para o relaxamento da população e para a naturalização da convivência com o covid-19, a ponto de aceitarem, aos poucos, voltar a uma vida “normal”.

Voltando às políticas aplicadas no retorno às aulas presenciais em 2021, com a diminuição do espaçamento entre carteiras e cadeiras, mais estudantes puderam frequentar a escola ao mesmo tempo e isso também impactou nos momentos das refeições. Nessas situações, ao início e fim de cada dia de aula, as aglomerações – sem o uso de máscaras – era

⁹⁹ Como a morte violenta e racista de George Floyd; ou como a morte de Miguel, uma criança negra de apenas 5 anos que foi negligenciado pela patroa da mãe. Muitas notícias sobre esses dois casos (e sobre tantos outros) podem ser encontradas facilmente na internet ao usarmos a #VidasNegrasImportam.

¹⁰⁰ Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/06/20/covid-19-coronavirus-casos-mortes-20-de-junho.htm>. Acesso em 05/09/2022.

¹⁰¹ Em analogia ao “orçamento secreto” e ao “sigilo de 100 anos” utilizados pelo mesmo presidente como sua forma de governar, nada transparente.

constante. Além disso, muitas escolas não tinham estrutura de ventilação natural adequada. Na E.M. Assis Chateaubriand, onde trabalho, houve uma reforma em 2014 e trocaram os basculantes por janelões. Mas na E.M. Francisco Campos, que é compartilhada com o Estado, onde leciono à noite na segunda matrícula, as janelas são basculantes, muitas quebradas e com grades por fora, o que ainda impede suas aberturas completas. E essa escola foi reaberta no mesmo período que a Assis. O diretor do turno da noite, Ramão Figueira Gutierrez, faleceu de covid-19 trabalhando naquelas condições insalubres. Ainda que nós professores não tivéssemos voltado ao trabalho presencial no Estado, a direção estava lá para atender a comunidade, inclusive distribuindo cestas básicas.

A naturalização das internações e mortes por covid-19 marcou o ano de 2021. Nas escolas, primeiro foi a volta às aulas (com protocolos de segurança estabelecidos), depois a redução do distanciamento, até que, em outubro daquele ano, o prefeito Eduardo Paes suspendeu o revezamento de estudantes e decretou o “retorno pleno” às atividades escolares. Vale dizer que a essa altura todos os profissionais da educação já poderiam estar vacinados com as duas doses contra covid-19, mas muitas pessoas (mais jovens ou que não constavam na lista de prioridades do calendário vacinal que apresentarei no próximo subcapítulo) não tinham tomado sequer a primeira dose e o número de casos da doença ainda era muito alto.

O MovEM-Rio publicou em sua página do *Facebook* uma “notícia-denúncia”, carregada de questionamentos chamando a população à reflexão:

Você sabia que a decisão pelo retorno "pleno" das aulas no município do RJ saiu no mesmo dia da sentença judicial exigindo que em 48h a Prefeitura recarregasse os cartões-alimentação de todos os estudantes da rede, enquanto permanecer o esquema de rodízio de alunos no presencial?
Coincidência? NÃO parece, não é mesmo?
O argumento de que a pandemia da Covid-19 já está acabando é FURADO! (MovEM-Rio, 21/10/2021)

Nessa nota, primeiramente o MovEM-Rio informava que o retorno “pleno” fora decretado, depois adicionava a informação de que uma sentença judicial que exigia a recarga dos cartões-alimentação fosse feita para todos os estudantes da rede nas próximas 48h. Por fim, relacionava os dois fatos - que aconteceram no mesmo dia – e propunha uma reflexão sobre o porquê disso. Se retomarmos o primeiro capítulo desta pesquisa, no qual falo sobre a questão da alimentação, é possível verificar que havia uma polêmica sobre a recarga dos cartões-alimentação no período de revezamento de estudantes. O prefeito propunha que todos os estudantes fossem fazer as refeições nas escolas, independentemente de ser sua semana de aula ou não. Isso era absurdo, pois lotaria os refeitórios e geraria aglomeração. Houve, então, uma liminar que obrigava a recarga dos cartões durante o período de revezamento também.

Mas o governo “reclamava” que isso estava muito custoso aos cofres públicos. Assim, o MovEM-Rio associou o decreto de retorno “pleno” a uma manobra do governo municipal para não recarregar mais os cartões-alimentação.

As salas de aula voltaram a ficar lotadas. Havia apenas a exigência do uso de máscaras – que muitos estudantes não cumpriam porque já não as tinham - e a aplicação de álcool 70° na entrada da escola. Perdi as contas de quantas máscaras, compradas com meu dinheiro, distribuí para os estudantes. Muitos colegas professores fizeram o mesmo. E assim foi até o final do ano, quando recebemos a ordem de aprovar¹⁰² todos os estudantes, tendo eles comparecido a alguma aula ou não, tendo eles mantido o vínculo com a escola ou não.

Em 2022, antes de iniciar o ano letivo, o MovEM-Rio protocolou uma carta (Anexo C) destinada ao secretário de educação do município, Renan Ferreirinha. Nessa carta, faziam dez considerações, sete questionamentos e quatorze exigências em relação ao início do novo ano letivo. Início esta análise pelas considerações que introduzem as reivindicações.

Usando o mesmo estilo dos decretos e leis, o MovEM-Rio introduz sua argumentação com a expressão “Considerando-se que:” e lista fatos que influenciam diretamente nos questionamentos e exigências que farão. Essa estratégia produz um efeito de formalidade, ao mesmo tempo que demonstra uma fala entre “iguais”, no sentido de que se é assim que os governantes se manifestam, é possível manifestar-se dessa forma também, pois há domínio de estilo e linguagem para fazê-lo.

Nessas considerações, o MovEM-Rio pontua, inicialmente, que havia, naquele momento, um surto da variante ômicron¹⁰³ que deveria ser considerado para o planejamento do novo ano letivo. O ano de 2021 fora encerrado sem revezamento e sem distanciamento mínimo entre os estudantes. Porém, com o aumento de casos provocando uma nova onda de contaminações, em seu nono ponto de considerações, o grupo de ativistas cita uma ausência de orientações no sentido de retomar o distanciamento e o revezamento de estudantes nas aulas presenciais. Além disso, indicava não haver orientações sobre a cobrança de comprovantes de vacinação dos profissionais da educação, nem dos estudantes que já haviam

¹⁰² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/09/aprovacao-automatica-na-pandemia-distorce-resultado-do-ideb-2021.shtml#:~:text=A%20taxa%20de%20aprova%C3%A7%C3%A3o%20nos,em%202019%2C%20antes%20da%20pandemia.&text=O%20Ideb%202021%20do%20pa%C3%ADs,%2C%20era%20de%203%2C9>. Acesso em: 20/10/2022.

¹⁰³ Variante de Covid-19 que causou uma terceira onda de contaminação no Brasil. A primeira onda teria sido provocada pela variante beta, no início do 2020, e a segunda, pela variante gama, do meio para o final daquele ano. Houve ainda uma variante que se espalhou muito rapidamente, a delta, em 2021, mas que, na contramão do ocorrido em muitos outros países do mundo, não foi considerada uma onda no Brasil porque aqui foi menos letal, havendo, inclusive, uma redução no número de mortes diárias.

sido vacinados. A essa altura, já se sabia que as máscaras comprovadamente eficientes contra a contaminação de covid-19 eram as dos tipos PFF2/N95/KN95, que foram distribuídas aos educadores, mas não aos alunos. O movimento também apontava a ausência da previsão de distribuição dessas máscaras nos documentos sobre retorno às aulas.

Problemas estruturais das escolas igualmente foram pontuados nessas considerações: desde ventilação precária até falta de equipes de limpeza e de profissionais da educação. Muitas escolas, como o exemplo que citei da E. M. Francisco Campos, no subcapítulo anterior, não tinham janelas adequadas para uma boa ventilação e isso representava um aumento no risco de contaminação. A precariedade da questão de higiene também era um problema - com a terceirização do serviço de limpeza das escolas, todo ano há um imbróglio na renovação de contrato da empresa responsável ou na licitação para uma nova contratação. Esse problema é antigo na rede municipal e parece não haver empenho algum para mudá-lo. Porém, em uma pandemia viral, a falta desse serviço se torna ainda mais grave. A carência de professores – que haviam morrido, se aposentado ou exonerado nos tempos do isolamento – era outra questão que atingia diretamente a organização do ano letivo das escolas. Havia, (e ainda há) muitos professores aprovados em concurso público de 2019 que não foram chamados nos primeiro e segundo ano de pandemia, mesmo aprovados dentro das vagas de carência real já existentes à época da homologação do concurso. Vale dizer que, no decorrer de 2022, houve convocações, mas na data da carta (04/02/2022) ainda não havia.

Outra questão importante que foi apontada nas considerações, trata da não obrigatoriedade de retorno às aulas presenciais de estudantes com comorbidades. Essa política contribuiria para a preservação de suas vidas, no entanto, a eles não era garantido nenhum recurso que promovesse uma educação remota digna: não receberam equipamentos eletrônicos, nem internet, tampouco sua alimentação era garantida. Isto não consta na carta, mas ao declarar o retorno “pleno”, em outubro de 2021, a preparação de aulas remotas não era mais feita, deixando desassistidos¹⁰⁴ os estudantes que não puderam voltar ao presencial.

A respeito dos estudantes que retornaram ao presencial, milhares não haviam sido vacinados, uns porque a vacina para menores de 12 anos não tinha sido disponibilizada, outros porque acreditavam na política negacionista e propagandista de *fake news* sobre possíveis efeitos colaterais causados pela vacina. O MovEM-Rio manifestava sua preocupação sobre isso, assim como com o corte do auxílio emergencial para famílias em vulnerabilidade social e para as chefiadas por mulheres.

¹⁰⁴ Ao retornar ao trabalho em tempo integral, os professores foram desobrigados de preparar aulas remotas, até porque não havia tempo (nem remuneração extra) para isso.

Assim, na segunda parte da carta, o MovEM-Rio fez perguntas diretas ao secretário sobre as questões estruturais e vacinais nas escolas. Questionou, ainda, se havia algum plano do governo para orientar as famílias em relação à vacinação e se isso poderia ser feito nas escolas. E então parte para as exigências, num tom duro e assertivo: “Feitas as perguntas, exigimos que:” e lista quatorze exigências, sobre as quais apontarei os temas e comentarei brevemente, quando entender que há relevância em informações complementares.

A primeira, retoma a questão da pergunta sobre a dignidade do ensino remoto, exigindo equipamentos, internet e cartão alimentação garantidos. No entanto, há uma ampliação de perspectiva de público a ser atendido: além de estudantes com comorbidades, todos os estudantes que não tivessem o esquema vacinal completo. Não há aqui a exposição do problema de os professores não estarem mais atendendo aos estudantes remotamente. Tampouco essa era uma preocupação da prefeitura. Ainda que jamais substitua a relação com professores das turmas, vale registrar que o *site* do Rioeduca¹⁰⁵ dispõe de aulas e materiais, bastante interessantes, disponibilizados durante a pandemia. A Multirio¹⁰⁶ - Empresa Municipal de Mídias, vinculada à Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, seguiu oferecendo conteúdos de forma virtual¹⁰⁷.

A segunda exigência do MovEM-Rio, se refere ao retorno presencial seguindo os protocolos mais atualizados sugeridos pela Fiocruz. Sobre a primeira Nota Técnica emitida pelo Grupo de Trabalho Retorno às Atividades Escolares-Fiocruz instituído pela Portaria No.5609, de 01/09/2020, destaco o trecho:

Nos protocolos sanitários destacamos: ventilação dos ambientes, adequado uso de máscaras, lavagem de mãos e distanciamento social. Os cuidados devem ser intensificados principalmente nos momentos das refeições, evitando a prática da alimentação em salas ou refeitórios sem o devido distanciamento e ventilação. (FIOCRUZ, 2022, p.5)¹⁰⁸

Esse documento é importante também porque apresenta a recomendação científica oficial de retorno às aulas presenciais. Segundo os estudos da Fiocruz, comparando as práticas em vários países, a essa altura da pandemia, os danos psicossociais causados aos estudantes em isolamento seriam maiores que os riscos de contágio em ambiente escolar. Ainda assim, o distanciamento social e outras práticas protocolares deveriam ser mantidas.

¹⁰⁵ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/rioeduca>. Acesso em 21/10/2022.

¹⁰⁶ Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/>. Acesso em 21/10/2022.

¹⁰⁷ Professores da rede municipal preparam e apresentam aulas de grande qualidade. O porém, é que são idealizadas como recursos a serem utilizados pelos professores das turmas. Essas aulas, por si só, não criam nenhum vínculo com a escola e com os alunos e, por isso, não podem ser consideradas ensino remoto.

¹⁰⁸ Disponível em: https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/u35/nota_tecnica_-_01_-_2022_-_07-02-22_rev_gus_diagram_2022-02-10_1.pdf. Acesso em 22/10/2022.

A terceira exigência diz respeito à distribuição de máscaras PFF2/N95/KN95 em quantidade de no mínimo 10 unidades por estudante. Essa recomendação vem explicitada na Nota Técnica da seguinte forma: “Uso adequado de máscaras, preferencialmente, do tipo N95 ou PFF2” (FIOCRUZ, 2022, p.7). Até hoje, os estudantes nunca receberam tais máscaras, apenas os profissionais da educação, e em quantidade menor do que a solicitada pelo grupo de ativistas. Aliás, em 2022 os estudantes não receberam máscara alguma.

As quarta, quinta, sexta, décima segunda e décima terceira exigências tratam de infraestrutura adequada nas escolas: ventilação cruzada em salas de aula e refeitórios, distanciamento físico, sabonetes em todos os banheiros para higienização das mãos, reformas e reparos de adequação e contratação de professores concursados. Neste ano, apenas os sabonetes foram garantidos nas escolas e alguns novos professores foram convocados. A ventilação cruzada continuou como privilégio de algumas escolas e o distanciamento, não houve mais. Não soube de reformas em qualquer escola municipal. A E. M. Francisco Campos continua com suas janelas basculantes quebradas até hoje (segundo semestre de 2022).

A questão da garantia de alimentação adequada para todos os estudantes, estando no presencial ou no remoto é reivindicada na sétima exigência. Como abordado no primeiro capítulo deste trabalho, a luta pela garantia da lei segue até hoje. Eduardo Paes não recarregou os cartões nos meses de agosto, setembro e outubro, antes de decretar o retorno “pleno” e, em maio de 2022, foi obrigado, por decisão judicial, a fazê-lo retroativamente. O MovEM-Rio, junto à Defensoria Pública, promoveu reuniões de informação sobre os procedimentos das famílias que ficaram desassistidas para a recarga de seus cartões. O principal veículo de divulgação e ajuda com dúvidas sobre esse assunto foi o grupo de *Whatsapp*¹⁰⁹ do MovEM-Rio.

Na oitava exigência o grupo de ativistas cobra a testagem, na própria escola, de estudantes e profissionais da educação que apresentem sintomas ou tenham tido contado com pessoas positivadas para Covid-19. Isso não foi atendido, no entanto, é possível fazer testes gratuitos, com resultados em no máximo meia hora, em postos de saúde e clínicas da família. Eu mesma precisei fazer o teste por três vezes, em distintas situações, na Clínica Recanto do Trovador. Negativei os três exames. Os nono e décimo pontos tratam da necessidade de as escolas exigirem os comprovantes de vacinação dos estudantes e dos profissionais da

¹⁰⁹ “O *WhatsApp Messenger* ou simplesmente *WhatsApp* (é ainda conhecido por ‘zapp’ no Brasil) é uma aplicação de mensagens instantâneas para *smartphones* que permite comunicar com os seus contactos, através de mensagens escritas, mensagens de voz, ou ainda através de telefonemas” (SILVA, 2016).

educação. Isso foi feito, no início do ano, porém, não havia “nenhum prejuízo”¹¹⁰ prático àqueles que não comprovassem o esquema vacinal completo.

Quanto à décima primeira exigência, transcrevo-a na íntegra e explico: “Transparência nas deliberações no âmbito administrativo da secretaria e direito à informação”. Na gestão de Crivella, a maioria das comunicações sobre deliberações da prefeitura eram feitas de maneira informal, através do *Facebook* do prefeito ou da Secretaria de Educação. Essas informações eram truncadas e, muitas vezes, modificadas logo no dia seguinte. Houve situação em que jornais publicaram que o prefeito anunciou o retorno às aulas pela manhã, e à noite, após repercussão negativa, Crivella negou, alegando tratar-se de uma *fake news* (Anexo D). O MovEM-Rio publicou uma carta de repúdio ao retorno precoce às aulas neste dia: 23/05/2020.

As comunicações de Eduardo Paes, no início do seu governo, se davam, geralmente, através das *lives*, mas também em suas redes sociais e nas da Prefeitura e da Secretaria de Educação. Ainda que o governo Paes fosse um pouco mais transparente, muitas ordens sobre condutas na escola, desde protocolos até avaliações de estudantes, vinham pelo telefone das direções ou coordenações, e não por escrito. E é sobre isso que o MovEM-Rio reclamava ao exigir transparência nas informações.

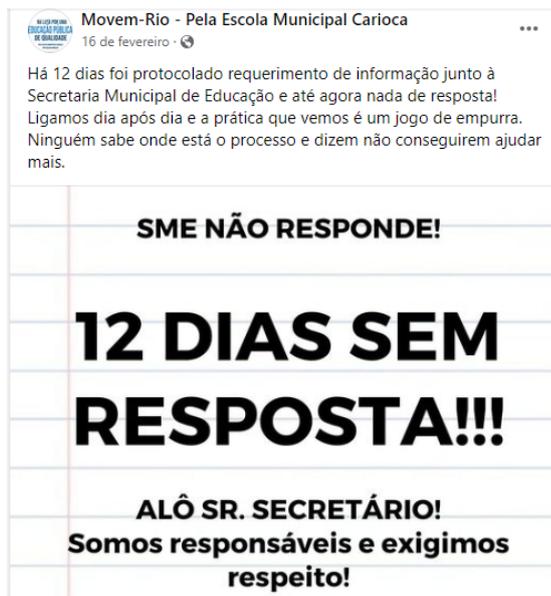
A última exigência exposta na carta trata da promoção de campanhas de saúde, vacinação e combate à desinformação. Na data dessa carta, adolescentes de 12 a 18 anos estavam sendo vacinados e muitas *fake news* estavam sendo divulgadas. A adesão à vacina ainda era muito menor do que a esperada, especialmente nessa faixa etária. A vacinação das crianças a partir dos cinco anos só começou algum tempo depois, como narrarei no próximo subcapítulo.

O Secretário de Educação, Renan Ferreirinha, nunca respondeu formalmente à carta protocolada pelo MovEM-Rio, ainda que tenha cumprido algumas exigências do grupo de ativistas. Porém, não é possível saber se eram políticas já previstas (até pela pouca transparência nos planejamentos e ações) ou se a voz do MovEM-Rio foi ouvida, ainda que não respaldada pelo governo.

Doze dias após protocolar a carta ao secretário, o MovEM-Rio publicou o seguinte protesto em sua página do Facebook:

¹¹⁰ Usei as aspas porque obviamente que havia prejuízos aos não vacinados: os riscos maiores de contrair o vírus e desenvolver formas mais graves da doença. A cobrança pelos comprovantes por parte da prefeitura, fez uma certa pressão pela vacinação. Mas outros meios de “incentivo” também foram usados, como o oferecimento de um ponto na nota daqueles que se vacinassem.

Figura 23- *Print* de publicação cobrando resposta à carta ao secretário Ferreirinha



Fonte: Facebook. **MovEM-Rio**. SME não responde!. Rio de Janeiro, 16 fev., 2022. Disponível em: <https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid0nQDFM7WebrCDncfBc4QmvYCRCUuYG1kum5UHotJEBfj5Up2oPFj9T2k3sEn7G4Bul>. Acesso em: 22 out. 2022.

3.3 Vacinação

O governo brasileiro, sob o comando negacionista de Bolsonaro, recusou a compra de vacinas quando o laboratório da Pfizer, que estava em fase final de testes, - com resultados até ali que indicavam eficácia -, ofereceu 70 milhões de doses a serem entregues em dezembro de 2020¹¹¹. O país acabou perdendo a oportunidade e essa vacina só começou a ser disponibilizada aqui após 4 meses que já era aplicada em muitos lugares no mundo. Em depoimento à CPI da Covid, Dimas Covas afirmou que o consórcio Butantan-Sinovac também ofereceu 60 milhões de doses ao governo brasileiro em julho de 2020, mas que “os atores” não haviam colaborado para a compra. Ele ainda afirmou que o Brasil poderia ter sido o primeiro país do mundo a iniciar a vacinação.¹¹²

O *site Poder 360* recuperou mais de quarenta falas do presidente sobre a vacina. A maioria delas, posicionando-se contra seu uso. Dentre as infelizes declarações, destacamos:

¹¹¹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57104347>. Acesso em 23/10/2022.

¹¹² Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/27/brasil-poderia-ter-sido-primeiro-do-mundo-a-vacinar-afirma-dimas-covas-a-cpi>. Acesso em 23/10/2022.

Se você virar um jacaré, problema de você. Se você virar super-homem, se nascer barba em alguma mulher aí ou algum homem começar a falar fino, eles não vão ter nada a ver com isso. O que é pior: mexer no sistema imunológico das pessoas. Como é que você pode obrigar alguém a tomar uma vacina que não se completou a 3ª fase ainda, que está na experimental? (BOLSONARO, 2020)¹¹³

Os impropérios ditos pelo presidente geraram milhares de manifestações. Muitas pessoas foram se vacinar fantasiadas de jacaré, outras, ao serem vacinadas, trocavam suas fotos de perfil em redes sociais por fotos de jacarés. É possível encontrar charges e memes aos montes, satirizando essa fala absurda de Bolsonaro, basta colocar “vacina; jacaré” em um *site* de busca da internet, que logo surgirão imagens bem divertidas. Mas, infelizmente, uma declaração dessas, saída da boca de um presidente, pode representar um grande perigo, pois há aqueles que acreditam em suas falas e podem ter deixado de se imunizar, - quem sabe quantas pessoas podem até ter morrido -, por acreditar que a vacina pudesse causar tais transformações.

Por sorte, vivemos em um país democrático e Bolsonaro tem adversários políticos que governavam o estado de São Paulo (sede do Instituto Butantan) e a cidade do Rio de Janeiro e, ao tentarem comprar as vacinas para imunizar seus territórios¹¹⁴, fizeram com que o governo federal se movimentasse no sentido de ele mesmo centralizar as vacinas e distribuir conforme seu entendimento logístico. Não foi possível concluir, a partir das notícias encontradas na internet, se as vacinas teriam sido adquiridas pelo governo de São Paulo ou pelo Ministério da Saúde. Ambos reivindicam “a paternidade da vacina”. O importante é que a vacina começou a ser aplicada no Brasil em janeiro, com um mês e meio de atraso em relação aos países que garantiram suas doses em julho de 2020, mas finalmente começou.

Em 18 de janeiro de 2021, o Ministério da Saúde emitiu um Informe Técnico sobre o início da Campanha Nacional de Vacinação contra Covid-19. Nessa nota, além de informações técnicas sobre a vacina disponível (Coronavac, da Sinovac e do Instituto Butantan), sua conservação e forma de aplicação (em duas doses), eram apresentados os primeiros grupos prioritários que receberiam as 6 milhões de doses disponíveis para o Brasil:

o início da vacinação se dará pelos trabalhadores da saúde, pessoas idosas residentes em instituições de longa permanência (institucionalizadas), pessoas maiores de 18 anos com deficiência residentes em Residências Inclusivas (institucionalizadas) e indígenas vivendo em terras indígenas em conformidade com os cenários de disponibilidade da vacina (BRASIL, 2021).

¹¹³ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/relembre-declaracoes-de-bolsonaro-sobre-a-vacinacao/>. Acesso em 23/10/2022. Todas as falas de Bolsonaro reproduzidas nesse levantamento têm *link* para as notícias originais do *site* Poder 360.

¹¹⁴ Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/coronavirus-paes-parceria-doria-vacina-imunizacao/>. Acesso em: 23/10/2022.

Esses primeiros grupos totalizavam cerca de 2,8 milhões de pessoas. Novos lotes de vacina foram chegando e a discussão sobre a priorização das vacinas foi intensificada. O Ministério da Saúde determinou que, após a vacinação dos grupos prioritários listados acima, os idosos, por serem aqueles com imunidade mais frágil, deveriam ser os próximos a receber a vacina. Assim, em fevereiro de 2021, foi a vez de idosos de 99 até 75 anos (em ordem decrescente) serem vacinados com a primeira dose da Coronavac. O prefeito Eduardo Paes, ainda em janeiro, deu uma declaração que assim foi noticiada no jornal *O Dia*:

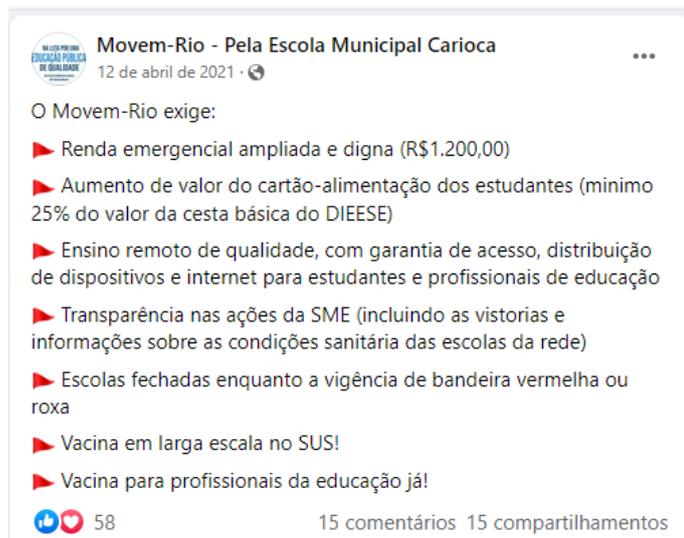
Publicado 23/01/2021 15:44

Rio - O prefeito do Rio, Eduardo Paes, disse, durante *live* neste sábado, que profissionais da Educação deveriam fazer parte dos grupos prioritários na vacinação contra a covid-19. "A gente está seguindo a regra do governo federal, mas eu também acho que o pessoal da educação deveria ser tratado como prioritário. Mas, em determinado momento, essas pessoas serão priorizadas nas próximas fases", disse Paes.¹¹⁵

A vacinação da primeira dose de idosos (acima de 60 anos) foi feita prioritariamente até o dia 24 de abril daquele ano. As aulas haviam voltado em muitas escolas, como narrei nos capítulos anteriores, e muitos profissionais da educação, “docilmente”, haviam voltado a trabalhar sem vacinação, furando a Greve pela vida. Em 12 de abril, o MovEm-Rio publicou em sua página do *Facebook* uma mensagem, - subtende-se que destinada às autoridades competentes, uma vez que aborda questões municipais, mas também federais, como a questão da vacinação em larga escala e priorização dos profissionais da educação -, fazendo algumas exigências. Essa publicação é importante porque apresenta quais lutas atravessavam o movimento naquele momento:

¹¹⁵ Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/01/6070662-em-live-eduardo-paes-diz-que-profissionais-da-educacao-deveriam-ser-prioridade-na-vacinacao.html>. Acesso em 05/09/2022.

Figura 24- *print* da publicação do MovEM-Rio em 12/04/2021



Fonte: Facebook. **MovEM-Rio**. O Movem-Rio exige. Rio de Janeiro, 12 abr., 2021. Disponível em: <https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid02tLSYUhY7PdveYL5jmGdxEc3Wbp78TxyQGbbkMqRcHEeA7BSrm8u12qAWL6Wbmphcl>. Acesso em: 05 set. 2022.

Fica evidente que algumas pautas (2º, 3º e 4º pontos) seguiriam sendo exigidas na carta destinada ao secretário Renan Ferreirinha, em fevereiro de 2022, ou seja, eram demandas antigas que não foram atendidas. Mas chama a atenção aqui que o MovEM-Rio era a favor da priorização dos profissionais da educação no esquema de vacinação. Desde o início da pandemia, a vacinação era uma condição importante para um retorno mais seguro a um modelo presencial.

Após a vacinação dos idosos, a vacinação por idade para a população em geral foi temporariamente suspensa e passou-se a vacinar novos grupos prioritários. Os profissionais da educação entraram nessa leva de prioridades, juntamente com pessoas com comorbidades, deficiência permanente, trabalhadores da saúde, serviços de limpeza urbana, policiais militares, policiais civis, guardas municipais, bombeiros e agentes penitenciários. Essas vacinações prioritárias também eram organizadas por idade e somente para servidores na ativa, com apresentação de contracheque. Assim, até o final de maio, todos esses profissionais que tivessem 43 anos ou mais poderiam ser vacinados. Aqueles que tinham comorbidades ou deficiências permanentes poderiam ser vacinados com qualquer idade, desde que apresentassem uma requisição médica.

Ao iniciar junho de 2021, a vacinação dos profissionais foi interrompida¹¹⁶. Retomou-se a vacinação por idade da população em geral, a partir dos 59 anos. No entanto, o prefeito Eduardo

¹¹⁶ Justamente na semana em que eu seria vacinada (eu tinha 42 anos). Lembro-me de ter ficado muito deprimida e ter, pela primeira vez, recorrido à ajuda profissional de uma psiquiatra. Narro isso para evidenciar que os profissionais da educação estavam “à flor da pele”, pois os anúncios de vacinação da categoria aconteciam e eram “desmentidos” frequentemente.

Paes e o secretário Renan Ferreirinha, no dia 02/06/2021, anunciaram a vacinação de todos os profissionais da educação com o seguinte calendário:

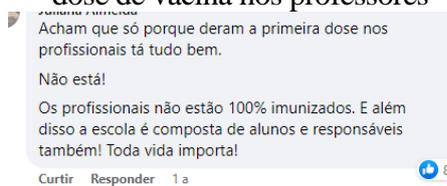
Figura 25- Calendário de vacinação de profissionais da educação, entre 18 e 42 anos de idade



Fonte: Internet. **Prefeitura Rio de Janeiro**. Calendário de vacinação. Rio de Janeiro, 02 jun., 2021. Disponível em: <https://prefeitura.rio/educacao/sme-anuncia-vacinacao-de-todos-os-profissionais-de-educacao-nos-dias-9-e-16-de-junho/>. Acesso em: 05 set. 2022.

No dia seguinte à primeira dose de vacina para todo o restante de trabalhadores da educação do ensino fundamental e médio (10/06/2021), foi publicado o PL285/2021, de que tratei no subcapítulo anterior, que colocava em votação a diminuição do distanciamento entre estudantes para 1m. A imunização contra a covid-19 só era considerada completa após 15 dias da segunda dose. Ou seja, considerando que a maioria dos profissionais da educação foi vacinada com a vacina Astrazeneca, da Fiocruz, e a dose de reforço só seria aplicada em 1º de setembro de 2021, a imunização estaria completa somente no dia 16 de setembro. Mais sério que isso era a condição de exposição dos estudantes e de seus familiares que não estavam vacinados nem com a primeira dose. Assim comentou uma mãe na postagem do Movem-Rio sobre o PL285/2021:

Figura 26- *print* do comentário de uma mãe sobre a redução do distanciamento após a primeira dose de vacina nos professores



Fonte: Facebook. **MovEM-Rio**. Acham que só porque deram a primeira dose nos profissionais está tudo bem. Rio de Janeiro, 10 jun., 2021. Disponível em: <https://web.facebook.com/movem.rio/posts/pfbid0azWQw9aBcNdn7L4vodYoTCuMXuuXWzF9Yf3BDBP6wMxJ7N2i8CVsp83FtDGgReyel>. Acesso em: 05 set. 2022.

As vacinas no Rio de Janeiro seguiram sendo aplicadas por idade. Até o último dia julho de 2021, as pessoas com 33 anos ou mais poderiam receber a primeira dose. A dose de reforço era dada conforme o tempo determinado para cada tipo de vacina. Em 18 de agosto, todos os cariocas com 18 anos ou mais tinham direito à primeira dose. Houve três dias para repescagem e, então, iniciou-se a vacinação dos adolescentes. No dia 10 de setembro, minha aluna Raynnara, do 8º ano, chegou orgulhosa com sua carteira de vacinação na escola e permitiu que eu registrasse o momento e publicasse na minha rede social, assim como autorizou o uso dessa imagem aqui nesta dissertação. Compartilho aqui também, como uma homenagem a todos os estudantes que se vacinaram:

Figura 27- *print* de uma postagem minha no Facebook, comemorando a vacinação de Raynnara



Fonte: Facebook. CAMPOS, Bibiana. Minha primeira aluna do município vacinada. Rio de Janeiro, 10 set., 2021. Disponível em: <https://web.facebook.com/photo/?fbid=10220963447735397&set=a.2238956052880>. Acesso em: 05 set. 2022.

Muitos estudantes tomaram a vacina, e isso realmente me emociona muito, pois lembro da dificuldade que tivemos na escola para convencer algumas famílias de que isso era o mais seguro para os seus filhos. Fizemos reuniões na escola e até prometemos pontos extra para aqueles que trouxessem seus cartões de vacinação comprovando a adesão à vacina. No dia 30 de setembro o jornal *O Globo* publicou uma notícia sobre as *fake news* a respeito da vacinação de adolescentes: “Uma mensagem que tem se espalhado nas redes sociais e que foi compartilhada, inclusive, pelo presidente Jair Bolsonaro com seus contatos no aplicativo de mensagens *WhatsApp* diz que ‘jovens estão morrendo’ logo após serem imunizados contra a Covid-19 no país. É #FAKE” (O GLOBO, 30/09/2021)¹¹⁷. Mesmo com a já comprovada queda no número de mortes e internações por covid-19¹¹⁸, o presidente Bolsonaro insistia em difamar a vacinação e propagava *fake news* através de suas

¹¹⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/09/30/e-fake-que-jovens-tem-morrido-apos-receber-vacina-contr-covid-19-no-brasil.ghtml>. Acesso em 23/10/2022.

¹¹⁸ No último dia de julho, o próprio Ministério da Saúde divulgava a expressiva queda no número de mortes, quando a primeira dose da vacinação ainda não chegara a 50% da população brasileira: “31 de julho: Brasil registra queda de 40% das mortes por Covid-19 com avanço vacinal. Dados do LocalizaSUS, do Ministério da Saúde, apontam queda de 42% nos óbitos por Covid-19 no mês de julho, uma diminuição atribuída ao avanço da vacinação na população. Na ocasião, 96 milhões de brasileiros tinham recebido ao menos uma dose da vacina”. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/retrospectiva-2021-segundo-ano-da-pandemia-e-marcado-pelo-avanco-da-vacinacao-contr-covid-19-no-brasil>. Acesso em: 23/10/2022.

redes sociais. Vergonhosamente, por esse tipo de exemplo, “o Brasil ficou em último lugar na pesquisa sobre gestão da pandemia, desenvolvida pelo Lowy Institute, da Austrália, com 98 nações”¹¹⁹. Por isso, cada adolescente que chegava vacinado à escola era recebido com comemoração.

Em contrapartida ao negacionismo e mau-caratismo do presidente, no Rio de Janeiro lidávamos com o otimismo inconsequente do prefeito Eduardo Paes. Ainda que a prefeitura tenha recomendado a exigência do “Passaporte vacinal” para a entrada em locais fechados desde 15 de setembro¹²⁰, em outubro de 2021, quando 65% da população carioca estava imunizada com as duas doses, o governante decretou a flexibilização do uso de máscaras em ambientes abertos, além de já ter decretado, dez dias antes, o retorno “pleno” às aulas, como narrei no subcapítulo “1.2 Sabor Leite” desta dissertação:

Na capital fluminense, a prefeitura publicou decreto que flexibiliza o uso do equipamento de proteção individual. Na norma, o prefeito Eduardo Paes (PSD) mantém o uso de máscaras em ambientes fechados e em transportes públicos. A flexibilização dos itens de proteção facial era esperada desde o início da semana, quando a cidade do Rio de Janeiro cobriu 65% da população com duas doses da vacina (CORREIO BRAZILIENSE, 28/10/2021)¹²¹.

A orquestração da política de Paes vinha ao encontro do seu projeto de retomada econômica, especialmente como preparação de grandes festas de Ano Novo e Carnaval, nas quais o Rio de Janeiro costuma receber milhares de turistas. Mais um parêntese: sobre o Ano Novo, a cidade fez realmente um grande evento, mas em um formato diferente dos feitos em outros anos:

O planejamento seguiu as recomendações do Comitê Científico do município e tem como objetivo garantir a comemoração na virada de ano, com queima de fogos em dez pontos espalhados pela cidade, buscando evitar a necessidade de grandes deslocamentos por parte da população.¹²²

Já o Carnaval teve de ser adiado para abril, devido ao elevado número de casos de covid-19 em janeiro de 2022. Fecho o parêntese no intuito de ter justificado o porquê chamei o prefeito de otimista, alguns parágrafos atrás.

Retomando a questão da vacinação, em 6 de janeiro de 2022, o *site* da Prefeitura do Rio de Janeiro divulgou o calendário para vacinação de crianças entre 5 e 11 anos, a partir do dia 17 de janeiro. A Anvisa havia autorizado a vacina pediátrica da Pfizer e da Coronovac para essas idades, também aplicadas em duas doses. No entanto, se havia dificuldade para

¹¹⁹ Disponível em: <http://apub.org.br/negacionista-governo-fez-o-brasil-se-tornar-um-mau-exemplo-no-combate-a-pandemia/> Acesso em: 24/10/2022.

¹²⁰ A população com idade para já ter recebido a vacina deveria apresentar comprovante para entrar em locais fechados. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/prefeitura-do-rio-adia-por-15-dias-exigencia-de-comprovante-de-vacinacao/>. Acesso em 24/10/2022.

¹²¹ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/10/4958710-rio-sai-na-frente-na-dispensado-uso-obrigatorio-de-mascara.html>. Acesso em 05/09/2022.

¹²² Disponível em: <https://prefeitura.rio/cidade/prefeitura-detanha-operacao-do-reveillon-na-cidade-do-rio/> Acesso em: 24/10/2022.

vacinar adolescentes, com as crianças esse problema foi muito maior. Vinte dias após o início da vacinação para essa faixa etária, apenas 8,8% dessas crianças cariocas haviam sido vacinadas. O prefeito Eduardo Paes chegou a dar uma declaração em um tom mais duro:

Figura 28- Manchete de declaração do prefeito Eduardo Paes no jornal *O Globo*

RIO

Covid-19: ‘Tô com vergonha, pela primeira vez, de ser prefeito dos cariocas’, diz Paes sobre pais que não vacinam os filhos

Prefeitura lançou nesta quinta-feira o programa "Vacina na escola", que fará busca ativa de crianças não vacinadas na rede municipal de educação

Fabiano Rocha e Rodrigo de Souza

10/02/2022 - 10:49 / Atualizado em 10/02/2022 - 18:56



Fonte: **O GLOBO**: Covid-19: “ô com vergonha, pela primeira vez, de ser prefeito dos cariocas”, diz Paes sobre pais que não vacinam os filhos. Rio de Janeiro, 10 fev., 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/covid-19-to-com-vergonha-pela-primeira-vez-de-ser-prefeito-dos-cariocas-diz-paes-sobre-pais-que-nao-vacinam-os-filhos-25388306>. Acesso em: 05 set. 2022.

Em outubro de 2022, não consegui encontrar os números de crianças vacinadas contra covid-19 na *internet*, seja na página da prefeitura, do Ministério da Saúde ou qualquer outra. As notícias mais encontradas tratam da também baixa adesão à vacinação infantil contra a poliomielite, doença que já estava erradicada em território nacional, mas que agora está retornando.

Em 26 de abril de 2022 a Prefeitura desobrigou a apresentação do “Passaporte Vacinal” no Rio de Janeiro, apenas dois dias após o evento de Carnaval (que fora adiado para os dias 20-23 de abril, devido à covid-19). Vale ressaltar que, ainda no final de outubro de 2022, a UERJ segue cobrando o “Passaporte Vacinal” para a entrada e permanência em seus *campus*, apesar de já ter flexibilizado o uso de máscaras.

Por fim, em 15 de julho de 2022, crianças de 3 e 4 anos começaram a ser vacinadas com o imunizante CoronaVac. Em uma notícia de 14 de outubro de 2022, publicada no *site* da CNN, encontrei que “o Rio de Janeiro foi a capital pioneira do país a iniciar a imunização do grupo de três e quatro anos, no dia 15 de julho, e atualmente registra 24,8% desse público com a primeira dose.”¹²³

¹²³ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/vacinacao-contra-covid-de-criancas-de-3-e-4-anos-mostra-disparidade-entre-capitais/>. Acesso em: 24/10/2022.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES – PONTO E VÍRGULA

Vacinada com 4 doses contra a covid-19, cheguei ao capítulo que corresponderia a um fechamento desta pesquisa. No entanto, como já expliquei no início deste trabalho, e como espero ter feito em todo meu percurso até aqui, não tenho pretensão alguma de chegar a uma conclusão absoluta sobre qualquer coisa. O que fiz durante esses estudos foi acompanhar processos, estar o mais próxima o possível do MovEM-Rio e de nossas lutas, e me manter atenta e sensível às implicações que me atravessaram. As aproximações com os responsáveis, enquanto professora e pesquisadora, nem sempre foram fáceis, especialmente quando mediadas por uma tela, como nos tempos de isolamento. Tampouco minhas trocas como mãe com a escola do meu filho fluíram com a intensidade que eu gostaria, mas com certeza já não sou a mãe, nem a professora que era no início dessa caminhada, nem mesmo a escola o é, para mim. Os processos dos quais participei não se findam aqui, assim considero narrar brevemente algumas ações (e intervenções e autoavaliações) e deixar um ponto e vírgula para que outras vozes contem os seus atravessamentos, se assim desejarem.

As implicações desta pesquisa na minha vida profissional e pessoal tornaram-se reais intervenções – como pressupõe uma pesquisa cartográfica – a partir de um “convite oficial” para minha entrada no MovEM-Rio, no início de 2022, ao encontrar Ana Pimentel na porta da Escola Municipal Leitão da Cunha, onde nossos filhos estudam. Ana já sabia sobre minha pesquisa, pois em várias situações havia conversado sobre isso com ela e com Adriana Facina – as duas pessoas atuantes no movimento com quem eu tenho um contato mais próximo, para além das redes sociais. O que mudou, a partir desse convite, é que entrei para o grupo de articulação do MovEM-Rio no *Whatsapp*, algo que imaginava que houvesse, mas a que não tinha acesso até fevereiro deste ano. Nesse grupo, tenho participado dos debates acerca das questões que mais atravessam o coletivo neste momento (de fevereiro a outubro de 2022): falta de professores em algumas escolas; qualidade da alimentação oferecida aos estudantes; redução de horário de atendimento aos alunos de escolas no entorno do Maracanã em dias de jogos; falta de estagiários/mediadores para alunos especiais; formulação de propostas defendidas pelo MovEM-Rio a serem entregues em forma de carta-compromisso aos políticos que procuram apoio do movimento¹²⁴; articulação política etc.

¹²⁴ O MovEM-Rio acordou não declarar apoio formal a nenhum candidato a deputado e senador, mas mantém seu posicionamento alinhado às políticas de esquerda. No segundo turno, publicou em sua página do *Facebook* uma carta coletiva direcionada aos responsáveis, estudantes e profissionais da educação, declarando voto no

Nestes dois anos e meio de pesquisa, analisando as postagens e comentários na página do movimento no *Facebook*, participei com comentários, depoimentos, informações no modo privado e nunca soube que havia um grupo menor que se comunicava de forma mais próxima e planejava as ações do grupo, embora isso fosse óbvio porque sempre se posicionaram de modo coletivo nessa rede. Ainda assim, como eu, acredito que inúmeras pessoas ativas na página do MovEM-Rio poderiam participar de forma mais efetiva se houvesse uma proposta ou uma indicação de caminho para isso. Assim que concluir essa dissertação, pretendo contribuir com os cuidados com as redes sociais do MovEM-Rio e, como primeira ação, pretendo mapear as pessoas que participam mais ativamente do grupo virtual e entrar em contato com elas para convidá-las para o grupo de *Whatsapp* onde são debatidas as principais questões de luta e planejadas as ações. Essa proposta de intervenção foi avaliada positivamente pelo grupo ativista.

Ao entrar “oficialmente” para o MovEM-Rio, fui incentivada a participar das eleições para o Conselho Escola-Comunidade (CEC) como candidata à mãe representante, e fui eleita pela comunidade escolar. Esse incentivo foi dado a todos os responsáveis que estavam no grupo de articulação do movimento, através de *Whatsapp*. Conseguimos eleger pelo menos oito responsáveis para CECs e elegemos, também, três representantes do MovEM-Rio como titulares dos territórios (como agora são chamados os polos) da 1ª, 2ª e 7ª Coordenadorias Regionais de Ensino, o que amplia as possibilidades de articulação das propostas do MovEM-Rio na participação efetiva das políticas públicas para educação na cidade do Rio de Janeiro.

Participei ainda, como membro do MovEM-Rio, em estudos do Plano Municipal de Educação, analisando as metas já existentes do PME e colaborando para a formulação de propostas em uma Conferência Livre do Núcleo de Estudos sobre o PME/RJ. Foram quatro encontros divididos em temas como: Educação Básica; Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e a valorização dos profissionais da educação. As discussões culminaram na produção coletiva de um Plano de Ação a ser apresentado no Fórum Municipal de Educação, em junho de 2022. Nossas contribuições foram apresentadas no Fórum por Franklim Sousa, agente educador de uma escola da 2ª CRE.

Essas ações e a Greve pela vida considero como algumas intervenções possíveis que pratiquei a partir do envolvimento com o MovEM-Rio e com essa pesquisa. Pretendo dar con-

presidente Lula e justificando o voto, especialmente, pelas suas políticas para educação. Há, ainda, um parágrafo explicando por que repudiamos o outro candidato que é o atual presidente. Como reconhecimento a esse importante posicionamento e porque o documento recupera muitas conquistas históricas da educação, colocarei essa carta, integralmente, como Anexo E, ainda que não vá analisá-la.

tinuidade a elas e ampliar minhas atuações junto às comunidades escolares nas quais participo (da escola do meu filho e das três escolas nas quais atuo como professora).

...

Em maio de 2022, em nosso Grupo de Estudos AnaCarDis, o professor Décio Rocha sugeriu a leitura do texto “Sobre a validação da pesquisa cartográfica: acesso à experiência, consistência e produção de efeitos”, de Kastrup e Passos (2014 [2016]). Coube a Juliana Azevedo e a mim apresentarmos essa pista, no dia 28 de maio deste ano. Esse texto me atravessou de uma forma muito contundente, de tal maneira que pretendo aprofundar a pesquisa sobre validação em um futuro doutorado. Esse interesse se deu a partir das reflexões acerca da importância da validação da pesquisa cartográfica e das singularidades dessa avaliação nos processos da análise cartográfica do discurso¹²⁵.

As aberturas de um trabalho de pesquisa sugerem linhas de continuidade a serem seguidas pelo próprio pesquisador, ou por outros que sejam afetados pelos problemas que ele levanta. É em grande parte através do texto que um novo problema ou uma nova abordagem dos problemas pode se propagar e produzir efeitos de intervenção num campo de pesquisa. (KASTRUP; PASSOS; TEDESCO, 2014 [2016, p.216])

Dentre as narrativas que fiz no capítulo introdutório, que chamo “Implicações nesta dissertação”, falei sobre as características de uma pesquisa cartográfica, que diferem das pesquisas que tradicionalmente encontramos na Academia por não descreverem estados, mas acompanharem processos, proporem intervenções e valorizarem o envolvimento do pesquisador com a sua pesquisa. Na cartografia, o conhecimento é entendido como invenção porque interfere e transforma a realidade. Além disso, mapeia os coletivos de forças moventes e investiga as produções de subjetividades (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014 [2016]).

Esses afastamentos do modelo canônico de pesquisa, por vezes, podem gerar dúvidas sobre se a cartografia seria realmente uma proposta teórico-metodológica de caráter científico. Kastrup e Passos defendem que “a mera declaração de adesão ao método da cartografia não garante que uma pesquisa seja boa, da mesma forma que a utilização do método experimental não assegura a qualidade de um estudo e tampouco o torna, de saída, destituído de interesse e pertinência” (2014 [2016, p.204]). A afirmação dos autores me fez refletir sobre os processos

¹²⁵ Os psicólogos Virgínia Kastrup e Eduardo Passos sugerem três indicadores de validação, a saber: “o acesso à experiência concreta”; “a consistência cartográfica” e “a pesquisa-intervenção e a produção de efeitos” e três níveis de avaliação, - a autoavaliação do pesquisador, e as avaliações por pesquisados e por pares. Como essa pista fora elaborada por psicólogos que pesquisam grupos humanos, a avaliação proposta aos “pesquisados” é considerada parte importante dos seus processos de investigação, no entanto, para a AD se faz necessária a adaptação de dispositivos ou mesmo a criação de novos conceitos de validação que considerem também as características de objetos não humanos, mas materialidades discursivas.

da minha pesquisa e sobre sua possível validação no meio acadêmico e, especialmente, sobre a validação pelos meus pares de estudos e pelo MovEM-Rio.

Os relatos dos atravessamentos durante os processos de pesquisas contribuem enormemente para reflexões que interferem na realidade e produzem um “novo mundo”. Há que se olhar com carinho também para aquilo que não deu certo em alguma etapa ou experiência. Os fracassos e as dificuldades fazem parte dos processos e, sendo sensíveis a eles, é possível intervir de forma a transformar aquilo que aparentemente estaria dado. Por exemplo, a reflexão sobre a validação de uma pesquisa cartográfica e o contato com essas pistas me aconteceram em uma etapa mais avançada do meu processo de pesquisa. Gostaria de ter pensado sobre isso desde o início, pois

não se pressupõe que a validação de uma pesquisa cartográfica se realiza apenas ao final da investigação e de maneira definitiva, como seria se fosse privilegiada a avaliação de seus produtos. A validação se realiza em três níveis, ao longo do processo da investigação e contando com o que para além desse processo advém como os seus efeitos (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014 [2016, p.206]).

Não há como voltar no tempo, mas é possível intervir de forma que outros efeitos sejam produzidos. Para isso, recorrerei aos “indicadores de validação” e aos “níveis de avaliação” apresentados nesse texto a fim de seguir as pistas dos meus próprios processos de pesquisa para autoavaliar este trabalho. Assim, desenvolvi uma estratégia para tentar “recuperar” o percurso que fiz nesta pesquisa: repensar, capítulo por capítulo, como se deram meus processos, considerando, agora, os indicadores e níveis propostos por Kastrup e Passos (2014[2016]) e as possibilidades de suas aplicações na análise cartográfica do discurso, motivada pelas reflexões do Grupo de estudos AnaCarDis, quando discutimos o texto sobre validação. “É no plano comum que reúne os participantes da pesquisa que podemos encontrar as diretrizes que orientam a investigação. A validação da pesquisa pressupõe, portanto, a retomada desse plano e não só dos ‘resultados’ finais da pesquisa” (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014 [2016, p.205]).

...

Uma primeira diretriz de uma pesquisa cartográfica está na implicação do pesquisador em sua pesquisa. Já no início da minha narrativa busquei apresentar o quanto a questão da escuta das vozes dos responsáveis por estudantes das escolas municipais cariocas acerca do retorno às aulas durante a pandemia me atravessa, não apenas por ser mãe de aluno matriculado nessa rede, mas por ser professora e acreditar que a participação ativa da comunidade escolar é fundamental para uma educação de qualidade ética e social. E a prática dessa “escuta”, que na realidade foi a leitura e análise das questões que foram se apresentando na página do

MovEM-Rio durante esses dois anos e meio de pandemia (e de pesquisa), me fez atentar para muitas outras questões que não compunham a problematização inicial.

Dentre essas, a questão da alimentação foi a mais marcante, pois, na limitação da minha experiência pessoal, não havia me atentado a isso. A pista da atenção do cartógrafo, “mais adequadamente formulada como um ‘vamos ver o que está acontecendo’, pois o que está em jogo é acompanhar processos, e não representar um objeto” (PASSOS, KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009 [2015, p.45]) aqui, foi extremamente importante para que houvesse a possibilidade de acesso a essas imprevisibilidades e inserção delas na pesquisa. Lembro-me, inclusive, de ter sentido constrangimento ao apresentar essa questão no Grupo de Estudos AnaCarDis. Muitos ali já percebiam a relevância do impacto do problema da alimentação na vida dos estudantes de escolas públicas. Eu não havia me atentado a isso. Mas pesquisar é “estar com” e até então eu não estava (tão) junto (quanto pensava), pelo menos nessa questão.

Quando coloquei no grupo de *Whatsapp* do MovEM-Rio (em junho de 2022) que estava pesquisando as práticas discursivas do movimento e de seus coenunciadores, ofereci o texto que tinha preparado para o exame de qualificação para que lessem e, se quisessem/pudessem, comentassem, acrescentassem, me corrigissem ou mesmo me desmentissem, caso entendessem que havia me equivocado. Buscava uma avaliação por parte do grupo de interesse nesse processo, isto é, uma validação participativa que incluísse e produzisse o protagonismo dos participantes (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014 [2016, p.232]). O primeiro retorno que tive foi o de uma companheira chamada Tatiana. Ela manifestou sua emoção ao ter tido um contato inicial com o sumário e de ter se lembrado do quão difícil e dolorida foi a luta pela alimentação dos estudantes durante os períodos da pandemia em que houve isolamento e revezamento. Era evidente, mais uma vez, a importância dessa questão para aqueles que dependiam da alimentação nas escolas. Esse retorno da ativista foi bastante importante para mim, pois incentivou-me a seguir pesquisando a fim de registrar as práticas discursivas do MovEM-Rio que, junto à Defensoria Pública, Câmara dos Vereadores e Ministério Público, empenhou-se em arrancar dos governantes um cuidado com a alimentação dos estudantes. À época, eu ainda não havia escrito o item “1.2 Sabor Leite”.

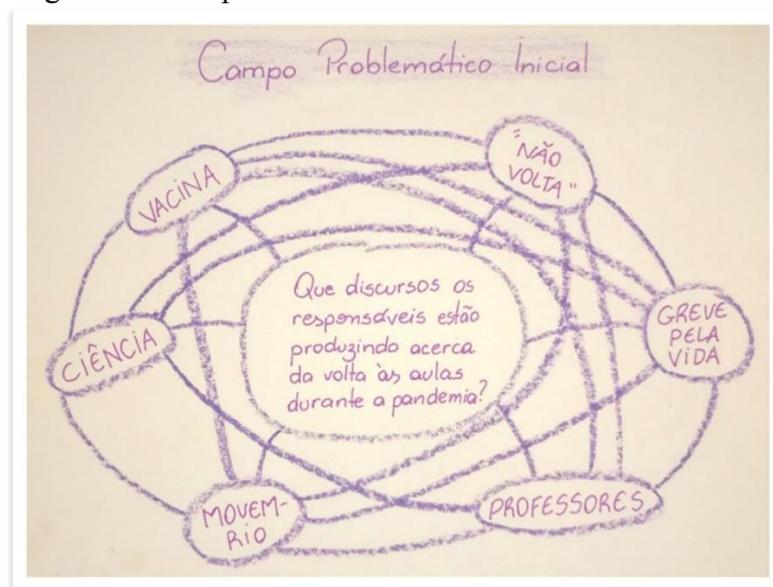
Nesse subcapítulo que dediquei à narrativa de algumas postagens sobre o tema, fiz o exercício cartográfico da atenção aberta inicial e, rastreando o objeto, acabei voltando meu foco para questão que pulsava naquele grupo: a alimentação. Conversei com mais três ativistas do MovEM-Rio: Ana, Leonardo e Luciana. Todos demonstraram interesse e contribuíram com pontos importantes para essa dissertação. Destaco a contribuição da Luciana do Nascimento, que participou diretamente dos debates na Câmara e compôs, como representante do

grupo, o Conselho de Alimentação Escolar do Município do Rio de Janeiro. Ela me falou sobre o quanto o grupo estudou para atuar mais efetivamente no Conselho e nos debates com vereadores, quando eram convidados, e detalhou a participação do MovEM-Rio na luta pela alimentação dos estudantes. Ao encerrar o subcapítulo, voltamos a conversar e ela me deu um retorno bastante positivo sobre a forma como eu havia narrado essa questão.

Na verdade, entendo que esse subcapítulo teve grande importância para minha pesquisa, especialmente no meu processo de entendimento sobre o papel da escola que, para além de um espaço de socialização, trocas, acolhimentos, ensinamentos e aprendizados, é um território de segurança física e alimentar. Essa ampliação do meu modo de perceber a escola só foi possível porque a minha pesquisa deixou “de ser produção de conhecimento do sujeito cognoscente sobre o objeto, do pesquisador sobre o campo, para ser ação de “estar com” ou de transversalidade do plano comum” (PASSOS, KASTRUP, TEDESCO, 2014 [2016, p.27]) .

Outra pista bastante produtiva no meu processo de pesquisa é a análise dos campos problemáticos. Refiro-me a “eles”, no plural, porque houve um redesenho do campo problemático durante este trabalho. Inicialmente, a questão que me atravessou para a produção do meu campo problemático partia da pergunta: “Que discursos os responsáveis estão produzindo acerca da volta às aulas durante a pandemia de covid-19?”. Relacionava essa questão exclusivamente às vozes dos responsáveis por estudantes da escola municipal carioca e, na página do MovEM-Rio, encontrava relatos das experiências remotas com as escolas; desabafos de professores; informações pautadas em relatórios e pareceres científicos, especialmente os produzidos pela Fiocruz; apoio à Greve pela vida e condicionamento da volta às aulas à ampla aplicação de vacinas (que ainda eram apenas sonhadas, quando iniciei a pesquisa). Na figura abaixo, apresento um desenho que fiz de como pensei o meu Campo Problemático inicial:

Figura 29- Campo Problemático Inicial



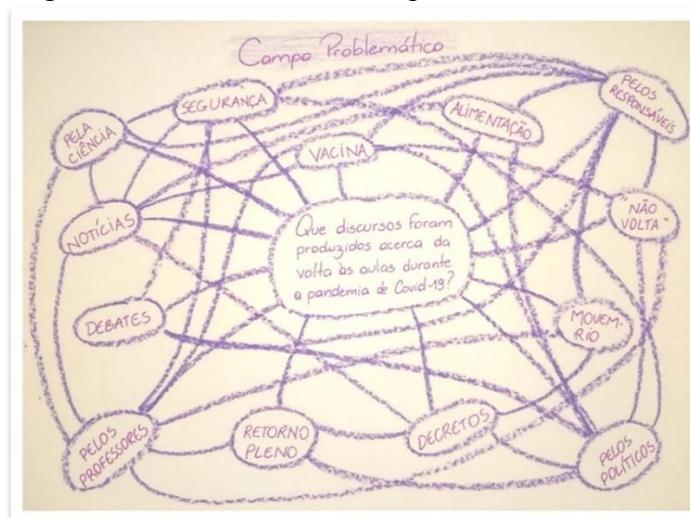
Fonte: CAMPOS, Bibiana. **Campo problemático inicial**. Desenho autoral. Rio de Janeiro, 05 ago. 2022.

As articulações entre meu problema inicial e as postagens encontradas na página do MovEM-Rio confirmam que essa relação é rizomática, ou seja, “qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo” (Deleuze; Guattari, 1980 [1995]). A partir da minha pergunta inicial, encontrei no MovEM-Rio centenas de falas de responsáveis, mas também de professores que dialogavam sobre a volta às aulas durante a pandemia e suas implicações. A ciência (que pesquisava, defendia e produzia a vacina) era referência para os responsáveis que não mandariam seus filhos para a escola sem segurança e apoiavam a Greve pela vida dos professores que se negavam a voltar ao trabalho enquanto não houvesse vacina e um aval científico garantindo a segurança de todos. Ou seja, eram forças moventes interligadas, sem vírgulas mesmo!

No decorrer dos processos da pesquisa, no entanto, outros agenciamentos e articulações foram incorporados à investigação. Ao descrever o campo problemático acima, por exemplo, percebi que a questão da segurança era recorrente e a incluí em um redesenho, articulando-a com outros elementos que tomaram importância no meu trabalho. A partir da interferência de vetores e acontecimentos que alteraram o rumo da investigação, como a atenção flutuante no processo de cartografia, que levou à ampliação do problema – não se restringindo somente ao interesse pelos discursos dos responsáveis, mas dos professores, da ciência, dos políticos, da mídia -; a duração de mais de dois anos da pandemia de covid-19; os decretos; as notícias; as ações; os diálogos e debates e a questão da alimentação, redesenhei o Campo Problemático. O ganho desse novo desenho se deu através da ampliação do corpus produzido

possibilitando o movimento atencional transversalizado e articulatório entre elementos que possibilitam a construção de um novo conhecimento, a “intervenção em um novo mundo”.

Figura 30- Redesenho do Campo Problemático:



Fonte: CAMPOS, Bibiana. **Campo problemático**. Desenho autoral. Rio de Janeiro, 05 ago. 2022.

Seguindo a pista da validação (PASSOS; KASTRUP; TEDESCO, 2014 [2016]), faço o exercício da autoavaliação retomando os três capítulos que entremeiam este trabalho. No primeiro capítulo, “RESISTÊNCIA: DO INDIVIDUAL AO SOCIAL”, apresentei uma análise do enunciado “Meu filho não volta”, pensando sobre seu uso durante a pandemia de covid-19 como uma espécie de “bandeira” contra a volta às aulas presenciais, sem segurança sanitária adequada. Verifiquei em que esse enunciado se aproximava e em que se afastava do conceito de “aforismo” a partir da concepção de Maingueneau (2014 [2015]). Defendi que aproximações com esse conceito se davam pelo “destaque” do enunciado e pelo peso imbuído nele, característica posta por Maingueneau para aforismos: o peso de algumas frases ultrapassaria aquele de uma simples afirmação. No entanto, os afastamentos eram mais evidentes. Um deles, dizia respeito ao caráter de uma “frase sem texto” proposto por Maingueneau (2014 [2015]) para aforismos. Assim como ouvira do professor Décio Rocha, em aula (2021), constatei que não há frases sem texto. Em “Meu filho não volta” havia, para além de uma frase, uma prática discursiva respaldada por uma comunidade discursiva e interdiscursos ligados a ela. Também defendi um afastamento no que concerne aos aforismos serem direcionados a um “auditório universal”, impossibilitando um diálogo. O enunciado que analisei é dirigido tanto a seus coenunciadores - outros responsáveis por estudantes e políticos -, como também ao que Bakhtin (1979 [2011]) denomina sobredestinatários, ao referir-se àqueles que poderão ter contato com um texto em um outro momento e espaço que

não o da enunciação, refletindo sobre seu uso no contexto desta pandemia. Percebi, ainda, que apesar de ser uma “bandeira” recorrente dos responsáveis a fim de protegerem seus familiares, era também um tanto perigosa, pois produzia o falso efeito de estarem cumprindo com a sua parte para o bem-estar social e isso teria provocado a acomodação dessas pessoas no sentido de não pressionarem o governo a garantir políticas efetivas que protegessem toda a sociedade.

Ainda nesse primeiro capítulo, abordei a questão da alimentação que, como já falei, teve uma relevância muito grande no meu processo de pesquisa pois, a partir desse estudo, ampliei minha forma de ver a escola pública, entendida, agora, também como um território gerador de segurança alimentar para milhares de estudantes. No último subcapítulo dessa primeira parte, pude recuperar algumas políticas negacionistas e outros despropósitos do prefeito Marcelo Crivella, como uma “comissão de saúde” composta, em sua maioria, por empresários do meio hospitalar e nenhum representante da Fiocruz ou de qualquer outra organização científica renomada.

Através da análise de uma propaganda de empresários de escolas particulares, evidenciei a atmosfera negacionista, que vinha desde o governo federal, e a preocupação econômica acima da preservação de vidas. Considerei que a cenografia “dissertativo-argumentativa” utilizada na propaganda era bastante adequada para “defender a tese” e produzir um efeito de evidente cansaço da população em relação ao isolamento, propondo a escola como alternativa para ressocialização das crianças. Porém, o uso de argumentos como “estudos só confundem”, advindos de um sindicato que lida com educação, gerou um repúdio instantâneo na população, a ponto de a propaganda ter saído do ar em menos de vinte e quatro horas.

Considero que a organização desses três subcapítulos em um capítulo intitulado “Resistências: do individual ao social” foi adequada porque abordou questões que passavam de decisões de cada família, mas que atravessavam toda a coletividade, resistindo às políticas negacionistas de forma conjunta. O repúdio da população à tentativa de reeleição de Marcelo Crivella foi uma prova disso.

O segundo capítulo, “Resiliência: sujeitos dóceis”, foi bastante dolorido de ser escrito. Analisei um debate virtual sobre o “trabalho do professor” que me causou grande indignação, até porque o fiz enquanto trabalhávamos remotamente, sem condições materiais, estruturais e emocionais adequadas. Ao passo que uma mãe ofendeu a categoria dizendo que “professor não gosta de trabalhar”, muitas respostas de colegas foram dadas no mesmo tom ofensivo e generalizador, ofendendo todos os responsáveis. Isso me afetou porque iniciei essa pes-

quisa justamente por acreditar que ouvir os responsáveis e tê-los junto à escola é uma prática agregadora que contribui para uma qualidade ética e social da educação, em especial, da pública que depende mais ainda de políticas governamentais. Em minha análise, me detive no conceito de “estereótipo”, de Amossy (2005 [2016]), verificando as generalizações cristalizadas em nossa sociedade, a fim de compreender como esses processos de cristalização e reforço de estereótipos aconteciam. Analisei, ainda, o recurso do uso da “caixa alta”, que na internet pode ser usado para evidenciar algo, mas também equivale a gritos.

Os segundo e terceiro subcapítulos desse capítulo trouxeram elementos que justificavam um pouco mais a escolha do título dessa segunda parte. O cumprimento das ordens de retorno ao trabalho presencial, com educadores se sujeitando a arriscar vidas, me fez repensar a educação que praticamos, os exemplos que damos como “corpos dóceis”, disciplinados e submissos (FOUCAULT, 1975 [2010]). “Não tínhamos opção” de não votar em ninguém para prefeito, pois o risco de Crivella conseguir a reeleição era uma realidade. Mas tínhamos como resistir às políticas populistas e meritocráticas de Eduardo Paes: a categoria estava em greve e poderia ter permanecido unida e forte. Não foi o que aconteceu. Na análise da postagem do “Jogo dos 7 erros” (MovEM-Rio, 2021), ficou evidente o despreparo da gestão municipal e das escolas para uma reabertura com um mínimo de segurança para as pessoas que faziam parte das comunidades escolares.

No terceiro capítulo, optei por fazer narrativas sobre temas que haviam transpassado todas as análises que havia feito anteriormente. Para fazer essas narrativas, fui acessando minha memória, muitas vezes desconfiada de que não era possível que tivéssemos vivido algumas coisas que hoje são apenas tristes lembranças. Por isso, nesse capítulo, há tantas referências a *sites* de jornais e de órgãos oficiais de informação sobre a covid-19 (e sobre a vacina). Acessando essas fontes, pude confirmar que não se tratava do detalhamento do roteiro de um filme *trash* perdido no meu subconsciente, mas de experiências coletivas de insegurança e de políticas públicas que, quando boas, poderiam ter sido muito melhores. Até 31 de outubro de 2022, foram mais de 688 mil mortos por complicações causadas pela Covid-19 no Brasil.

Ainda não há um remédio que cure essa doença, tampouco a pandemia acabou. O que temos agora - e nos fazem encontrar formas de reexistir em um “novo normal” - são as vacinas que protegem a maioria dos vacinados de desenvolverem formas mais graves desse vírus. As aulas presenciais foram retomadas em todos os níveis e, em uma eleição histórica, a população brasileira conseguiu tirar o negacionista da presidência. O “novo normal” requer muitos cuidados – não só com a saúde, mas com a democracia constantemente ameaçada por

fanáticos extremistas de direita. No entanto, já é possível esperar que nossas lutas voltem a ser por melhor qualidade de vida e não apenas por sobrevivência.

Por fim, - que é apenas uma forma de expressão, já que não introduz aqui nenhuma conclusão, muito menos põe fim aos processos que atravessaram esta pesquisa – encerro esta escrita com o desejo de ter contribuído, de alguma forma, com algumas reflexões e narrativas sobre esses dois anos e meio de pandemia de Covid-19, registrando acontecimentos históricos, sociais e políticos através do protagonismo dos responsáveis por estudantes e de professores no movimento de volta às aulas presenciais. Espero, ainda, ter conseguido enfatizar que o MovEM-Rio é um grupo ativista de relevância e um importante instrumento da sociedade para seguir na luta pela escola pública municipal de qualidade.

As pistas linguísticas que procurei seguir para as análises feitas nesta dissertação me ajudaram a compor um mapa de alguns processos que atravessaram o problema da volta às aulas durante a pandemia e me ajudaram a trilhar os caminhos que me trouxeram até aqui. Certamente, muitas outras pistas que não foram priorizadas por mim, - por incompetência em vê-las ou por seleção estratégica nos momentos das análises - poderiam contribuir para o traçado de outros caminhos possíveis sobre o tema pesquisado. Um exemplo, seria o acionamento do conceito de “negação polêmica” (DUCROT 1984 [2020]), que é uma possibilidade de entrada de análise para o enunciado “Meu filho não volta”. No entanto, considerei que a problematização do conceito de aforismo (MAINGUENEAU, 2014 [2015]), que utilizei nessa análise, poderia colaborar com um avanço para tal discussão conceitual.

A teoria metodológica cartográfica para a Análise do Discurso (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021) e os encontros com o Grupo de Estudos AnaCarDis foram essenciais para o desenvolvimento deste trabalho no modo (rizomático) como foi elaborado. Acredito que a materialidade desta dissertação pode ser uma contribuição para aqueles que buscam outras formas de pesquisa acadêmica para além da possibilidade mais cartesiana de uma pesquisa tradicional. Paro por aqui minha dissertação, mas os processos e as lutas (na academia e nas redes virtuais e nas ruas) continuarão;

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. 2. ed. Trad. Dilson Ferreira da Cruz; Fabiana Komesu; Sírío Possenti. São Paulo: Contexto, 2016.

AMOSSY, Ruth. “Estereótipo”. Trad. Pedro Luis Navarro Barbosa. *In*: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

ARANTES, Poliana Coeli Costa; DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio. Do ethos ao etos: um conceito sem h e sem determinantes. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 61, p. 1-17 (e019020), 2019. DOI: <https://doi.org/10.20396/cel.v61i0.8655079>.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Introd. e Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BARBOSA, Mariana de Toledo. Um corpo que experimenta e avalia: a ética em Deleuze à luz da 'grande identidade' Spinoza-Nietzsche. **Kriterion: Revista de Filosofia** [online], v. 59, n. 141, p. 867-890, 2018. Acesso em: 14 jun. 2021. DOI: 10.1590/0100-512X2018n14112mtb

BRASIL. **Constituição Federal**: promulgada em 05 de outubro de 1988. 6. ed. Nylson Paim de Abreu Filho (org.). Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Informe técnico**: Campanha Nacional de Vacinação de Covid-19. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Trad. Carlos Alberto Medeiros. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

CHRISTENSSON, P. Definição de link. **TechLib.com**. 2006. Disponível em: <http://www.techlib.com/definition/link.html>. Acesso em: 16 ago. 2022.

CINCO, Renato. **Discurso**. Sessão ordinária. Câmara dos Vereadores. Disponível em: http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/discvot.nsf/5d50d39bd976391b83256536006a2502/714f37445986c67103257bdb00637b91?OpenDocument&ExpandSection=1#_Section1. Acesso em: 15 out. 2022.

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Quel objet pour l’analyse de discours?. *In* : CONEIN, B; COURTINE, J.J.; GADET, F.; MARANDIN, J.M. e PECHÊUX, M. (org.) **Materilités discursives**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1981.

COUTO, Mia. **Estórias Abensonhadas**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Trad. Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 1995. v. 1.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Trad. Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1996. v. 3.

DEUSDARÁ, Bruno. O que torna possível uma abordagem pragmático-enunciativa do discurso? **Revista FSA**. Teresina, v. 16, n.6, p. 227-245, nov./dez. 2019. Acesso em: 8 ago. 2021. DOI: 10.12819/2019.16.6.12

DEUSDARÁ, Bruno; ROCHA, Décio. **Análise cartográfica do discurso: temas em construção**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2021.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Trad.: Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 2020.

ENSP/FIOCRUZ. **Documento sobre retorno às atividades escolares no Brasil em vigência da pandemia Covid-19 – 20/07/2020**. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portalenp/informe/site/arquivos/anexos/642e0df1e3a1ae36979cac098a1294ffe3b4716d.PDF>. Acesso em: 16 ago. 2021.

ESCOLA SEM PARTIDO. O mau desempenho dos estudantes brasileiros no PISA se deve em grande parte ao PACTO DA VAGABUNDAGEM entre o professor que não gosta de trabalhar e o aluno que não gosta de estudar. Para a esmagadora maioria dos alunos, quanto mais pilantra o professor, melhor. 4 de dez. de 2019. **Twitter: @profscontraesp**. Disponível em: <https://twitter.com/profscontraesp/status/1202320703002943488/photo/1>. Acesso em: 18 abr. 2022.

FIOCRUZ. **Nota técnica N.º 1/2020/PG-EBS/IOC-FIOCRUZ - 31/07/2020**. Disponível em: http://www.fiocruz.br/ioc/media/nota_tecnica_n01_2020_pgebs_ioc_fiocruz.pdf. Acesso em: 16 ago. 2021.

FIOCRUZ. **Contribuições para o retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia de Covid-19**. Rio de Janeiro, setembro/2020. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/contribuicoes_para_o_retorno_escolar_-_08.09_4_1.pdf. Acesso em 2 jun. 2021.

FIOCRUZ. **Nota técnica N.º 1/2022/PG-EBS/IOC-FIOCRUZ - 07/02/2022**. Disponível em: https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/u35/nota_tecnica_-_01_-_2022_-_07-02-22_rev_gus_diagram_2022-02-10_1.pdf. Acesso em: 22 out. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GIACOIA JR, Oswaldo. **Quem somos nós?: Michel Foucault por Oswaldo Giacoia Júnior**. YouTube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5XcxVHo4o2c>. Acesso em: 10 ago. 2020.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KASTRUP, Virgínia. **I Seminário Nacional de Cartografias e Contra Condutas**. YouTube, 2020.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Maria Cecília Souza-e-Silva, Décio Rocha. 6.ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2013.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Trad. Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso**. Organização Sírio Possenti, Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva. Trad. Adail Sobral *et al.* São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. Orgs. Sírio Possenti, Maria Cecília P. de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARIANI, Bethania. “Discursividades prêt-à-porter, funcionamento de fake news e processos de identificação”. **Entremeios** - Revista de Estudos do Discurso. Seção Estudos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Vale do Sapucaí, Pouso Alegre, MG, v. 17, p. 3-18, jul./ dez. 2018. ISSN 2179-3514. Disponível em: www.entremeios.inf.br DOI: <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN2179-3514revistaENTREMEIOSvol17pagina3a18>.

MOTTA, Tarcísio. 1 Vídeo (1h05min.) Por que meu filho não volta? Publicado pelo canal **Lives com Tarcísio**, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AiogkCLcQAU>. Acesso em: 10 ago. 2020.

MOVEM. **Jogo dos sete erros**. Postagem no Facebook. Disponível em: <https://web.facebook.com/movem.rio/posts/1072867099877501>. Acesso em: 04 mar. 2021.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos de trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

PAES, Eduardo. **Versão preliminar 1.0 do programa de governo de Eduardo Paes**. Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2020/RJ/60011/426/candidatos/364883/5_1600473544215.pdf. Acesso em: 04 mar. 2021.

PAES, Eduardo. **Visita à escola**. Postagem no Facebook. Disponível em: <https://web.facebook.com/EduardoPaesRJ/posts/3808605195872938>. Acesso em: 04 mar. 2021.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (org.). **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; TEDESCO, Silvia (org.). **Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Porto Alegre: Sulina, 2016. v. 2.

PAVEAU, Marie-Anne. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. Organizadores: COSTA, Julia Lourenço; BARONAS, Roberto Leiser. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2020.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. **Decreto Rio nº 47247**. 13 de março de 2020. Estabelece conjunto de ações necessárias à redução do contágio pelo COVID-19 - Coronavírus, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal, 2020. Disponível em: http://rio.rj.gov.br/documents/8822216/11086083/DECRETO_47247_2020.pdf. Acesso em 17 out. 2022.

ROCHA, Décio. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 619-632, set./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-140310-4513>.

ROCHA, Décio. **Novos rumos para velhos muros**: discurso e políticas de resistência. No prelo.

SAMPAIO, Simone Sobral. **Foucault e a resistência**. Goiânia: Ed. Da UFG, 2006.

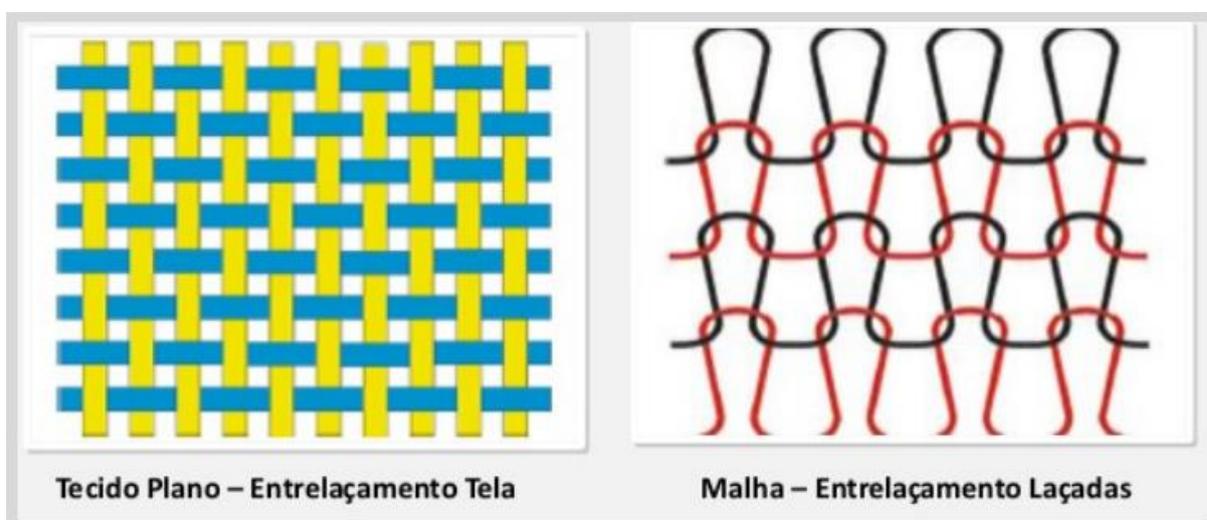
SCOTT, Parry. Pontos críticos e poder convergente no processo de orientação: fábulas, casos, palcos e bastidores. **Ilha - Revista de Antropologia**, Florianópolis, v.6, n.1, 2, p. 163-181, 2004.

SILVA, Rui. WhatsApp: O que é e para que serve? Saiba mais neste artigo. In: **I-Técnico**. 2016. Disponível em: <https://www.i-tecnico.pt/whatsapp-o-que-e-e-para-que-serve/>. Acesso em: 05 set. 2022.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de reexistência**: poesia, grafite, música, dança: hip hop. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

SPINOZA, Benedictus. **Ética**. Trad. Tomaz Tadeu. 2. ed., 11. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

TOLEDO, Edilene. **Travessias revolucionárias**: idéias e militantes sindicalistas em São Paulo e na Itália, 1890-1945. São Paulo: Unicamp, 2004.

ANEXO A – Tramas de tecido plano e de malha.

Fonte: Disponível em: <http://lilianjordao.com.br> .Acesso em: 06 jan. 2022.

ANEXO B – Propaganda SINEPE

Narração da cena 1: "Os meses se passaram..."

Tempo: 01 - 04 seg.

Descrição da imagem: Mulher de máscara, apoiada em uma grade, como que impedida de avançar até algum lugar. Atrás de si, uma estrada.

Instante do print: 02 seg.



Narração da cena 2: "aprendemos a conviver com o vírus. O covid nunca irá de todo. O que acaba é o medo."

Tempo: 05 - 11 seg.

Descrição da imagem: Close em criança olhando pela janela. Parece chover do lado de fora.

Instante do print: 09 seg.



Narração da cena 3: "Hoje, sabemos lidar, tratar..."

Tempo: 11 - 14 seg.

Descrição da imagem: Idosa na entrada de uma casa.

Instante do print: 14 seg.



Narração da cena 4: "nos proteger respeitando as rotinas, as regras..."

Tempo: 15 - 18 seg.

Descrição da imagem: Duas crianças de costas, olhando para a rua por uma janela.

Instante do print: 18 seg.



Narração da cena 5: "...e os protocolos.

Estamos prontos. Fizemos o dever de casa."

Tempo: 18 - 22 seg.

Descrição da imagem: Professora (sem máscara) com um braço estendido apontando à frente e crianças vestidas de verde e amarelo, sentadas nas carteira organizadas em fila, viradas para a professora e levantando as mãos como se quisessem falar.

Instante do print: 21 seg.



Narração da cena 6: "A escola privada está pronta para reiniciar."

Tempo: 22 - 26 seg.

Descrição da imagem: Criança com traços orientais em primeiro plano, de máscara e passando álcool nas mãos. Outra criança desfocada ao fundo. Estão em uma sala de aula.

Instante do print: 24 seg.



Narração da cena 7: "Vimos que a ciência é a vacina."

Tempo: 27-29 seg.

Descrição da imagem: Frasco com sangue e etiqueta indicando ser exame de coronavírus.

Instante do print: 28 seg.

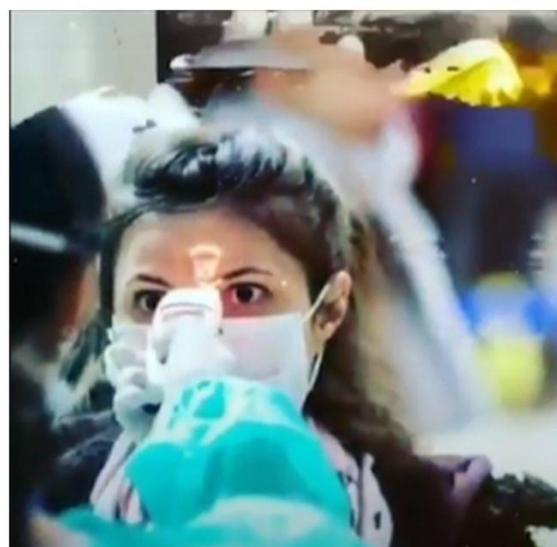


Narração da cena 8: "Estudos só confundiram."

Tempo: 29 - 31 seg.

Descrição da imagem: Mulher de máscara, com expressão séria (até assustada) e um braço com uma capa azul (parecendo roupa de proteção hospitalar) e mão com luva apontando o termômetro para a testa da mulher.

Instante do print: 31 seg.



Narração da cena 9: "Trancar todos em casa não é ciência. Confinar é desconhecer, é ignorar..."

Tempo: 31 - 35 seg.

Descrição da imagem: Homem de máscara numa janela.

Instante do print: 33 seg.



Narração da cena 10: "...subtrair vida, é fragilizar, debilitar..."

Tempo: 35 - 40 seg.

Descrição da imagem: Pessoa abraçada num travesseiro, com os braços cruzados e cabeça baixa, como se estivesse triste/ depressiva.

Instante do print: 37 seg.



Narração da cena 11: "...mexer com o emocional. As crianças precisam voltar a se relacionar..."

Tempo: 40 - 44 seg.

Descrição da imagem: Patinhos no lago de um parque.

Instante do print: 42 seg.



Narração da cena 12: "...brincar, refazer laços, amizades. Rever seus amigos. Hora de reflorir."

Tempo: 44 - 50 seg.

Descrição da imagem: Meia face de uma criança sorrindo numa cadeira de rodas na escola. Ao fundo, outra criança desfocada parece escrever.

Instante do print: 48 seg.



Narração da cena 13: "Recriar no novo tempo. O sol precisa tornar a brilhar."

Tempo: 51 - 54 seg.

Descrição da imagem: Crianças juntas, em roda, olhando para uma câmera central abaixo. Todas sem máscaras.

Instante do print: 54 seg.



ANEXO C – Carta do MovEM-Rio ao Secretário Municipal de Educação

Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2022

Caro senhor secretário de educação do município do Rio de Janeiro, Renan Ferreirinha

Considerando-se que:

- A) As aulas da rede municipal do Rio estão previstas para retornarem na próxima segunda-feira, dia 07 de fevereiro de 2022;
- B) Ainda nos encontramos num contexto pandêmico causado pela covid-19 e, mais que isso, com um surto da variante ômicron na nossa cidade, com números expressivos de infectados e óbitos diários;
- C) Existem centenas de escolas da rede municipal carioca que apresentam problemas graves de infraestrutura predial, como janelas que não abrem, pouca ou nenhuma ventilação nos ambientes internos da escola etc.;
- D) Faltam profissionais de Educação, sendo necessária a convocação imediata de aprovados em concursos para diferentes cargos;
- E) Muitas unidades, em fevereiro de 2022, ainda não possuem equipes de limpeza;
- F) Milhares de estudantes ainda não se encontram vacinados contra a covid 19;
- G) O protocolo sanitário versão 2.1 de 2022 diz que estudantes de grupos de risco não precisam voltar ao presencial, mas não existe garantia de ensino remoto digno com equipamentos e internet, assim como não existe nenhuma conduta da Prefeitura para garantir o direito humano à alimentação adequada;
- H) A ausência de auxílio emergencial por parte da Prefeitura para famílias em situação de vulnerabilidade social e para as chefiadas por mulheres;
- I) A ausência de orientações sobre distanciamento, esquema de retorno por rodízio, obrigatoriedade de apresentação de comprovantes de vacinação por parte de profissionais da educação e estudantes e de distribuição de máscaras PFF2 em quantidade adequada, nos documentos que regem o retorno às aulas;
- J) Desinformação e uma indústria de *fake news* contra a vacinação de Covid, direcionada às famílias de crianças.

O MovEM-Rio, Movimento de Mães, Pais e Responsáveis pela Escola Pública Municipal Carioca, vem solicitar os seguintes esclarecimentos:

1. Quantas unidades escolares estão com problema no fornecimento de água?
2. Quantas unidades escolares da rede precisam de obras ou pequenos reparos de infraestrutura em geral?

3. Quantas salas de aula não possuem janelas que abrem?
4. Quantas unidades escolares não possuem sabão regularmente em todos os banheiros?
5. Quantas unidades escolares estão sem equipes de limpeza?
6. Quantos alunos e profissionais da rede municipal de educação estão vacinados com a primeira dose? E com o esquema vacinal completo? Quantos estudantes e profissionais ainda não foram vacinados e como a rede pode favorecer para que sejam imunizados?
7. Existe um plano orientador de campanha de promoção da saúde e esclarecimento da importância da vacinação, em especial a infantil, para ser adotada por todas as unidades escolares?

Feitas essas perguntas, exigimos que:

- I. Início presencial facultativo para as crianças e adolescentes que não estão com o esquema vacinal completo, sendo oferecido o ensino remoto de forma digna, com equipamentos, internet e fornecimento de cartão alimentação no valor de 1/4 do valor da cesta básica no RJ, conforme o DIEESE;
- II. Retorno das aulas presenciais baseado num rígido protocolo sanitário, em consonância com a versão mais atual elaborada pelo GT da FIOCRUZ;
- III. Todos os estudantes recebam máscaras PFF2 / N95 / KN95, em quantidade suficiente (mínimo 10 unidades/ estudante) pois há um consenso científico de maior eficácia e proteção não só contra o Covid-19 como também, e principalmente, contra a variante Ômicron, cuja transmissibilidade é avassaladora;
- IV. Salas de aula e refeitórios com ventilação cruzada (aberturas para ventilação natural em lados opostos);
- V. Distanciamento físico entre os estudantes nos ambientes internos da escola (incluindo a própria sala de aula);
- VI. Sabonete em todos os banheiros para higienização das mãos;
- VII. Alimentação adequada para todos os estudantes matriculados, estejam no presencial ou no remoto, assegurando o direito à alimentação e a segurança alimentar e nutricional, cumprindo o estabelecido no PNAE;
- VIII. Testagem na própria escola, pelo menos 1 vez por semana, em pessoas sintomáticas ou que tenham tido contato com estudante ou profissional da educação positivado para Covid-19;
- IX. As escolas exijam o comprovante de vacinação dos estudantes;
- X. As escolas exijam o comprovante de vacinação dos profissionais de educação;
- XI. Transparência nas deliberações no âmbito administrativo da secretaria e direito à informação;

XII. Reparos e reformas para tornar a infraestrutura segura;

XIII. Contratação de profissionais de educação já aprovados;

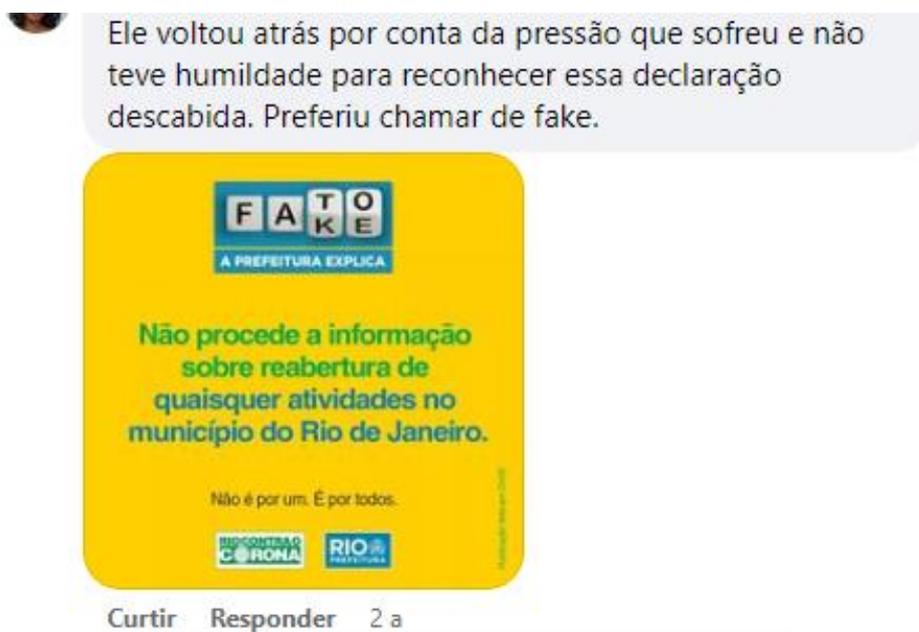
XIV. Que a rede municipal de educação em parceria com a secretaria de saúde promova campanhas de promoção da saúde, combate à desinformação e conscientização para vacina entre crianças e famílias.

Ficamos no aguardo das respostas dos senhores e agradecemos desde já.

Movimento de Mães Pais e Responsáveis pela Escola Pública Municipal Carioca – MovEM-Rio

ANEXO D – Print de um comentário de uma ativista do MovEM-Rio

Comentário de uma ativista do MovEM-Rio, na postagem da Carta de repúdio ao retorno precoce às aulas presenciais, publicada no *Facebook* do MovEM-Rio.



Ele voltou atrás por conta da pressão que sofreu e não teve humildade para reconhecer essa declaração descabida. Preferiu chamar de fake.

FAKE
A PREFEITURA EXPLICA

Não procede a informação sobre reabertura de quaisquer atividades no município do Rio de Janeiro.

Não é por um. É por todos.

GOVERNO CAROLINA **RIO DE JANEIRO**

Curtir Responder 2 a

ANEXO E – Carta do MovEM-Rio aos responsáveis



Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2022

Às mães, pais, responsáveis, estudantes e profissionais da educação,

Neste segundo turno, votaremos em Lula para presidente da república.

Votaremos em Lula convictos de que foi durante seus 8 anos de governo, de 2003 a 2010, e depois, no governo Dilma, que tivemos as **MAIORES DESTINAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS** federais ao Ministério da Educação e ao Ministério da Ciência e Tecnologia de toda a história da nossa república.

Votaremos em Lula pelo que representou a ampliação e reformulação do Bolsa-Escola de FHC, resultando no BOLSA-FAMÍLIA, assim como pelo que representaram outros importantes programas sociais como o FOME ZERO e o LUZ PARA TODOS, em termos de possibilidade de acesso à cidadania, à segurança alimentar e à dignidade de existência e qualidade de vida e de aprendizado para milhões de crianças e adolescentes em idade escolar e suas famílias; pelo que representou a possibilidade de crianças e adolescentes poderem abandonar o absurdo do trabalho infantil e irem pra escola.

Votaremos em Lula porque sabemos que Lula é sinônimo de campanhas de VACINAÇÃO INFANTIL e de defesa do SUS, e não de boicote a estas. Com Lula, o lema sempre foi "vacina no braço e comida no prato".

Votaremos em Lula porque entendemos que com a promulgação da LEI DAS DOMÉSTICAS muitas mães chefes de família puderam ter alguma mínima tranquilidade para possibilitar a estruturação e o acompanhamento da educação de seus filhos.

Votaremos em Lula porque foi em seu governo, sob o comando de Fernando Haddad, que foi criado o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que avalia de forma unificada os níveis de qualidade da Educação Básica (ou seja, da Educação Infantil ao Ensino Médio), permitindo aos governos federal, estaduais e municipais e também às escolas particulares balizar a construção de seus projetos político-pedagógicos. Votaremos em Lula, também, pelo compromisso de incorporação, neste segundo turno, da proposta da candidatura de Ciro Gomes, de ampliar e pautar propositivamente a educação em tempo integral para os Ensinos Fundamental e Médio.

Votaremos em Lula porque foi através da criação do ENEM e também do SISU (Sistema de Seleção Unificada) - basicamente um hub unificado de vestibulares e vagas - que milhares de jovens puderam ter muito mais humanidade em seu processo de entrada na universidade pública (e também nas particulares!), através de vestibulares menos conteudistas e mais interdisciplinares; e permitindo ainda aos jovens a manutenção de uma melhor saúde mental nesse momento-chave da vida, ao acabar com aquela situação pela qual muitos de nós pais passamos, de ter que realizar às vezes mais de uma prova de vestibular por semana. Mesmo assim, para os que não conseguem a vaga em uma universidade pública, não custa lembrar que foi também durante o governo Lula que foi criado o PROUNI (Programa Universidade Para Todos), que concede bolsas parciais e/ou totais custeadas pelo governo federal. Assim como foi também durante o governo Lula que o acesso ao FIES foi amplamente facilitado, democratizando-o.

Votaremos em Lula perceptivos de que nunca foram criadas tantas UNIVERSIDADES PÚBLICAS na história do nosso país. Nunca houve tanta gente na universidade no Brasil. Aliás, nunca houve tanta gente PRETA, tanta gente POBRE e tanta gente INDÍGENA na universidade no Brasil, se é que havia. Além disso, com a implementação da política afirmativa de cotas como política de estado nos processos seletivos de admissão em todas as esferas da educação pública brasileira - tanto para estudantes como para professores -, garantiu-se uma representação social muito menos discrepante da realidade brasileira dentro do ambiente acadêmico, em especial dentro dos Institutos Federais e das Universidades Federais, inauguradas a rodo pelo país durante os governos petistas. Foram 27 novas Universidades Federais e centenas de campi do INSTITUTOS FEDERAIS e ESCOLAS TÉCNICAS FEDERAIS criadas pelos governos Lula e Dilma. Com isso, o número de estudantes universitários praticamente duplicou no Brasil em questão de pouco mais de uma década. Falando em pós-graduação, como esquecer de quantos estudantes e pesquisadores brasileiros estavam rodando o mundo em mestrados e doutorados "sanduíches" através das bolsas do Ciência Sem Fronteiras? Saudades.

Votaremos em Lula por entendermos que uma educação plural e emancipadora só acontece a partir do conhecimento, do respeito e do fomento à diversidade da CULTURA da nossa sociedade. Nos lembramos saudosos do luxo que foi ter uma pessoa do nível de Gilberto Gil como Ministro da Cultura..... aliás, na verdade, o luxo era ter um Ministério da Cultura propriamente.

Votaremos em Lula em homenagem a Paulo Freire e Darcy Ribeiro.

Do outro lado temos Jair Bolsonaro, que representa cortes na Educação, cortes na Ciência e Tecnologia, cortes em bolsas, cortes em pesquisa, cortes de mais de 95% da verba para a Educação Infantil no orçamento de 2023! Bolsonaro é negacionismo e obscurantismo. Bolsonaro é retrocesso. Bolsonaro é anti-professor, anti-universidade, anti-educação, anti-cultura, anti-ciência, anti-vacina, anti-vida, anti-pluralismo. Bolsonaro é anti-Paulo Freire. Bolsonaro é o Escola Sem Partido. Bolsonaro é militarização da Educação Básica. Bolsonaro é mais armas e menos livros. Bolsonaro é contra a distribuição de absorvente nas escolas. Bolsonaro é o surrealismo tosco e mentiroso da mamadeira de piroca e do kit gay nas escolas. Bolsonaro é Weintraub. Bolsonaro é Milton Ribeiro e suas barras de ouro. Bolsonaro é também Damares, Ricardo Salles, Mario Frias e Sergio Camargo. Bolsonaro é o orgulho misógino e racista de se dizer o único dos 513 deputados a ter votado contra a PEC das Domésticas. Bolsonaro é contra salários iguais para as mulheres porque as que se tornam mães precisam tirar licença-maternidade.

Finalizamos nos posicionando com a convicção de que na disputa do dia 30 teremos, além de tudo que já foi apontado acima, um embate claro entre o melhor e o pior presidente da história desse país. Não é voto crítico. É voto consciente.

PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA GRATUITA E DE QUALIDADE, MOVEM-RIO É LULA PRESIDENTE 13.

MOVIMENTO DE MÃES, PAIS E RESPONSÁVEIS
PELA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL CARIÓCA

MOVEM-Rio

Movimento de Mães, Pais e Responsáveis pela Escola Pública Municipal Carioca